

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

VICTOR CABRAL FONSECA

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENSINO JURÍDICO:
novos paradigmas e desafios para a formação do profissional do Direito

**SÃO PAULO
2019**

VICTOR CABRAL FONSECA

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENSINO JURÍDICO:

novos paradigmas e desafios para a formação do profissional do Direito

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Direito e Desenvolvimento.

Área de Concentração: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Orientador: Prof. Dr. José Garcez Ghirardi (FGV Direito SP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Getúlio Vargas, por meio da bolsa Mario Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa.

SÃO PAULO

2019

Fonseca, Victor Cabral.

Desenvolvimento tecnológico e ensino jurídico : novos paradigmas e desafios para a formação do profissional do Direito / Victor Cabral Fonseca. - 2019.

145 f.

Orientador: José Garcez Ghirardi.

Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Inovações tecnológicas. 2. Direito - Estudo e ensino. 3. Tecnologia e direito. 4. Formação profissional. I. Ghirardi, José Garcez. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 34::62.001.6

VICTOR CABRAL FONSECA

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENSINO JURÍDICO:

novos paradigmas e desafios para a formação do profissional do Direito

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção de título de Mestre em Direito e Desenvolvimento.

Área de Concentração: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Data de aprovação:

26/02/2019

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Garcez Ghirardi
FGV Direito SP

Profª. Dra. Marina Feferbaum
FGV Direito SP

Prof. Dr. André Antunes Soares de Camargo
Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa

A todos os “crazy ones” que não se conformam.

AGRADECIMENTOS

Por me permitir a saúde e a resiliência necessárias para enfrentar essa jornada cheia de percalços, agradeço a Deus e à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Por não me deixar desistir quando acreditei não haver outra opção e por sempre colocar minhas necessidades, vontades e sentimentos à frente dos próprios, agradeço à minha mãe, Mara Cabral.

Por tornar tudo possível e lutar todo dia, hoje e sempre, para que eu vá mais longe, agradeço ao meu pai, Luciano Fonseca.

Por dividir comigo a dura realidade de se amar à distância – e entender que tudo tem um propósito maior no futuro – agradeço à minha namorada, Gabriela Galdino.

Por dar pouca importância aos pretéritos, confiar no meu potencial no meio do caminho e me enxergar como alguém digno de sua dedicação, agradeço a meu orientador, Prof. Dr. José Garcez Ghirardi.

Por ter acreditado em minhas capacidades sem sequer me conhecer e ter me aberto uma infinidade de portas desde então, agradeço a Rodrigo de Campos Vieira.

Por ter me dividido com as atividades de pesquisa sem nunca me cobrar algo em consequência, bem como por ter me confiado uma tarefa de imensa responsabilidade tão rapidamente, agradeço a TozziniFreire Advogados.

Por se fazer disponível uma eterna orientação e em frutíferas parcerias, agradeço à Prof. Dr. Juliana Oliveira Domingues.

Por se dedicarem à leitura e elaboração de valiosíssimos comentários à pesquisa, agradeço aos membros de minhas bancas de avaliação (qualificação e final), Prof. Dr. André Antunes Soares de Camargo e Profa. Dra. Marina Feferbaum.

Por toda a cooperação e auxílio mútuo em iniciativas voltadas ao aprimoramento do ecossistema empreendedor brasileiro, agradeço aos co-autores de meu primeiro livro, Erik Fontenele Nybø e Bruno Feigelson.

A todos que estiveram comigo,
acreditaram em minha capacidade e
fizeram de mim quem sou hoje,
Muito obrigado.

[Neo]
Why do my eyes hurt?

[Morpheus]
You've never used them before.

(The Matrix)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a necessidade de adequação do ensino do Direito em um cenário no qual a profissão jurídica encontra-se profundamente transformada pela tecnologia. Para tanto, o texto se inicia com uma perspectiva histórica das mudanças sociais, políticas e econômicas observadas na transição da modernidade à pós-modernidade. Nota-se uma gradual transferência do poder de Estados para organizações privadas, enquanto a globalização estreita o poder de interação entre indivíduos e ressignifica noções de tempo e espaço. Tais mudanças atingem também o Direito e a profissão jurídica, sendo que a inovação tecnológica, dentre outros, figura como importante fator propulsor. Nesse sentido, é possível separar os impactos tecnológicos em dois grandes campos: *Tecnologia do Direito*, que representa o desenvolvimento de ferramentas de ponta que podem ser utilizadas na prática profissional dos juristas; e *Direito da Tecnologia*, que engloba uma miríade de novas situações e problemas jurídicos que emergem da introdução de novas tecnologias na sociedade. Diante desse novo contexto, surge um novo perfil de profissional do Direito - do qual são demandados novos conhecimentos, novas habilidades e novas subjetividades, antes tidos como não essenciais para juristas. Assim, perante uma profissão jurídica transformada, argumenta-se que o ensino do Direito deve se adequar para preparar profissionais capazes de atuarem de acordo com o que lhes é exigido nessa nova realidade. O trabalho analisa possíveis estratégias de adequação do ensino jurídico e sugere uma agenda de pesquisa para a implantação de iniciativas de atualização por instituições de ensino, gestores, professores e discentes.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Direito e Tecnologia; Profissão Jurídica; Perfil profissional; Ensino do Direito.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the need for adequacy of law education in a scenario in which the legal profession is deeply transformed by information technology. To do so, the first part provides an historic perspective of the social, political and economic changes observed in the transition from modernity to postmodernity. It was perceived a gradual transfer of power from Nation-States to private organizations, while globalization narrows the interaction flows between individuals and impact concepts of time and space. Such changes also affect Law and the legal profession, being the technological innovation one of the most important drivers of transformation. In this sense, it is possible to distinguish the technological impacts to Law in two different perspectives: *Law Technology*, which represents the development of cutting-edge tools that can be used in the professional practice of lawyers; and *Technology Law*, which encompasses a myriad of new situations and legal problems that emerge from the introduction of new technologies in society. Facing this new context, a new profile of legal professionals is gradually desired in the market - from whom new knowledge, new skills and new subjectivities are required, so far considered to be non-essential for lawyers. Thus, before a transformed legal profession, law education must be adjusted to prepare this new type of professionals, capable of developing characteristics according to what is required of them in this transformed reality. In conclusion, the study analyzes possible strategies for updating legal education and then suggests a further research agenda considering the implementation of such initiatives by law schools, their managers, teachers and students.

Keywords: Postmodernity; Law and Technology; Legal Profession; Education; Professional profile; Law Education.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
1. DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE, NO ESTADO E NO DIREITO	21
1.1 Pós-modernidade e Pós-modernismo: noções preliminares	21
1.1.1 Terminologia: Pós-modernidade, Pós-modernismo e o Pós-moderno	22
1.1.2 Transformações sociais, políticas e o contexto da pós-modernidade	24
1.2 Amplitude das transformações no Direito	27
1.3 Novos paradigmas tecnológicos e crise do Estado pós-moderno.....	32
1.4 Enfraquecimento do Estado.....	38
1.4.1 Das nações às multinacionais	45
1.4.2 Globalização	49
1.4.3 Novas concepções de tempo e espaço	53
1.5 A tecnologia e o Direito pós-moderno	59
2. DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS	65
2.1 O futuro da profissão: tecnologia do Direito versus Direito da tecnologia.....	65
2.1.1 Desigualdades na distribuição de tecnologia no mercado jurídico e delimitação de campo	65
2.1.2 Vertentes de transformação	69
2.2 Direito da Tecnologia: a sociedade pós-moderna, tecnologia e impactos no Direito.....	75
2.3 Tecnologia do Direito: reconfiguração do profissional jurídico	82
2.3.1 O papel das LawTechs no mercado jurídico	84
2.4 Das transformações no Direito aos impactos no profissional jurídico	89

2.5 O alcance das transformações no Direito e suas consequências	95
3. AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO DIREITO E O ENSINO JURÍDICO	98
3.1 O problema do ensino do Direito no contexto tecnológico	98
3.2 Formando o profissional jurídico do século XXI: características necessárias	104
3.3 Estratégias de adequação	109
3.3.1 Grade curricular	112
3.3.2 Métodos	115
3.3.3 Tecnologia como ferramental de ensino.....	118
3.4 A transversalidade das mudanças no ensino do Direito	123
3.5 Próximos passos e desafios para um ensino do Direito “tecnológico”	125
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

PREFÁCIO

REFLEXÕES SOBRE ENSINO DO DIREITO: *Métodos participativos, perfil de alunos e novas gerações*

Do que é feito o ensino jurídico? A tentativa de resposta para esta pergunta nos leva a uma miríade de diferentes caminhos utilizados por universidades para conduzir seus corpos discentes à graduação em Direito. Em alguns casos, encontraremos um espaço de ensino focado em salas de aula repletas de alunos e um professor dominando o ambiente numa tentativa de transmissão de conhecimento; em outros, encontramos metodologias que objetivam um ensino diferente, mais dependente do aluno.

De fato, não é difícil formular diversos questionamentos ao curso de Direito como um todo: até que ponto a presença em sala de aula é, de fato, relevante? Os cinco anos obrigatórios são poucos, bastam ou são exagerados? O ensino deve ser centrado no aluno ou no professor? Qual o método que funciona melhor para o Direito brasileiro? E a grande pergunta que a presente dissertação busca responder: precisamos de um novo ensino do Direito frente a atual realidade de transformação tecnológica?

Todos estes aspectos permeiam diferentes teorias de ensino. Na realidade, talvez não seja possível responder a todas as perguntas acima elencadas; caso contrário, teríamos encontrado uma metodologia de ensino jurídico ideal e replicável em diversas universidades. Como sabemos que esta é uma busca permanente, as reflexões sobre como deve se dar o ensino do Direito na atualidade são mais do que necessárias.

O problema é ainda mais complexo, vez que não se restringe a *como ensinar* em sala de aula, mas também como *aprender*. Independentemente do método de abordagem utilizado ou da organização do curso como um todo, o perfil dos alunos tem mudado drasticamente. A geração atual, em geral, nasceu inserida em tecnologia (LASSO, 2002, p. 2), está acostumada a uma agilidade metodológica e possui dificuldades de comprometimento com métodos e temas mais sérios, tradicionais, por eles considerados, muitas vezes, como pouco dinâmicos ou interessantes; assim, a expectativa dos estudantes de Direito desta nova geração é de encontrar tecnologia no âmbito do ensino jurídico (PISTONE, 2015, p. 591),

A ideia não deve ser apontar culpados para este fenômeno de descompasso entre características dos alunos, novas tecnologias e ensino jurídico, mas sim buscar soluções. Antes

de mais nada, é preciso lembrar que a universidade no Brasil é feita de alunos recém-saídos de um ensino médio cujo objetivo é voltado exclusivamente para uma aprovação no exame de ingresso (vestibular). Isto significa dizer que, com exceção de quem já passou por uma experiência de ensino superior previamente, até o primeiro dia de aula na universidade os alunos frequentavam aulas repletas de fórmulas criadas para a memorização de uma enorme carga de conteúdos de diferentes áreas; além disso, enfrentaram um estressante exame que exige pouca capacidade lógica, e prioriza a habilidade específica de resolução de questões de provas, normalmente de múltipla escolha.

Estes alunos chegam à universidade e se deparam com atitude dos professores bem diferentes daqueles que conheciam no ensino médio: agora, será necessário um preparo para a aula, leituras complexas e, acima de tudo, o seu aprendizado poderá depender da participação de seus colegas, dependendo do método de abordagem eleito pelo professor. Acaba a concorrência do vestibular e começa um ciclo em que a colaboração possui um imenso valor. É um desafio bastante difícil.

Estão estes alunos preparados para participar de discussões profundas em sala de aula? Esta é uma questão que certamente deve passar pela decisão metodológica de um professor de Direito. Sua escolha, então, necessariamente tem de ponderar a possibilidade de considerar o protagonismo discente como fundamental, trabalhando cada vez mais um ensino centrado no aluno em detrimento deste ser centrado no professor (KLAFKE, 2015, p. 15).

Diante desse cenário, portanto, a discussão sobre métodos de ensino mostra-se mais do que essencial. Partindo de uma premissa que trata a interação aluno-professor como essencial para a efetivação do ensino, temos que o aluno não necessariamente precisa seguir a linha de transmissão unidirecional de conhecimento, feita de forma expositiva. Não é possível, contudo, considerar nenhum método como perfeito; sendo a sua definição um ato unilateral do professor, este deve fazê-lo não apenas por suas preferências, mas levando-se em conta o perfil do grupo de alunos no qual será aplicado.

“O que quero ensinar? Por que quero ensiná-lo?” Segundo Ghirardi (2012, p. 63) estas são perguntas básicas que devem ser feitas pelo professor para nortear decisões sobre o método de ensino a ser adotado em cada situação. Interpretando os questionamentos propostos por Ghirardi, podemos entender que a escolha de um método não deve ser meramente uma preferência pessoal: ela deve estar atrelada a um objetivo. Ou seja, um método somente será ideal, somente será eficaz, se realmente for capaz de cumprir o propósito da disciplina, qual

seja: que os alunos aprendam determinado conteúdo. Se isto envolve redigir um contrato, conduzir uma pesquisa ou escolher estratégias de defesa, por exemplo, o método deverá ser ajustado a tais metas (KATZ; O'NEILL, 2009, p. 6). Antes de determinar o método, portanto, é preciso responder às perguntas relacionadas ao objetivo daquele curso.

O trabalho de um professor, assim, não se encerra em sala de aula. É preciso alterar a forma como o aluno é enxergado no processo de aprendizado (KLAFKE, 2015, p. 18), compreendendo que cada estudante possui uma forma diferente de perceber o novo. Assim, talvez seja mais complicado determinar *como* ensinar em detrimento de *o que* será ensinado. Esse raciocínio nos permite uma conclusão que, a princípio, pode parecer aterrorizante: não há um método de ensino ideal.

Boyle e Dunn (1998, p. 246) afirmam que é impossível um método de ensino ser eficiente para todos, pois cada aluno possui o seu *estilo de aprendizagem*. Assim, a escolha do método – que sabidamente já não pode ser considerada como perfeita para todos – deve levar em conta os estilos de aprendizagem de grandes grupos em cada sala de aula (BOYLE; DUNN, 1998, p. 246). O professor, ainda, deve ser capaz de buscar uma forma de adaptar o seu método para que as dificuldades individuais de cada estudante sejam contempladas (BOYLE; DUNN, 1998, p. 246).

Esta é uma percepção que, nota-se, vai além da ideia de que o método de ensino é o principal elemento do processo de aprendizado; na realidade, este protagonismo cabe ao próprio aluno e suas características individuais, sendo que estamos aqui tratando de uma relação que compreende um professor diante de dezenas de estudantes, na maioria das vezes. Talvez este seja o ensino centrado no aluno proposto por Klafke (2015): um processo em que o *estilo de aprendizagem* dos alunos (ou de um grupo de alunos) é mais importante do que a preferência por um *método de ensino* de cada professor.

Nesta perspectiva, permitimos que professores se questionem e sejam questionados por alunos (KLAFKE, 2015, p. 19), aperfeiçoando assim a compreensão de conteúdos e um ensino participativo que permite uma aprendizagem mais profunda por parte do corpo discente – cumprimos, então, os objetivos gerais de cada curso. Afinal, o que mais importa: que o professor esteja satisfeito com a forma como passa a matéria ou que o aluno efetivamente seja capaz de aprendê-la?

Na realidade, não se trata de uma escolha por um melhor método de ensino – e sim de entender que estes são necessários e representam importantes ferramentas para o aprendizado.

A decisão entre um e outro, desta forma, depende das particularidades de cada aluno; sua importância como gênero, no entanto, é inegável.

No entanto, é importante tecer uma ressalva. Se o grau de abstração destes questionamentos for elevado, podemos inclusive considerar que, dadas as particularidades de cada aluno, nem sempre a própria implantação de métodos peculiares é a estratégia ideal – apesar destes serem importantes ferramentas de ensino. Alguns grupos de alunos podem responder melhor ao ensino expositivo tradicional, em que o professor é a única fonte do conhecimento que será transmitido.

No Curso de Formação Docente do Mestrado Acadêmico, o qual antecedeu a elaboração desta dissertação e foi importante etapa do programa, fomos apresentados a dois professores icônicos do universo cinematográfico: o Professor Kingsfield, retratado no filme *The Paper Chase*, e o Professor Keating, do clássico *Sociedade dos Poetas Mortos*. Enquanto o primeiro docente assume a forma de portador – e transmissor – do conhecimento (GHIRARDI, 2012, p. 33), o segundo engaja os alunos a questionar o papel de teorias absolutas como as principais fontes do conhecimento (GHIRARDI, 2012, p. 41).

Se aplicarmos o raciocínio e a ideia de métodos participativos à atitude de cada um dos professores descritos, podemos concluir que Kingsfield é mais adepto de uma noção tradicional de ensino enquanto Keating valoriza bem mais a interação com os alunos no processo de aprendizagem. A ideia que esta reflexão propõe, contudo, é que nenhum dos dois é superior; a postura do professor é sim determinante para o sucesso do curso na medida que este é um “*policy maker*”, alguém que elegerá a forma de ensino que será responsável por conduzir o aluno em direção à compreensão do conteúdo.

Considerando um processo de ensino em que todas as pontas estejam ativas, há de se questionar então qual é o *protagonista* do aprendizado. Enquanto tradicionalmente esse papel é atribuído ao professor, esta não pode ser uma situação absoluta. Em alguns casos, sim, será necessário demandar o professor enquanto fator propulsor da educação; contudo, em outros, esta atitude poderá ser exigida do próprio corpo discente. O que determina esta opção, contudo, não é a preferência do professor, mas sim a necessidade e o perfil de cada grupo de alunos. Está é a ideia de um “ensino centrado no aluno”, fundamental para que o processo educacional cumpra seus objetivos.

Outra conclusão importante diz respeito à quantidade de ferramentas que professores possuem para o planejamento de seu curso. Para além das aulas expositivas, temos vários

métodos já estudados e validados em diversos contextos. O professor que assume uma postura dedicada e realmente entende a responsabilidade que possui na atividade educacional é aquele que estuda a aplicação de todo este arsenal de possibilidades, adaptando-os para cada situação específica. De métodos tradicionais a participativos, as opções são muitas; não há um *one size fits all*. Assim, cabe aos professores abdicar de opções pessoais em relação aos métodos utilizados e serem capazes de navegar entre as várias maneiras disponíveis para a transmissão da matéria desejada.

Esta maleabilidade, aliada a um ensino centrado no aluno, foi talvez o principal conhecimento que o autor deste trabalho obteve no curso do Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento, desenhado para preparar os professores do amanhã. Com tantos desafios que serão enfrentados em um constante choque de gerações vivenciado no ambiente acadêmico, o qual coloca frente a frente indivíduos de diferentes hábitos em posições e papéis diferentes, é fundamental entender o dinamismo do processo de aprendizagem para que nossas instituições formem profissionais e acadêmicos mais preparados.

Nas próximas páginas, a dissertação esmiuçarà a relação entre Direito e tecnologia para tecer um estudo sobre *se e como* deve o ensino do Direito se adaptar a uma realidade em que novas relações sociais são estabelecidas por meio da tecnologia e em que profissionais do Direito encontram cada vez mais ferramentas de ponta para utilização em sua atuação. Antes de ingressarmos no tema que serviu de pedra fundamental para os itens seguintes, contudo, peço que o leitor faça uma pausa e imagine as mudanças do Direito de uma forma mais ampla.

Antes de tecnológicas, as transformações são culturais. Envolvem pessoas, hábitos, gerações, comportamentos, atitudes. A economia e a política se reorganizaram ao redor de uma sociedade que é, por si, diferente das anteriores. Não é possível fincar um termo inicial para esta nova etapa, mas sua existência é inegável.

Se mudam pessoas, muda-se o Direito. E o seu ensino, como tarefa nobre de formar indivíduos, cidadãos e profissionais, somente por isso já deveria ser maleável o suficiente para ser suscetível a transformações constantes. É um ato fundamental para qualquer jurista desse século descer da falsa ideia de que o Direito, sua prática, seu ensino e tarefas correlatas são intocáveis demais para sofrerem mudanças.

O belo em formar pessoas é que, neste processo, contribuímos para nossa própria formação. Se (des)aprendermos para seguir aprendendo, já seria possível concluir antes mesmo de percorrer o restante da dissertação que, se há um tipo de transformação, seja ela tecnológica,

econômica, política, social ou decorrente de qualquer outro fator, tal fato em si deveria servir como gatilho para que possamos refletir sobre o novo significado da profissão jurídica.

Espero que o leitor aprecie o trabalho que segue, concebido desde seu início com o condão de provocar o desaprendizado.

Riviera de São Lourenço, 23 de dezembro de 2018.

INTRODUÇÃO

“The curious thing is that with these exponential changes, so much of what we currently know is just getting to be wrong. So many of our assumptions are getting to be wrong. As so, as we move forward, not only is it going to be a question of learning it is also going to be a question of unlearning.”

- John Seely Brown

O conteúdo e os objetivos do ensino do Direito no Brasil sofreram, ao longo do tempo, uma série de reajustes e atualizações. Apesar de não ser a primeira oportunidade em que os conteúdos básicos do curso são propostos¹, atualmente conta-se com uma série de normas que visam proporcionar aos discentes uma formação sólida e notoriamente interdisciplinar, obrigando que os cursos de Direito possuam, no mínimo três eixos de Formação: Geral (como Antropologia, Ciência Política ou Economia), Técnico-Jurídico (por exemplo, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo) e Prático-Profissional (que corresponde ao estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares).

As diferenças observadas após 190 anos da criação das Faculdades de Direito no Brasil demonstram que houve uma preocupação contínua em aprimorar não apenas o que era ensinado no âmbito dos cursos de graduação, mas também em como são organizadas as disciplinas. Se atualmente não se ensina mais obrigatoriamente Direito Eclesiástico e foram inseridas

¹ A origem dos cursos de Direito no Brasil remonta à Lei de 11 de agosto de 1827, a qual cria os cursos de *sciencias jurídicas e sociaes* (sic) nas cidades de São Paulo e Olinda. A norma, editada ainda à época do Império, além de inaugurar os cursos que posteriormente se tornariam Direito, também versava a respeito de seu conteúdo mínimo. À época, estipulava-se que os cursos jurídicos deveriam abordar as seguintes disciplinas: (i) no 1º ano: *Direito natural, publico, analyse de Constituição do Imperio, Direito das gentes, e diplomacia*; (ii) no 2º ano: *continuação das materias do anno antecedente e Direito publico ecclesiastico*; (iii) no 3º ano: *Direito patrio civil e Direito patrio criminal com a theoria do processo criminal*; (iv) no 4º ano: *continuação do Direito patrio civil e Direito mercantil e marítimo*; e (v) por fim, no 5º ano: *Economia politica e Theoria e pratica do proceso adoptado pelas leis do Imperio*.

disciplinas como Direito do Trabalho, por exemplo, é por que no lapso temporal que separa as duas pontas históricas houve uma transformação nas discussões jurídicas mais relevantes, bem como nas habilidades que gradualmente foram demandadas a juristas.

O exemplo acima é uma clara representação de uma perda de importância dos aspectos religiosos para o exercício da prática jurídica, enquanto questões relativas às relações de trabalho se tornaram mais relevantes. Esse movimento reflete o recuo do poder exercido pelas autoridades religiosas à época do Império (enquanto hoje vivemos um Estado laico) e as crescentes preocupações com os direitos dos trabalhadores, que ganharam força notadamente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX – as quais, no Brasil, atingiram seu ápice com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Assim, os estudos laborais se tornaram mais importantes aos juristas do que os religiosos, razão pela qual disciplinas relacionadas aos primeiros foram inseridas, enquanto suprimidas as que ensinavam os segundos.

Nada disso foi realizado de forma abrupta, como ressalta Bastos ao explicar que inicialmente a disciplina eclesiástica foi reduzida à opcionalidade (1998, p. 72) para ser suprimida apenas por ocasião do primeiro ciclo republicano brasileiro (BASTOS, 1998, p. 138). Em paralelo, a disciplina “Legislação Industrial do Trabalho” fora prevista inicialmente em 1936 (BASTOS, 1998, p. 203) e firmada oficialmente em 1962 (BASTOS, 1998, p. 241).

Mais recentemente, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Direito já reconheceram a importância das novas tecnologias para a formação do novo profissional jurídico. Essa perspectiva aparece no Parecer CNE/CES nº 635/2018, aprovado em 2018 pelo Ministério da Educação e que, com o objetivo de atualizar as estruturas de educação jurídica no Brasil, incluiu o domínio e conhecimento de novas tecnologias como elementos essenciais para o ensino do Direito na atualidade. Com as novas Diretrizes, instituições de ensino deverão promover mudanças substanciais em seus projetos pedagógicos.

Nesse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender como o desenvolvimento tecnológico, notadamente o observado a partir do último quarto do século XX e início do século XXI, provocou transformações no Direito suficientes para ensejarem, ao menos, uma adequação em como se dá o ensino jurídico e no quê é ensinado no processo.

Optou-se, como ponto de partida (Capítulo 1), por uma análise que engloba as mudanças observadas na transição da modernidade à pós-modernidade e da forma pela qual como esse processo afetou a sociedade (CASTELLS, 2017), o conceito de Estado e seu enfraquecimento

(CHEVALLIER, 2011), bem como sua organização (BRAMAN, 2003, p. 110) e as alterações nas concepções de Estado-nação (KURTH, 1992, p. 27). Paralelamente, busca-se entender a globalização e uma ressignificação das noções de tempo e espaço que, observadas em conjunto com as mudanças sofridas pelo Estado, podem ser consideradas como efeitos diretos do surgimento de novas tecnologias e que impactam significativamente o Direito e a profissão jurídica.

Tem-se como premissa a inovação tecnológica como não sendo o único fator que impulsiona as mudanças (CAHOONE, 1996, p. 8), mas considerando que, neste século, sua intervenção é uma das mais relevantes fontes de novas concepções sociais (CASTELLS, 2017, p. 64), sendo muitas vezes referida como uma “revolução” (CASTELLS, 2017, p. 87; CORRADO; HULTEN, 2010, p. 99; COLOMBO, 1988, p. 23), a qual, por fim, pode afetar o Direito em diferentes níveis (SUSSKIND, 2013, p. XVII).

Toma-se como hipótese a ideia de que as noções de Estado e seus pilares (como soberania e territorialidade, por exemplo) foram profundamente afetadas pelo surgimento de novas tecnologias. Houve uma ressignificação do poder estatal, um dinamismo atrelado à globalização, o surgimento de empresas em rede em decorrência de multinacionais e, por fim, uma revisão do que se entende como espaço-tempo. Em consequência, o Direito já não é mais emanado, praticado e sustentado como outrora.

O Capítulo 2 se dedica, então, a refletir a respeito do potencial transformador da tecnologia para o Direito, considerando bases político-sociais desenvolvidas no contexto da pós-modernidade. Aqui, analisam-se as mudanças que as novas tecnologias geraram para as ciências jurídicas e, ainda mais pontualmente, para as práticas do Direito. A exposição adota uma visão dual (LEGG, 2018) a respeito dos impactos tecnológicos nessa área: (i) *o Direito da Tecnologia*, ou seja, as novas situações enfrentadas por juristas a partir da introdução de novas tecnologias no ambiente social e econômico; e (ii) *a Tecnologia do Direito*, que representa o desenvolvimento, uso e implantação de novas tecnologias enquanto ferramentas presentes na atuação profissional de juristas.

A partir dessas bases, será possível examinar como a tecnologia demanda adequações para o ensino do Direito. A ideia de que há um novo perfil demandado aos profissionais do Direito, que engloba não somente novos conhecimentos como também novas habilidades e características subjetivas introduzirá o rol de adequações que podem ser observadas estrategicamente por agentes do ensino do Direito.

Enfim, na última parte do trabalho (Capítulo 3) pretende-se esclarecer se é necessário promover mudanças no ensino jurídico no país, considerando novos conhecimentos, novas habilidades e novas subjetividades exigidas aos profissionais da atualidade (KOO, 2007, p. 1; LEGG, 2018; PISTONE, 2015, p. 589). Também serão apresentadas algumas estratégias de adequação plausíveis, o conceito de transversalidade na mudança e, por fim, breves sugestões de agenda futura de pesquisa, concebidas diante dos atuais desafios enfrentados pelo ensino do Direito em uma realidade tecnológica.

1 DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE, NO ESTADO E NO DIREITO

1.1 Pós-modernidade e Pós-modernismo: noções preliminares

É evidente que o Direito evoluiu, nas últimas décadas, para adequar-se a uma nova realidade política, social, cultural, econômica e tecnológica. Ainda que esta última seja o foco principal deste trabalho, o qual foi concebido com o objetivo de analisar uma eventual necessidade de readequação do ensino jurídico diante desta nova realidade, é impossível partir diretamente para um raciocínio que compreenda a profundidade desta transformação como algo que se resuma às inovações tecnológicas.

Estudar a relação entre mudanças tecnológicas e seu impacto no Direito passa por uma abordagem preliminar que envolve revisitar as premissas de sociedades, nações e instituições concebidas e conectadas de uma forma distinta. Tratam-se de novos paradigmas que vão muito além da tecnologia e envolvem também aspectos mais subjetivos e culturais.

Ampliar o escopo inicial de análise é compreender a fase do Direito em que vivemos a partir de um prisma social e político, antes mesmo do tecnológico. Em outras palavras, isso significa que: (i) as transformações no Direito são consequências de um contexto maior; e (ii) a tecnologia é *parte*, e não o *todo*, da causa de mudanças vivenciadas pelo Direito.

Feito isso, é possível elaborar os questionamentos que justificam este capítulo como parte deste trabalho: em que momento a sociedade se transformou pela tecnologia? Quanto a inovação é capaz de afetar as bases de nossa sociedade e como as nações e empresas se relacionam, a ponto de afetar a organização jurídica nacional e supranacional?

É impossível afirmar em que ponto estamos desse processo de transição, ou ao menos se já foi determinado taxativamente o real potencial que novas tecnologias possuem enquanto fator de transformação. O que sabemos é que se vive um momento tão ou mais impactado pela tecnologia como o observado nas Revoluções Industriais (CASTELLS, 2017, p. 88), mas em que, diferente dessas ocasiões, as mudanças são mais profundas e difundidas. Nas palavras de Manuel Castells,

[...] diferentemente de qualquer outra revolução, o cerne da transformação que estamos vivendo na revolução atual refere-se às tecnologias da *informação, processamento e comunicação*. A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial. (CASTELLS, 2017, p. 88).

Alterando-se informação, processamento e comunicação, é razoável propor uma reorganização social, marcada por novos paradigmas em que indivíduos, Estados, empresas e outros agentes se posicionam e interagem de formas inéditas ou bastante diferentes. As conexões firmadas são mais abertas, distribuídas, em verdadeira rede. Ainda conforme Castells:

O que é fundamentalmente novo é que esses nós interagem globalmente, instantaneamente ou em momentos escolhidos. Assim, a rede de implementação de decisões é uma macro-rede global eletrônica, ao passo que a rede de tomada de decisões e de geração de iniciativas, ideias e inovação é uma micro-rede operada por comunicação presencial concentrada em certos lugares. (CASTELLS, 2017, p. 29)

Se a chamada “Revolução Tecnológica” é um acontecimento histórico tão relevante, em que ponto de nossa evolução está posicionada? A princípio, podemos considerar que as mudanças políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas associam-se movimentos que buscaram a revisão de uma série de conceitos e ideais desenvolvidos durante toda a modernidade. Essa é a razão pela qual surge a ideia de que essas revoluções ocorreram – e ainda ocorrem – na chamada *pós-modernidade*.

1.1.1 Terminologia: Pós-modernidade, Pós-modernismo e o Pós-moderno

A utilização dos termos *pós-modernidade*, *pós-modernismo* e *pós-moderno* é vista de forma variada no campo teórico e acadêmico. Hassan (2001, p. 3), por exemplo, utiliza o termo *pós-modernismo* para descrever movimentos culturais, enquanto *pós-modernidade* é empenhado para retratar um contexto geopolítico e econômico observado na atualidade. Giddens (1991, p. 40), por sua vez, também confere um caráter mais artístico aos movimentos do *pós-modernismo*, mas ressalva que o termo pode também atingir diferentes correntes e áreas; já *pós-modernidade*, para o autor, é a fase que sucede a condição de modernidade.

Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição mas não mostra que ela existe. (GIDDENS, 1991, p. 40)

Deste modo, essa ausência de um conceito consolidado faz com que distintas obras apresentem ideias semelhantes, mas referenciadas terminologicamente de forma desigual. A opção por uma ou outra nomenclatura fica a mercê da preferência autoral, havendo uma série de diferenciações que envolvem o uso dos termos de forma comparativa e até mesmo intrinsecamente (FOKKEMA, 1998, p. 25). Desse modo, cabe ao leitor uma leitura crítica para que a compreensão das ideias seja atingida em sua melhor qualidade. Contudo, enquanto defini-los de maneira decisiva possui pouca aplicação prática, é necessário delimitar em quais momentos cada um dos termos será empregado neste trabalho, especificamente.

Para fins de clareza, neste texto optou-se por uma simplificação da terminologia. Cada um dos termos será empregado em diferentes acepções, sendo que o termo *pós-modernidade* compreenderá não a designação de uma época específica, como será demonstrado mais adiante, mas sim o estágio evolutivo avançado de uma sociedade que sofreu transformações em diferentes níveis – artísticos, culturais, econômicos, tecnológicos, dentre outros; já o verbete *pós-modernismo* será associado especificamente ao conjunto de movimentos que surgiram na segunda metade do século XX e que provocaram as transformações que levaram as sociedades à chamada pós-modernidade – o que Harvey (1991, p. 65) considera como o enquadramento geral das mudanças profundas que separam a modernidade da pós-modernidade; o termo *pós-moderno*, por fim, será meramente um adjetivo que posiciona o seu subjetivo em um período específico da história cultural.

Para definir períodos literários, Nicol (2009, p. 1) propõe uma terminologia que será importada aqui. Uma vez que o condão desta parte inicial do trabalho objetiva analisar as amplas mudanças que desenharam as instituições (notadamente, o Direito) observados na atualidade, ampliaremos suas aplicações a um contexto maior de transformações políticas e sociais². Concisamente, Nicol apresenta a caracterização terminológica que adota em sua obra:

² Ou seja, pós-modernismo não será considerado um mero movimento artístico e cultural, mas também incluirá aspectos econômicos, políticos e geográficos de transição do moderno ao pós-moderno.

Os problemas com o termo pós-modernismo são complicados porque ao observarmos o conceito, estamos lidando com três derivativos - não apenas "pós-modernidade", mas também "pós-modernismo" e "pós-moderno". [...] 'Pós-moderno' é um adjetivo que se refere tanto a um período especial na história literária e talvez cultural [...], e um conjunto de estilos e princípios que caracterizam esteticamente a produção literária no período e que são moldadas pelo contexto do pós-modernismo e pós-modernidade. 'Pós-modernidade' refere-se à forma como o mundo mudou neste período, devido aos desenvolvimentos nas esferas políticas, sociais, econômicas e de mídia e 'pós-modernismo' (e o adjetivo relacionado 'pós-modernista') refere-se a um conjunto de ideias desenvolvido da filosofia e teoria e relacionadas com a produção estética. (NICOL, 2009, p. 2, tradução nossa³)

Assim sendo, em consonância com o observado na literatura de um modo geral, este trabalho adotará doravante o termo *pós-modernismo* (filosófico, histórico, etc) para referenciar de uma forma genérica os movimentos culturais, políticos, econômicos, tecnológicos, dentre outros responsáveis por provocar a transição da modernidade à *pós-modernidade* (e o processo de transição em si), sendo esta última, por sua vez, utilizada para representar a época em questão, o resultado temporal, ainda que incompleto, dos processos de mudança. Quando a intenção for caracterizar um elemento (e.g.: o Estado) típico ou situado na pós-modernidade, será atribuído o adjetivo *pós-moderno*.

1.1.2 Transformações sociais, políticas e o contexto da pós-modernidade

Feita a distinção terminológica adotada neste trabalho, argumenta-se preliminarmente que a noção de pós-modernismo é inicialmente filosófica, conforme proposto por Cahoon (1996, p. 1); é normalmente associada à vertente pós-estruturalista originada na França a partir da década de 1960. No entanto, essa noção de “quebra do modernismo” também pôde ser observada⁴ em movimentos artísticos, culturais, literais, arquitetônicos e até musicais

³ Texto original: “The problems with the term postmodernism are complicated further because when reading about it we are actually dealing with three derivatives – not just ‘postmodernity’, but also ‘postmodernism’ and ‘postmodern’. [...] ‘Postmodern’ is an adjective that refers both to a particular period in literary and perhaps cultural [...] and to a set of aesthetic styles and principles which characterize literary production in this period and which are shaped by the context of postmodernism and postmodernity. Where ‘postmodernity’ refers to the way the world has changed in this period, due to developments in the political, social, economic, and media spheres, ‘postmodernism’ (and the related adjective ‘postmodernist’) refers to a set of ideas developed from philosophy and theory and related to aesthetic production.”

⁴ Parte da literatura trata o pós-modernismo exclusivamente como movimentos culturais e estéticos – é o caso de Hassan (2001), por exemplo - mas como justificado anteriormente, neste trabalho ampliaremos seu escopo de

(CAHOONE, 1996, p. 7), tendo consequências, desse modo, em pilares sociais e, é claro, políticos (CAHOONE, 1996, p. 9).

Cahoone demonstra que o termo é, na realidade, uma miríade de significados impossíveis de serem categorizados (1996, p. 16). Ainda assim, o período a que se refere pode ser interpretado a partir de uma perspectiva metodológica, positiva e histórica. Cahoone (1996, p. 9) ainda descreve que o verbete “pós-moderno” foi sendo gradualmente adotado para adjetivar elementos de uma nova época (pós-modernidade) que sucedeu, completa ou parcialmente, a anterior (modernidade).

O termo "pós-moderno" gradualmente teve seu uso expandido na década de 1970. Ihab Hassan, que se tornaria um dos porta-vozes mais conhecidos do pós-modernismo, ligou tendências literárias, filosóficas e sociais sob o termo em 1977. Charles Jencks o aplicou à arquitetura em 1975. O pós-modernismo como fenômeno cultural foi atacado por Daniel Bell em 1976. Ao final dos anos 70, três livros galvanizaram o pós-modernismo como um movimento [...] Simultaneamente, o termo entrou em uso geral como um rótulo para a era atual, nosso próprio *fin de siècle* (fim do século). (CAHOONE, 1996, p. 9, tradução nossa⁵)

Já a perspectiva histórica do pós-modernismo é capaz de elucidar o posicionamento cronológico desta época. Se observada uma sucessão evidente de conceitos e paradigmas enraizados na modernidade, ao passo que surgem novas premissas ideológicas, culturais, políticas, e sociais, nota-se que a pós-modernidade talvez seja a época em que se vive atualmente; não pode ser observada, contudo, como uma negação dos conceitos promovidos na modernidade, e sim como uma ressignificação destes. É o que defende Cahoone:

O pós-modernismo histórico argumenta que a organização social e/ou política e/ou cultural da modernidade mudaram fundamentalmente, assim estamos diante de um mundo completamente novo. Essa é basicamente a denominação histórica do pós-modernismo, ou melhor, é o pós-modernismo como um aspecto histórico. A modernidade está em seu fim, ou está sofrendo uma profunda transformação. Essa alcunha pode ser aplicada por qualquer tipo de matéria, social, cultural, artística ou

aplicação. Assim, aceitaremos a proposta de Giddens (1991, p. 40) de que o termo também pode ser utilizado para outras áreas, sendo uma expressão da transição do moderno ao pós-moderno.

⁵ Texto original: “The term “postmodern” gradually came into expanded use in the 1970s. Ihab Hassan, who would become one of postmodernism’s most well-known spokesmen, connected literary, philosophical, and social trends under the term in 1977. Charles Jencks applied it to architecture in 1975. Postmodernism as a cultural phenomenon was attacked by Daniel Bell in 1976. In the late 1970s, three books galvanized postmodernism as a movement [...] Simultaneously the term came into general use as a label for the current era, our own *fin de siècle* (end of century) mood.”

teórica. Não é necessário fazer afirmações normativas, ou seja, não significa dizer que a modernidade estava errada. (CAHOONE, 1996, p. 17, tradução nossa⁶)

Entende-se, portanto, que o pós-modernismo histórico se refere aos movimentos que representaram um processo de transformação de uma série de concepções construídas na modernidade, trazendo a sociedade, em diferentes níveis, à pós-modernidade. Caracterizando o que faz parte dessa “nova” era, Cahoon (1996, p. 14) enumera quatro temas próprios ao pós-modernismo: apresentação (*versus* representação), origem (*versus* fenômeno), unidade (*versus* pluralidade), e *transcendência* de normas (*versus* imanência). Dentre tais concepções, destacam-se os desdobramentos observados em vertente política (CAHOONE, 1996, p. 19). Sendo tais premissas sociais e políticas, assim, é possível propor que o Estado e, consequentemente, o Direito, não passam isentos de mudanças.

É o que analisa Jacques Chevallier, em obra dedicada exclusivamente a esmiuçar as transformações sofridas pela noção de Estado na era pós-moderna. Para Chevallier (2011, p. 5) todo o contexto de transformações econômicas, culturais e políticas, por exemplo, afeta a organização da sociedade em Estado, talvez inclusive representando seu fim, se adotada uma corrente mais radical de análise⁷.

Esse primeiro capítulo visa analisar o papel do assumido pelo desenvolvimento tecnológico exponencial enquanto fator transformador, tal qual os movimentos artísticos e filosóficos, por exemplo. Se temos uma época (modernidade) revisada em suas bases culturais, sociais e políticas mais profundas, (i) o Direito também sofre transformações; e (ii) parte dessas transformações é, em diferentes níveis, causada pelo desenvolvimento tecnológico. Estruturar esse raciocínio nos permitirá, mais adiante, concluir se o Direito realmente sofre ou sofreu uma transformação tecnológica tão profunda que justifique uma adequação do ensino de futuros profissionais do Direito a uma nova realidade.

⁶ Texto original: “*Historical postmodernism argues that the social and/or political and/or cultural organization of modernity has changed fundamentally, so that we now face a novel world. This is simply the basic historical claim of postmodernism, or better, it is postmodernism as an historical claim. Modernity is at an end, or is undergoing a deep transformation. This claim can be applied to any kind of subject matter, social, cultural, artistic, or theoretical. It need not make any normative claims, that is, it need not say that modernity was wrong.*”

⁷ Essa perspectiva será abordada mais adiante neste trabalho, quando descrita a chamada crise do Estado pós-moderno. Neste momento, cabe introduzir a ideia de que Chevallier considera que atualmente são possíveis duas visões sobre o Estado atual: a primeira, a que trata do Estado como algo em crescente esvaziamento diante de uma mundialização e fadado ao desuso; a outra, que trata de tal mundialização como algo que fortalece, ao invés de enfraquecer, o Estado como forma de organização política.

1.2 Amplitude das transformações no Direito

Como endereçado no item anterior, é fundamental ampliar o escopo de análise das mudanças sofridas pelo Direito antes de partir para um estudo mais concentrado nas próprias transformações tecnológicas e em como elas afetam as ciências jurídicas. A proposta desta seção é analisar as mudanças que impactam o Direito de duas formas: primeiro, a atual conjuntura de organização política e estatal, alterando a concepção e aplicação do Direito em si; segundo, em como o mercado jurídico se apresenta atualmente.

Ainda que não seja possível determinar o ponto de partida da época (ou fase) que aqui chamamos de pós-modernidade, entende-se que este conceito, bastante amplo, refere transformações nas formas pelas quais a sociedade se organiza politicamente. Se a forma de estruturação dos Estados é afetada, o Direito consequentemente também o é.

Chevallier nos mostra que os princípios que norteiam o Estado pós-moderno são atrelados a uma evolução histórica, global e dinâmica. Neste sentido, o autor coloca as sociedades atuais em uma fase completamente nova quando comparadas à anterior. Chevallier (2011, p. 10) enumera uma série de fatores que, ao distorcer os equilíbrios sociais, são forças que corroboram para essa transmutação completa das sociedades nesta era pós-moderna. Neste sentido:

[...] as sociedades contemporâneas parecem ter entrado em uma nova fase. Por um lado, assistimos à comoção do conjunto de equilíbrios sociais: revoluções tecnológicas (avanços nas tecnologias de informação e comunicação, desenvolvimento de biotecnologias ...), mudanças no sistema de produção (aumento do papel da informação, decadência da indústria em benefício da prestação de serviços, realocação das unidades de produção, adequação das formas de trabalho), transformações da estratificação social (migração dos campos para a cidade, explosão do mundo do trabalho, multiplicação do empregos "intermediários"), inflexão de comportamento (INGELHART, 1993) e relações sociais, que, dentro de sociedades dominadas pela urgência e caracterizadas por uma permanente dinâmica de mudança, tendem a ser vividas de maneira instantânea, quase efêmera. (CHEVALLIER, 2011, p. 10, tradução nossa⁸)

⁸ Texto original: “[...] las sociedades contemporâneas parecen haber ingresado en una nueva fase. Por una parte, asistimos a la conmoción del conjunto de equilibrios sociales: revoluciones tecnológicas (avance de las tecnologías de la información y de la comunicación, desarrollo de las biotecnologías...), mutaciones del sistema de producción (papel creciente de la información, decadencia de la industria en beneficio de la prestación de servicios, deslocalización de las unidades de producción, adaptación de las formas de trabajo.), transformaciones

Nota-se que Chevallier posiciona a tecnologia como um coeficiente transformador da sociedade moderna. Entretanto, o avanço tecnológico é emparelhado com alterações na dinâmica social, sistemas de produção, estratificação social e inflexão de comportamentos. Deste modo, entende-se que a pós-modernidade eleva a sociedade atual não apenas para um contexto permeado de tecnologias, mas em que pessoas e instituições se comportam e se relacionam de uma forma totalmente nova. É quando percebemos que Chevallier coloca revoluções tecnológicas como apenas um, dentre tantos outros, agentes de modificação da sociedade pós-moderna.

Se há uma sociedade pós-moderna, há um Estado pós-moderno e suas características principais são fortes traços de incerteza, complexidade e indeterminação (CHEVALLIER, 2011, p. 15). Mudanças nas concepções de Estado, puramente políticas, afetam o Direito. Da mesma forma que a existência de uma *sociedade pós-moderna* também significa a replicação do conceito para a caracterização de um *Estado pós-moderno*, se há este último, também há um *Direito pós-moderno* (CHEVALLIER, 2011, p. 116). Tal cadeia lógica existe uma vez que as noções de Estado e de Direito são vinculadas e indissociáveis, de acordo com Chevallier (2011, p. 116). Do que se trata este Direito “pós-moderno” será um tema abordado posteriormente neste trabalho; por enquanto, resta saber que Chevallier traça um raciocínio bastante claro que analisa primeiramente transformações sociais, perpassa pela organização e interação política de Estados/nações e chega, finalmente, em uma reconfiguração nas noções de Direito. A tecnologia, frisa-se, *é apenas parte da mudança*.

Ainda sobre mudanças sociais que possuem consequências profundas no que se chama de Direito pós-moderno, Chevallier ainda define a sociedade atual como uma “sociedade de risco”⁹ (CHEVALLIER, 2011, p. 132). É quando o autor fala da necessidade de regulamentação jurídica em uma sociedade pós-moderna, pois

de la estratificación social (migración de los campos a la ciudad, explosión del mundo obrero, multiplicación de los empleos "intermediarios"), inflexión de los comportamientos (INGELHART, 1993) y de las relaciones sociales, que, dentro de las sociedades dominadas por la urgencia y caracterizadas por una dinámica permanente de cambio, tienden a ser vividos según la instantaneidad, bajo el signo de lo efímero.”

⁹ A “sociedade de risco” é objeto de estudo fundamentalmente de Ulrich Beck (2013), que analisa as interações entre desenvolvimento tecnológico e as noções de universalidade e compartilhamento de riscos. Contudo, aqui optou-se por trazer o conceito conforme trabalhado por Chevallier, uma vez que ele articula esse conceito com a ideia de crise do Estado, mais diretamente ligada ao argumento do presente trabalho.

[n]ovas ameaças aparecem incessantemente (sangue infectado, vaca louca, poluição ambiental ...) e a evolução científica e técnica é cheia de incertezas (explosão de biotecnologias e tecnologias de informação e comunicação ...): a regulação ambiental foi desenvolvida de acordo com as grandes catástrofes ecológicas (Seveso, poluição do Reno ...), o que levou à adoção de dispositivos cada vez mais vinculativos; os próprios profissionais exigem uma estrutura legal (por exemplo, médicos em matéria de experimentação médica ou agricultores no caso de "organismos geneticamente modificados") necessários para definir o campo legítimo de suas práticas. (CHEVALLIER, 2011, p. 132, tradução nossa¹⁰)

Para Chevallier, assim, a “sociedade do risco” demanda mais regulamentação e ações estatais que garantam valores relacionados à proteção jurídica dos indivíduos e entidades. A tecnologia, de acordo com o autor, é parte desta sociedade do risco, uma vez que representa uma forma dinâmica social que requer, por si só, uma regulação mais atenta do Estado.

Outra visão importante para compreender a amplitude de tais mudanças é a apresentada por Braman (2003, p. 109). A autora defende que a pós-modernidade é caracterizada por mudanças nas noções de Estado-nação e do que se considera um “fato”, por exemplo, e que atualmente incluem-se questões relacionadas às comunicações possibilitadas por uma sociedade da informação. Braman demonstra que a tecnologia é parte destas mudanças ao transmutar a forma como a informação é gerenciada e transmitida na atualidade.

A ideia de que as transformações no Direito vão além da tecnologia pode ser observada mais assertivamente quando o campo de análise é o mercado jurídico. Ao descrever o atual momento da profissão jurídica observada no mercado norte-americano, Benjamin Barton (2015, p. 19) afirma que as mudanças sofridas pelo Direito ao longo da história não se resumem à tecnologia e globalização, ainda que ambas estejam em um patamar de impacto sem precedentes. As mudanças no mercado, para Barton, devem ser colocadas em um contexto histórico e enxergadas como resultado de uma evolução vem ocorrendo ao longo do tempo. Não houve, portanto uma disrupção imediata – um momento em que “a chave virou”.

¹⁰ Texto original: “Nuevas amenazas aparecen sin cesar (sangre infectada, vaca loca, contaminación ambiental...) y la evolución científica y técnica está llena de incertidumbres (explosión de las biotecnologías y de las tecnologías de la información y de la comunicación...); la reglamentación relativa al medio ambiente se desarrolló así al compás de las grandes catástrofes ecológicas (Seveso, contaminación del Rin...), lo que condujo a la adopción de dispositivos cada vez más vinculantes; los propios profesionales reclaman un marco jurídico (por ejemplo, los médicos en materia de experimentación médica o los agricultores tratándose de "organismos genéticamente modificados") necesario para definir el campo legítimo de sus prácticas.”

Susskind (2013, p. 3) também considera que a tecnologia não é a única, sequer a principal, fonte de mudança no Direito nos tempos recentes. O autor defende que o atual momento do mercado de prestação de serviços jurídicos é composto por três fatores de transformação: (i) as demandas “mais por menos”; (ii) a liberalização dos serviços jurídicos; e (iii) por fim, a tecnologia.

Demandas “mais por menos” podem ser resumidas ao atual comportamento de clientes que, como contratantes, tendem a exigir uma nova postura de profissionais na entrega dos trabalhos. Para Susskind, a tendência é que clientes demandem cada vez mais um serviço de qualidade a custos baixos, pelo simples fato de que as maneiras “tradicionais” são inacessíveis a grande parte de potenciais clientes.

A liberalização de serviços jurídicos, por sua vez, diz respeito à crescente presença dos chamados *Alternative Legal Service Providers* ou, simplesmente, ALSPs. Estas organizações não são tipicamente prestadores de serviços jurídicos, mas tendem a ingressar neste mercado à medida que são diversificados métodos, lançadas tecnológicas que facilitem a execução destes trabalhos e, principalmente, regulamentações regionais permitam que estes tipos de serviços sejam prestados por não-advogados. O aumento da competitividade, quando permitido, impacta a oferta e a demanda e afeta, naturalmente, os prestadores tradicionais – advogados e escritórios de advocacia.

Por fim, Susskind destaca o papel da evolução tecnológica, uma vez que o potencial computacional é desenvolvido e torna possível o surgimento de empresas, ferramentas e novas soluções utilizáveis pelos profissionais.

O importante da visão do professor de Oxford é a análise de que o atual momento do mercado jurídico tem sofrido forças exógenas que alteram a forma como serviços são contratados, como clientes se relacionam com profissionais e como a atuação de juristas pode ser totalmente diferente diante de uma ampla gama de novas ferramentas disponíveis para utilização cotidiana. O Direito, assim, não é impactado apenas pela tecnologia, apesar de esta ser um importante fator de transformação. Na realidade, o autor considera o desafio de se entregar “mais-por-menos”, condições mercadológicas bastante complicadas, como o principal propulsor que exigirá de profissionais novas posturas, atitudes e entregas. Enfim, Susskind resume as recentes mudanças da seguinte forma:

Resumindo, assim, estou sugerindo que o desafio mais-por-menos, a liberalização e a tecnologia vão, juntos, conduzir uma imensa e irreversível mudança na forma como advogados trabalham. Há algo de uma perfeita tempestade aqui. A liberalização e a tecnologia, por si, trarão e tornarão possível uma reforma mas é o desafio do “mais-por-menos”, essa demanda em condições duras de mercado, que é e continuará sendo a força dominante que afeta as mudanças no Direito. (SUSSKIND, 2013, p. 14, tradução nossa¹¹)

Diante do exposto, ainda que já seja plausível uma conclusão preliminar de que realmente as mudanças sofridas pelo Direito vão muito além da tecnologia, é interessante discutir por qual razão esta é frequentemente considerada o único ou o principal fator propulsor das transformações recentes.

Para responder a estes questionamentos, recorre-se a duas ideias centrais: a primeira, de que as transformações tecnológicas não são inéditas para o Direito. Conforme descrito por Pinansky (1986, p. 616), o surgimento de tecnologias como o telefone e a máquina de escrever foram fundamentais para que o modelo de associação entre advogados fosse adotado por escritórios norte-americanos na segunda metade do século 19, uma vez que os custos precisavam ser compartilhados. Além disso, nem mesmo é possível afirmar que esta é a primeira vez que a tecnologia afeta a sociedade e demanda reações regulatórias, como Colonna (2012, p. 86) exemplifica ao analisar a *tort liability* em casos de veículos autônomos e utilizar, para tanto, regulações utilizadas para elevadores, barcos e aviões. Então, por que atualmente dá-se tanta importância ao potencial transformador da tecnologia?

A diferença primária da evolução tecnológica vista nos tempos atuais reside na velocidade do desenvolvimento tecnológico. Um gráfico apresentado por Fogel (1999, p. 2) e adaptado por Hoffman e Furcht (2014, p. 257) traça uma linha do tempo que parte do surgimento de técnicas primitivas como a agricultura e a metalurgia e representa tecnologias de ponta como inteligência artificial, computador pessoal, sequenciamento genético, dentre outras. É evidente, pela simples observação do gráfico, que se vive um momento de surgimento acelerado de novas tecnologias, uma vez que a curva se apresenta exponencialmente ao concentrar nas últimas décadas a maior parte das inovações pontuadas. Não seria absurdo,

¹¹ Texto original: “*In summary, then, I am suggesting that the more-for-less challenge, liberalization, and technology will together drive immense and irreversible change in the way that lawyers work. There is something of a perfect storm here. Liberalization and technology on their own would bring (and enable) reform but it is the more-for-less challenge, this imperative driven by grim market conditions, that is and will continue to be the dominant force affecting the business of law.*”

portanto, considerar a tecnologia como uma importante impulsionadora de revisões nas bases da sociedade atual e, conseqüentemente, obriga que as noções de Direito e o mercado jurídico sejam readequados a estas mudanças.

Contudo, conforme demonstrado neste item, as mudanças são mais amplas do que a tecnologia. Perpassam por fatores sociais, políticos e culturais, sendo necessário colocar a tecnologia em paralelo, como apenas uma das transformações observadas. Isso não significa, porém, que ela não seja importante ou que não afete o Direito de uma forma tão profunda a ponto de exigir uma readequação no ensino desta ciência. É o que demonstraremos nos itens seguintes.

1.3 Novos paradigmas tecnológicos e crise do Estado pós-moderno

Retomando o raciocínio descrito anteriormente, temos que as transformações vividas e consolidadas na chamada sociedade pós-moderna também provocaram mudanças na organização estatal, fazendo surgir, portanto, o chamado Estado pós-moderno. Demonstrou-se que os fatores de mudança podem ser políticos, econômicos, sociais e, finalmente, tecnológicos. Este item é dedicado, enfim, a estudar como especificamente o avanço da tecnologia afeta os fundamentos da sociedade e do Estado pós-moderno.

A inovação tecnológica é amplamente estudada pela literatura há mais de um século. Teorias econômicas clássicas, como a de Schumpeter (1939, 1997, 2007), já traziam profundas análises de como o surgimento de novas tecnologias afeta significativamente paradigmas econômicos e sociais. O austríaco defende a ideia de um movimento cíclico, em que a inovação passa por fases típicas¹² antes de haver um *boom* no surgimento de adventos tecnológicos. Por isso, Schumpeter busca a representação gráfica de *Kondratieff* para demonstrar as chamadas “ondas de inovação”. A cada onda, há uma ruptura de padrão econômico e tecnológico, uma vez que a inovação pode se dar de forma avassaladora, transformando o mercado. Por tal razão,

¹² Schumpeter (1997) propõe quatro fases que compõem o processo da inovação e do surgimento de novas tecnologias: *boom*, recessão, depressão e recuperação. Completado cada *ciclo* ou *onda*, há uma brusca ruptura mercadológica e uma reorganização econômica dos setores afetados pela revolução proporcionada pela tecnologia em questão.

um dos conceitos mais importantes relacionados à teoria schumpeteriana é o de “destruição criativa” (SCHUMPETER, 2007, p. 98), termo cunhado pelo próprio autor em 1942.

O conceito de destruição criativa é bastante relacionado com a ideia de disrupção proposta anos mais tarde por Christensen e Bower (1995, p. 44). As mudanças tecnológicas consideradas disruptivas afetam mercados já consolidados e trazem duas características principais: atributos de performance diferenciados e uma velocidade arrasadora de tomada do mercado. Por tal razão, são transformações tecnológicas intensas que revolucionam economias (CHRISTENSEN; BOWER, 1995, p. 45).

Ainda que as teorias de Schumpeter e Christensen/Bower sejam separadas por décadas, ambas analisam o surgimento de novas tecnologias como fator de impactos profundos na sociedade e no mercado. Liversidge (2015, p. 53) utiliza os trabalhos dos referidos autores de forma comparativa, com o objetivo de justificar a rápida evolução tecnológica como fruto de algumas causas visíveis:

Três razões são propostas para o surgimento do termo *inovações disruptivas*. O primeiro é que o ciclo ou o tempo de vida de qualquer produto é muito menor e a velocidade da mudança é muito mais rápida. A segunda razão é o aumento da globalização e a mudança do centro econômico do mundo, do Ocidente para a Ásia. A terceira razão é que as mudanças estão afetando todos os níveis da sociedade. (LIVERSIDGE, 2015, p. 53)

Nota-se que tanto Schumpeter quanto Christensen/Bower consideram como importantes características da inovação a velocidade da evolução tecnológica e a amplitude das transformações, que afetam diferentes setores econômicos, companhias, indivíduos e instituições. Por esse ângulo, Chevallier (2011, p. 132) defende que a tecnologia é um agente de transformação típico da sociedade e do Estado pós-modernos e Nel (2006, p. 114), por sua vez, corrobora tal visão.

[...] é conclusivo que a Tecnologia da Informação promove várias facetas do Pós-Modernismo e cria ambientes que permitem o florescimento do Pós-Modernismo.

Neste sentido, Tecnologias da Informação são tidas como um agente ativo do Pós-Modernismo. (NEL, 2006, p. 114, tradução nossa¹³)

Nel (2006, p. 110) deduz que os mercados capitalistas atuais são bastante dependentes das estruturas de tecnologia da informação. De acordo com o autor, a tecnologia quebra paradigmas da produção em massa, dos canais de comunicação, permite um aumento no conhecimento organizacional, torna possível otimizações dramáticas, o armazenamento de informações e se converte na espinha dorsal da economia global contemporânea. Deste modo, é impossível não considerar a tecnologia como um agente do pós-modernismo.

A profundidade do impacto também é observada por Colombo (1988, p. 23), que considera o advento de novas tecnologias como uma reestruturação completa da sociedade e da economia. Para o autor, a atual velocidade do desenvolvimento tecnológico se apresenta de maneira extremamente rápida (COLOMBO, 1988, p. 25) e permite com que tanto pequenas quanto grandes empresas pensem e atuem em escala global (1988, p. 26). Colombo (1988, p. 30) ainda considera a tecnologia enquanto ferramenta essencial para alavancar economias do Terceiro Mundo por meio da agricultura, educação e prestação de serviços; propõe, ainda, que é possível se pensar em um crescimento equilibrado sem uma urbanização desenfreada e consequentemente um aumento em taxas de desemprego. Neste sentido, a inovação tecnológica é abordada amplamente na literatura como um importante fator propulsor do desenvolvimento econômico e social¹⁴.

Mas como o surgimento de novas tecnologias afeta objetivamente a sociedade e o Estado na pós-modernidade, sendo possível escalar seus impactos também ao Direito? Para Sandra Braman, revoluções tecnológicas que afetam sistemas de informação acabam por modificar a forma e os meios de comunicação, o que, por sua vez, podem provocar uma revisão profunda de alguns elementos da pós-modernidade, como, por exemplo, o Estado-nação, as condições para se considerar algo como “fato”, o universal e a noção de poder (BRAMAN, 2003, p. 109). Braman afirma que a comunicação se dá na sociedade da informação de uma forma bastante diferente e não apenas os meios, mas também considerando novos agentes:

¹³ Texto original: “*Ultimately it was concluded that Information Technology promotes the various facets of Post-Modernism and creates environments that allow Post-Modernism to flourish. In this way Information Technology is construed as acting as an agent of Post-Modernism*”

¹⁴ É o que se observa, por exemplo, em Cooter (2005), Acs e Audretsch (1988), Wennekers e Thurik (1999) e Baumol e Strom (2007).

Os estudos sobre a comunicação internacional focaram exclusivamente em fluxos entre humanos. No futuro, entretanto, haverá uma necessidade crescente de serem também consideradas comunicações entre humanos e computadores – distinguindo comunicações com bases de dados, programas, agentes inteligentes e avatares – e também comunicações entre computadores que não envolvem seres humanos em nenhum momento. (BRAMAN, 2003, p. 111, tradução nossa¹⁵)

Dessa forma, se a presença da tecnologia altera as noções de mobilidade, acarreta uma pluralidade de novos agentes e um crescente dinamismo, há uma revisão da estrutura de poder permitida por uma comunicação mais rápida e barata. Braman, então, conclui que há uma interligação em cadeia dos efeitos provocados por inovações tecnológicas que envolvam o manejo de informações e a comunicação entre tais agentes:

No contexto pós-moderno, no entanto, a facticidade passou a ser entendida como culturalmente rica, além de ser empiricamente fundamentada e, portanto, determinada pelas interações sociais em formas organizacionais e comunais além daquelas do Estado-nação. Tais formas - da família, etnia, comunidade, ONGs e corporações transnacionais e multinacionais - competem e trabalham com o Estado-nação não apenas na determinação da facticidade, mas no exercício de outras formas de poder. As formas dominantes de poder no ambiente contemporâneo são aquelas que lidam com as bases informacionais de materiais, regras e instituições e ideias - isto é, com identidade. O local, o site no qual a identidade é fundamentada, se tornou móvel. (BRAMAN, 2003, p. 118, tradução nossa¹⁶)

Jacques Chevallier tece considerações semelhantes sobre a circulação de informações na época pós-moderna. Para Chevallier, sistemas como a internet, por exemplo, são evidências nítidas de uma descentralização e suavização de fronteiras, típica da pós-modernidade (CHEVALLIER, 2011, p. 31).

¹⁵ Texto original: *“Those studying international communication have focused exclusively on flows between humans. In the future, however, there will be an increasing need to take into account communications between humans and computers-distinguishing between communication with databases, programs, intelligent agents, and avatars-as well as those communications between computers that never involve humans at all.”*

¹⁶ Texto original: *“In the postmodern condition, however, facticity has come to be understood as culturally rich in addition to being empirically grounded, and thus determined by social interactions in organizational and communal forms beyond those of the nation-state. Such forms-those of the family, ethnicity, community, NGOs, and transnational and multinational corporations-compete and work with the nation-state not only in determination of facticity but in the exercise of other forms of power. The dominant forms of power in the contemporary environment are those that deal with the informational bases of materials, rules and institutions, and ideas-that is, with identity. The local, the site in which identity is grounded, has itself become mobile.”*

A relação direta entre a alteração dos centros de poder decorrente de um meio tecnológico de comunicação também é abordada por Michael Mehta e Éric Dahrier em 1998, em artigo que analisa os efeitos políticos da internet. Para os autores, há uma evidente inconformidade entre a natureza desta tecnologia e a centralização do poder estatal.

A Internet, por definição, é o oposto de centralização, e como resultado, é inevitável um conflito entre a natureza desta tecnologia e as forças do estado tentando manter o controle. A mudança de uma informação altamente centralizada e infraestrutura de comunicação para um arcabouço descentralizado de redes interconectadas que atravessam o planeta gerou uma preocupação considerável sobre questões como jurisdição, privacidade e censura. Também há preocupações sobre os efeitos desta nova tecnologia em nossa identidade própria e a qualidade e o tipo de interações sociais que construímos. (MEHTA; DARIER, 1998, p. 109, tradução nossa¹⁷)

O texto dos autores, publicado em um momento de expansão da utilização a nível global da internet, já demonstrava preocupação com os efeitos políticos de uma rede interconectada que permite a transmissão descentralizada de informações. Este efeito traduz-se em questões jurídicas como jurisdição e privacidade, por exemplo, conforme indicadas por Mehta e Darier. Curiosamente, anos mais tarde tais temas se tornam bastante quentes nas discussões acadêmicas jurídicas, vez que os anos 2010s foram época do desenvolvimento exponencial de tecnologias como o *Blockchain*, que desafia o conceito de centralização monetária e registral, por exemplo. Paralelamente, regulamentações relacionadas à privacidade de dados emergem na Europa (*General Data Protection Regulation*) e no Brasil (Lei n. 13.709/18 ou simplesmente Lei Geral de Proteção de Dados) em um contexto de valorização de informações pessoais de consumidores de serviços e produtos.

Essa mudança de eixos de poder por meio da internet também é analisada por Tang e Yang (2011, p. 675), desta vez considerando a atribuição, a qualquer indivíduo que tenha acesso à internet, do poder de comunicação em massa:

¹⁷ Texto original: “*The Internet, by definition, is the opposite of centralization, and as a result, a conflict between the nature of this technology and the forces of the state attempting to maintain control is inevitable. The shift from a highly centralized information and communication infrastructure to a decentralized set of interconnected networks that cross the globe has generated considerable concern about issues of jurisdiction, privacy, and censorship. There are also concerns about the effects of this new technology on our self-identity and the quality and type of social interactions we forge.*”

[...] desde que pessoas tenham recursos para acessar a internet, estas estão em posição de fazer suas vozes serem ouvidas. Na realidade, entretanto, é óbvio que a grande maioria dos usuários da internet não estão aptos a se fazerem ‘visíveis’ e que suas preocupações recebem pouca atenção. A descentralização e produção autônoma que são típicas do espaço da internet também significam um fluxo enorme de informações e, portanto, uma dissipação do poder e de sua intensidade detida por um único produto cultural no ambiente virtual (TANG; YANG, 2011, p. 676, tradução nossa¹⁸)

A ideia defendida pelos autores é de que a internet permite que qualquer indivíduo difunda e compartilhe seus pensamentos, conteúdos e opiniões. Contudo, esse poder é, na realidade, simbólico. O que de fato ocorre é um evidente aumento no fluxo das informações e isso, por si só, já pulveriza a detenção do poder – em um efeito de verdadeira descentralização.

Se a tecnologia – mais precisamente, revoluções que afetam a transmissão de informações – causa um fenômeno que transfere parte do poder de Estados para outras entidades como, por exemplo, multinacionais (BRAMAN, 2003, p. 110) ou até mesmo indivíduos (TANG; YANG, 2011, p. 677), é possível vislumbrar um notório enfraquecimento do Estado. Não é inédita na literatura a teoria de que o Estado pós-moderno, então, é um estado em crise (CHEVALLIER, 2011, p. 5). Retomando o raciocínio que iniciou este capítulo, uma vez que o que impacta a sociedade também afeta o Estado na pós-moderno, há também efeitos provocados no Direito e, enfim, na profissão jurídica.

Dentre a série de fenômenos característicos da pós-modernidade já descritos anteriormente, nos interessa para fins deste trabalho os que, cumulativamente: (i) decorrem do surgimento de novas tecnologias; e (ii) afetam o Direito. Destacam-se, neste sentido, os relacionados diretamente ao enfraquecimento do Estado pós-moderno: a globalização, as multinacionais/empresas em rede e as novas concepções de tempo e espaço.

Os três aspectos supracitados são profundamente relacionados ao advento de novos sistemas de informação que tornam possível uma reorganização social/política na era pós-moderna e fazem parte de um grande sintoma deste período que considera um enfraquecimento do Estado. Tais matérias serão analisadas nos próximos itens para que, ao fim, seja possível concluir quais seus efeitos no Direito.

¹⁸ Texto original: “[...] as long as people have the resources to access the internet, they are in a position to make their voice heard. In reality, however, it is obvious that the vast majority of internet users are not really able to make themselves ‘visible’ and that their concerns receive little attention. The decentralization and autonomous production which characterize the internet space also mean an overflow of information and hence dissipation of power and intensity held by any single cultural product in the virtual space.”

1.4 Enfraquecimento do Estado

Até o momento, demonstrou-se que a sociedade pós-moderna é caracterizada por uma série de transformações que envolvem vertentes culturais, sociais e políticas. Consequentemente, tais mudanças afetam em diferentes níveis a organização estatal, fazendo com que as instituições nacionais se comportem e se relacionem de formas diferentes. Por fim, também foi possível concluir que, dentre outros, um importante fator propulsor das mudanças observadas no período é o desenvolvimento acelerado e exponencial de novas tecnologias.

Argumenta-se que a tecnologia, ao tornar possível uma nova forma de comunicação e a reorganização econômica, acaba por ampliar poderes privados – gradativamente concedidos às corporações e cidadãos - em detrimento dos poderes Estatais. Isto significa que uma das consequências de novos paradigmas tecnológicos é o chamado enfraquecimento do Estado, reduzindo a supremacia estatal enquanto “entidade” responsável por produzir e aplicar o Direito. Esta não é uma conclusão trivial, no entanto.

É o que explica Jacques Chevallier, professor francês que dedica uma obra exclusivamente para traçar um detalhado retrato dos Estado e Direito pós-modernos. Chevallier (2011, p. 5) defende no início de sua obra que a necessidade de se reavaliar a posição do Estado na pós-modernidade é inegável. Contudo, essa ressignificação não seria uníssona nas teorias políticas.

Chevallier descreve duas visões adotadas amplamente para descrever o papel do Estado na atualidade. A primeira adota uma postura que considera as transformações do pós-modernismo como um indício de uma fase de “irremediável decadência”.

A interpretação mais radical seria considerar estas transformações como o indício, ou um sinal premonitório, do fim do Estado como forma de organização política. Surgido em dado momento da evolução das sociedades, o Estado teria entrado em uma fase de irremediável decadência. (CHEVALLIER, 2011, p. 5, tradução nossa¹⁹)

¹⁹ Texto original: “La interpretación más radical sería considerar estas transformaciones como el indicio, o la señal premonitoria, del fin del Estado como forma de organización política. Surgido en un momento dado de la evolución de las sociedades, el Estado habría entrado en una fase de irremediable decadencia.”

Para Chevallier, este posicionamento assume que a mundialização observada no pós-moderno é a responsável por esvaziar o poder do Estado. Contudo, considera que a perspectiva de que a ideia de soberania já estaria ultrapassada não possui efeitos reais, ainda que o fenômeno da mundialização realmente tenha tirado alguns atributos dos Estados (CHEVALLIER, 2011, p. 5).

A outra corrente adota um posicionamento diametralmente oposto, ao considerar que a mundialização constitui, na realidade, uma reafirmação da hegemonia do modelo de Estado (e suas noções de poder) consolidado no Ocidente:

Uma interpretação contrária nos levaria a considerar que a mundialização comporta não apenas o esgotamento da forma estatal, mas, ao contrário, a afirmação hegemônica do modelo de Estado em voga no Ocidente. (CHEVALLIER, 2011, p. 5, tradução nossa²⁰)

O professor explica que para os defensores desta perspectiva, a mundialização permite a imposição estatal como forma de dominação institucional, principalmente pelas potências que dominam o cenário internacional (CHEVALLIER, 2011, p. 6). O exemplo citado por Chevallier é relacionado à universalidade da democracia liberal como regime político; indica que após a queda das nações socialistas, esta (democracia liberal) é a forma de organização adotada pela maioria dos países. Entretanto, o próprio autor afirma que essa é uma ótica bastante reducionista.

Ao tentar desenhar a organização política global pela lógica da imposição de valores e premissas, ignora-se a existência recorrente de choques culturais e conflitos que têm como origem tentativas de se aplicar ideologias e sistemas coercitivamente. O raciocínio em que a mundialização promove homogeneidade, então, não oferece respostas satisfatórias por não admitir, no fim das contas, a ideia de diversidade cultural e social (CHEVALLIER, 2011, p. 6).

Uma vez que ambas teorias são simplórias em demasia, quais as características deste Estado pós-moderno, então? Primeiramente, o professor admite que as transformações sociais que afetam o Estado não são meramente cosméticas, mas profundas o suficiente para promover

²⁰ Texto original: “Una interpretación contraria nos llevaría a considerar que la mundialización comporta no solo el agotamiento de la forma estatal sino, al contrario, la afirmación hegemónica del modelo de Estado en boga en Occidente.”

novos equilíbrios (CHEVALLIER, 2011, p. 7). Para entender tais mudanças, Chevallier explica que é impossível reduzir a ótica transformacional do Estado sem adotar uma perspectiva histórica.

Assim, Chevallier (2011, p. 9) inicialmente traça uma rápida passagem histórica sobre como a organização estatal se consolidou como modelo institucional político na época moderna. O autor elenca, em conclusão, as características principais deste Estado moderno:

As características essenciais do modelo estatal são também a tradução dos valores subjacentes da modernidade: a institucionalização do poder, isto é, a inscrição das relações de dominação política em um contexto geral e impessoal; a produção de um novo quadro de lealdades, a "cidadania" concebida como um vínculo exclusivo, incompatível com outras lealdades paralelas ou concorrentes; o estabelecimento de um monopólio da força, que pressupõe que o Estado deve, dentro de suas "fronteiras", delimitado pelo espaço de sua "soberania", ser a única fonte de direito e ser o único autorizado a utilizar mecanismos coercitivos; a consagração de um princípio fundamental de unidade, unidade de valores resultante da pertença a uma esfera pública apresentada como diferente do resto da sociedade, unidade de direito estatal, apresentando-se como um todo coerente, uma "ordem" estruturada, unidade da instituição responsável por executar o poder do Estado. Todos esses elementos nos mostram que a construção do Estado aparece como inseparável de uma modernidade que aparece tanto como reflexo quanto como vetor desses princípios. (CHEVALLIER, 2011, p. 9, tradução nossa²¹)

Nota-se que o Estado, na modernidade, se apresentava institucionalmente forte, internacionalmente soberano e socialmente poderoso. Se relacionava de maneira impositiva, sendo o responsável por garantir a ordem e estabelecer as bases que norteiam a nação nele circunscrita. Na época moderna, então, resume-se o Estado como uma instituição sólida, inquestionável e potente.

Para Chevallier, os valores crescentes na sociedade pós-moderna são profundos ao ponto de representar uma verdadeira crise (CHEVALLIER, 2011, p. 10), visto que impactam

²¹ Texto original: "*Las características esenciales del modelo estatal son asimismo la traducción de los valores subyacentes de la modernidad: la institucionalización del poder, es decir la inscripción de las relaciones de dominación política en un contexto general e impersonal; la producción de un nuevo marco de lealtades, la "ciudadanía" concebida como un lazo exclusivo, incompatible con otras lealtades paralelas o concurrentes; el establecimiento de un monopolio de la fuerza, el cual supone que el Estado debe, dentro de sus "fronteras", delimitadas por el espacio de su "soberanía", ser la única fuente de derecho y ser el único habilitado para utilizar mecanismos coercitivos; la consagración de un principio fundamental de unidad, unidad de valores resultante de la pertenencia a una esfera pública presentada como diferente del resto de la sociedad, unidad del derecho estatal, presentándose como una totalidad coherente, un "orden" estructurado, unidad de la institución encargada de ejecutar el poder del Estado. Todos estos elementos nos muestran que la construcción del Estado aparece como indisociable de una modernidad que se presenta a la vez como el reflejo y como el vector de dichos principios.*"

instituições e valores arraigados na modernidade. A evolução social deixa de ser ditada pelas leis da razão e se revestem gradualmente de incerteza e imprevisibilidade (CHEVALLIER, 2011, p. 11); há complexidade e indeterminação social, representadas simbolicamente pela sociedade em rede, como por exemplo a descrita por Castells (CHEVALLIER, 2011, p. 12); valores relacionados ao hiperindividualismo se propagam, ao passo que determinismos sociais são rechaçados e há uma crescente ênfase na felicidade pessoal (CHEVALLIER, 2011, p. 12); por fim, a sociedade pós-moderna demonstra novas formas de relação do indivíduo com o coletivo, sendo possível observar uma forte característica de competitividade (CHEVALLIER, 2011, p. 13).

As transformações sociais da pós-modernidade tecem um pano de fundo para uma significativa mudança no papel político do Estado. Em outras palavras, esta “nova” sociedade provoca a existência de um “novo” Estado, lógica já descrita anteriormente neste trabalho.

[...] o Estado não teria como escapar do movimento de fundo que agita sociedades que entraram na era da pós-modernidade: esse movimento não poderia deixar de afetar o próprio significado da instituição estatal. Nesse sentido, quatro ideias essenciais podem ser mencionadas: o Estado passa por um *conjunto de mudanças*, que afetam todos os seus elementos constituintes; essas mudanças estão *ligadas entre si*, conectam-se de uma para outra; elas *são inseparáveis das mudanças mais gerais* que afetam a sociedade como um todo; elas não são apenas mutações superficiais, epidérmicas ou “cosméticas”, mas efetivamente levam a uma *nova configuração de Estado*. (CHEVALLIER, 2011, p. 15, tradução nossa²²)

O Estado pós-moderno, na realidade, se alinha com os valores dinâmicos da sociedade pós-moderna, não sendo possível, deste modo, desenhar um contorno nítido de suas características. Não existem atributos absolutos, e sim novas relações, uma complexidade pujante, uma dificuldade de consolidação de instituições firmes. De acordo com Chevallier, a organização estatal da atualidade pode ser descrita da seguinte forma:

Tudo transcende como se estivéssemos testemunhando precisamente o questionamento dos atributos clássicos do Estado, mas sem poder desenhar com mão

²² Texto original: “[...] el Estado no sabría escapar al movimiento de fondo que agita las sociedades entradas en la era de la posmodernidad: este movimiento no podría dejar de afectar el sentido mismo de la institución estatal. En este sentido, cuatro ideas esenciales pueden mencionarse: el Estado atraviesa un conjunto de cambios, que afectan todos sus elementos constitutivos; estos cambios están ligados entre ellos, reenvían del uno al otro; ellos son indisociables de los cambios más generales que afectan a la sociedad en su conjunto; son mutaciones no solo superficiales, epidérmicas o “cosméticas”, sino que conducen efectivamente a una configuración estatal nueva”

firme os contornos de um novo modelo estatal; o Estado pós-moderno é um Estado cujas características permanecem precisamente e, como tal, marcadas pela incerteza, complexidade, indeterminação, e esses elementos devem ser considerados elementos estruturais, constitutivos do estado contemporâneo. Para analisá-las, é necessário deixar de lado o universo das certezas, bem definido, deixar o caminho bem organizado da ordem, abandonar a ilusão de uma coerência necessária, de um acabamento absoluto; só é possível esclarecer um certo número de aspectos que, em contraste com os atributos tradicionais do Estado, são a marca, o signo, o sinal tangível dessa nova indeterminação. (CHEVALLIER, 2011, p. 15, tradução nossa²³)

Por tal razão, o Estado pós-moderno é uma expressão da diversidade política pela qual passa a sociedade global da atualidade. É um parâmetro de análise, e não uma expressão clara de um conglomerado de características universais. Assim, a pós-modernidade se manifesta de diferentes formas a depender da região e do grau de desenvolvimento de cada Estado (CHEVALLIER, 2011, p. 15).

Neste sentido, o nível de evolução tecnológica e permeabilidade das tecnologias da informação vivenciado por uma sociedade ou por outra é uma manifestação da pós-modernidade. Por isso, alguns Estados já podem ser mais posicionados na pós-modernidade do que outros, e alguns se mantêm mais próximos das características da modernidade (CHEVALLIER, 2011, p. 15). O professor conclui, então, que a diferenciação cultural, os diferentes graus de posicionamento histórico e uma fluida interdependência estatal colocam a pós-modernidade na dimensão de uma ótica que sopesa relações internacionais (CHEVALLIER, 2011, p. 16).

A importância de se entender as transformações sofridas pelo Estado na era pós-moderna reside no fato de que este pode assumir um papel relevante no desenvolvimento tecnológico. Neste condão, é impossível dissociar a organização estatal das inovações tecnológicas, uma vez que o Estado, ao ser revestido de características diferentes, pode também assumir novas posturas que dizem respeito diretamente ao surgimento de novas tecnologias. Há uma profunda relação, deste modo, entre como o Estado se manifesta, se organiza, se comporta

²³ Texto original: “*Todo trasciende como si asistiéramos precisamente a la puesta en entredicho de los atributos clásicos del Estado, pero sin que sea posible dibujar con mano firme los contornos de un nuevo modelo estatal; el Estado posmoderno es un Estado cuyas características permanecen precisamente, y, como tal, marcadas por la incertidumbre, la complejidad, la indeterminación, y estos elementos deben ser considerados elementos estructurales, constitutivos del Estado contemporáneo. Para analizar este último es necesario dejar a un lado el universo bien trazado de las certitudes, salir del camino bien diseñado del orden, abandonar la ilusión de una necesaria coherencia, de un absoluto acabado; sólo es posible despejar una cierta cantidad de aspectos que, en contraste con los atributos tradicionales del Estado, son la marca, el indicio, el signo tangible de esta nueva indeterminación*”

e se relaciona com terceiros; e também como a tecnologia se desenvolve a ponto de influenciar a sociedade.

Esta relação pode ser muito ou pouco intensa. Parte da literatura ainda assume uma postura bastante incisiva ao considerar o Estado não como *mais um*, mas como o *maior* propulsor da inovação tecnológica. É o caso de Mazzucato (2015, p. 52) que o coloca a entidade estatal como a grande responsável por tornar possível o crescimento exponencial de grandes empresas de tecnologia como Apple e Google, por exemplo (MAZZUCATO, 2015, p. 136).

O papel do Estado não se limita à criação de conhecimento por meio de universidades e laboratórios nacionais, mas envolve também a mobilização de recursos que permitam a difusão do conhecimento e da inovação por todos os setores da economia. E faz isso mobilizando as redes de inovação existentes ou facilitando o desenvolvimento de novas, que reúnam um grupo diverso de partes interessadas. Entretanto, não basta ter um sistema nacional de inovação que seja rico em redes horizontais e verticais. O Estado precisa também comandar o processo de desenvolvimento industrial, criando estratégias para o avanço tecnológico em áreas prioritárias. (MAZZUCATO, 2015, p. 71)

Sua proposta é diametralmente oposta à de Peter Drucker (1986, p. 257), que enxerga o próprio empreendedor – representado, majoritariamente, pelo setor privado – como o principal responsável pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Ao estudar a influência da tecnologia no poder estatal, Drucker preconiza que para se manter relevante, o Estado precisa se modernizar e implementar práticas típicas de empreendimentos privados.

[...] as instituições de serviço público tornaram-se demasiadamente importantes e demasiadamente grandes nos países desenvolvidos. O setor de serviços públicos, tanto governamentais como os privados sem fins lucrativos, cresceu mais rapidamente neste século que o setor privado [...]. Instituições de serviços públicos precisarão aprender a serem inovadoras, e se administrarem empresarialmente. Para conseguir isso, as instituições de serviço público precisarão aprender a ver as mudanças sociais, tecnológicas, econômicas e demográficas como oportunidades em período de rápida mudança em todas essas áreas. Caso contrário, elas se tornarão obstáculos. (DRUCKER, 1986, p. 256)

Mesmo assim, Drucker considera que esta é uma tarefa praticamente impossível para a entidade do Estado. Em uma sociedade tecnológica, a instituição estatal se tornaria gradualmente contrária ao interesse público, uma verdadeira parasita (DRUCKER, 1986, p. 257).

As instituições de serviço público se tornarão cada vez mais incapazes de desempenhar sua missão à medida que se mantêm fiéis a programas e projetos que não podem funcionar em um meio ambiente em mudança, e, ainda assim, sem serem capazes ou estarem dispostas a abandonar as missões que não podem mais desempenhar. Cada vez mais, elas virão a se parecer aos barões feudais depois que perderam toda a sua função social: como parasitas, sem funções, sem nada restar a não ser o poder de obstruir e de explorar. Elas se tornarão auto-justificadas embora perdendo crescentemente a sua legitimação. (DRUCKER, 1986 p. 256)

Percebe-se, então, que a literatura diverge quanto à positividade (e negatividade) da relação entre Estado e tecnologia. Fato é, contudo, que tal relação existe e o Estado e a tecnologia são indissociáveis. Deste modo, se há um desenvolvimento tecnológico, o Estado é afetado e o contrário também ocorre. É o que explica Manuel Castells:

Entretanto, embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado. Ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos. Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 2017, p. 66)

Ante o exposto, é possível concluir preliminarmente que o Estado pós-moderno, ainda que não possa ser descrito de forma dogmática, alcunhando-o de atributos específicos, é um Estado que compartilha poderio e enfrenta uma suavização de sua soberania quando observado sob o prisma internacional; em paralelo, nota-se uma irrefutável participação da tecnologia neste processo, o que se manifesta por meio de revoluções nos meios de comunicação e no dinamismo social vigente.

O presente item analisará, nas próximas páginas, alguns dos efeitos observados no Estado pós-moderno que são mais relacionados ao surgimento de novas tecnologias. Primeiramente, será estudado o compartilhamento do poder do Estado com as corporações multinacionais; o segundo sub-item trabalhará o conceito de globalização e a reorganização da sociedade para um formato “rede”; o último, por fim, apresentará a lógica da transformação das noções de tempo e espaço. Essas três consequências possuem relação direta entre si, uma vez

que uma se apresenta como causa ou resultado da outra, e vice-versa. Para fins de clareza, optou-se por retratá-las de forma separada neste trabalho, ainda que compartilhem muito de sua lógica de formação e origens comuns. Este pano de fundo permitirá que o trabalho prossiga para um estudo mais profundo sobre como o Direito se manifesta na sociedade tecnológica da pós-modernidade, que será o tema central do próximo capítulo.

1.4.1 Das nações às multinacionais

Ao passo que o desenvolvimento tecnológico avança, este fornece às corporações privadas acesso à informação, sistemas, dados e outras ferramentas importantes que lhe garantem maior possibilidade de manejo social e econômico. Isso significa, em outras palavras, que o Estado pós-moderno perde parte de poder, o qual é gradualmente compartilhado com grandes empresas que distribuem sua produção e comercialização em vários países simultaneamente: as multinacionais. Pode-se tomar o crescimento de empresas globais como um fator responsável, ao lado da influência da mídia, por exemplo, por “desconstruir” o poderio de Estados. É o argumento adotado por Kurth (1992, p. 34) em relação ao enfraquecimento do poder estatal observado nos Estados Unidos, por exemplo.

Para Dinneen (1988, p. 32) tecnologias da informação como fibra ótica, correio eletrônico e a distribuição de satélites representam revoluções nos setores de comunicação. Seu desenvolvimento garante às empresas uma maior possibilidade de interação e cooperação global, ampliando significativamente sua força no cenário internacional. Em adição, há um aumento nos processos de transferência de tecnologia, *joint ventures* e criação de novos negócios (DINNEEN, 1988, p. 32). Todo este cenário é uma representação clara de como a tecnologia atua, assim, como uma importante ferramenta de alavancagem do poder de empresas multinacionais.

O aumento do poderio das multinacionais, de acordo com Chevallier (2011, p. 29), é fruto de uma cadeia de novas características observadas na economia pós-moderna. Primeiro, tem-se a chamada internacionalização dos fluxos de produção e intercâmbios internacionais, observados notoriamente a partir da Segunda Guerra Mundial. Chevallier (2011, p. 28) defende que este movimento tornou possível um maior nivelamento entre empresas norte-americanas,

européias e asiáticas; naquele momento, ainda se acreditava nas fronteiras do Estado-nação como barreira que conteria o avanço das gigantes.

Contudo, esta internacionalização se traduziu em um fenômeno maior, chamado de mundialização. A mundialização é uma conjugação de cinco transformações, conforme listadas por Chevallier:

[...] a mundialização dos mercados, que oscila da concorrência entre economias à competição entre sociedades; a mundialização da comunicação, com formas inéditas de comunicação social; a mundialização cultural, que aumenta o número de protagonistas; mundialização ideológica, marcada pela imposição do liberal vulgar; a mundialização política, que se traduz na difusão de alguns modelos de organização política. (CHEVALLIER, 2011, p. 29, tradução nossa²⁴)

Neste sentido, a mundialização tornaria possível uma nova era econômica mundial, que é marcada pelo fenômeno da globalização. A globalização será estudada mais a fundo no próximo item, mas sua origem tem muito em comum com a ascensão das multinacionais como agente relevante no cenário global econômico.

Chevallier (2011, p. 30) aponta que o poderio das multinacionais é um subproduto de novas tecnologias da informação e comunicação que tornam possível uma maior dispersão de atividades econômicas. O autor analisa dois modelos de empresas presentes na economia global: a “empresa integrada” e a “empresa rede”;

Observamos um aumento na influência de empresas multinacionais: na origem de um terço da produção mundial (seriam 65.000 e cerca de 850.000 subsidiárias), seu faturamento (6.500 bilhões de dólares) seria maior do que o comércio de bens e serviços; este novo salto é em grande parte o subproduto do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, o que possibilita uma maior dispersão das atividades econômicas. A lógica de investir no exterior mudou, entrando agora em uma estratégia implantada em todo o mundo. Dois modelos dessas “empresas globais” estão presentes: o da “empresa integrada”, que pretende internalizar o máximo de atividades de tal forma que aumenta sua autonomia, mas esse modelo está em perda de velocidade - como mostraram os fracassos das megafusões, particularmente no setor da comunicação (AOL-Time Warner e Vivendi-Universal) -, e a “empresa em rede”, que prefere desenvolver relações de cooperação com empresas estrangeiras, o

²⁴ Texto original: “[...] la mundialización de los mercados, lo cual hace oscilar de la competición entre economías a la competición entre sociedades; la mundialización de la comunicación, con formas inéditas de comunicación social; la mundialización cultural, que aumenta el número de protagonistas; la mundialización ideológica, marcada por la imposición del vulgo liberal; la mundialización política, que se traduce en la difusión de algunos modelos de organización política”

outsourcing ou terceirização algumas de suas atividades, para ganhar flexibilidade. (CHEVALLIER, 2011, p. 30, tradução nossa²⁵)

A primeira (empresa integrada) é a grande multinacional que concentra em si a produção e suas próprias atividades; já a segunda (empresa rede) busca cooperação internacional, dentre outras estratégias, para o desenvolvimento flexível de suas atividades. Enquanto a primeira se encontra em desaceleração, a segunda tem se consolidado como o padrão organizacional da atualidade.

Este processo (transformação de empresas multinacionais em empresas rede) é descrito a fundo por Manuel Castells. Para o autor, as empresas multinacionais, que concentraram os meios econômicos nas últimas décadas, não estão isentas de transformações organizacionais que reconfiguram os padrões de produção internacionais (CASTELLS, 2017, p. 174). Castells aponta que embora multinacionais tenham observado um aumento significativo de seu poder, gradualmente têm-se notado uma descentralização e interdependência cada vez maior entre diferentes agentes (CASTELLS, 2017, p. 257).

Cada vez mais, a produção global de bens e serviços não é realizada por empresas multinacionais, porém por redes transnacionais de produção, das quais as empresas multinacionais são componentes essenciais, porém componentes que não funcionariam sem o resto da rede. [...] as multinacionais são, cada vez mais, redes internas descentralizadas, organizadas em unidades semi-autônomas, segundo os países, os mercados, os métodos e os produtos. Cada uma dessas unidades se liga a outras unidades semi-autônomas de outras multinacionais, na forma de alianças estratégicas ad hoc. E cada uma dessas alianças (na verdade, redes) é um nó de redes secundárias de pequenas e médias empresas. Essas redes de redes de produção têm uma geografia transnacional, que não é indiferenciada: cada função produtiva encontra local próprio (em termos de recursos, custos, qualidade e acesso ao mercado) e/ou se liga a uma nova empresa da rede que esteja no local apropriado. (CASTELLS, 2017, p. 174)

²⁵ Texto original: “Observamos un aumento de influencia de las empresas multinacionales: al origen de un tercio de la producción mundial (se contarían 65.000 y acerca de 850.000 filiales), su volumen de negocios (6.500 millardos de dólares) sería superior al comercio de bienes y servicios; este nuevo salto hacia adelante es en gran parte el subproducto del desarrollo de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación, que hace posible una mayor dispersión de las actividades económicas. La lógica de la inversión en el extranjero ha cambiado, inscribiéndose de ahora en adelante en una estrategia desplegada a escala mundial. Dos modelos de estas “empresas globales” están en presencia: el de la “empresa integrada”, que pretende internalizar el máximo de actividades de manera que aumente su autonomía, pero este modelo está en pérdida de velocidad -como lo mostraron los fracasos de las megafusiones, en particular en el sector de la comunicación (AOL-Time Warner y Vivendi-Universal)-, y el de la “empresa red”, que prefiere desarrollar relaciones de cooperación con empresas exteriores, externalizando o subcontratando una parte de sus actividades, con el fin de ganar en flexibilidad.”

Essa relação de interdependência consolida o que Castells (2017, p. 176) chama de redes produtivas internacionais. Nesse sentido, aponta-se que as redes são ancoradas pelas multinacionais, mas não é formada apenas por esse tipo de empresas – admitindo-se o potencial de empresas locais, distribuídas e menores. Castells defende que essa organização representa o atual padrão da nova economia:

[a]ssim, a nova divisão internacional da mão-de-obra é, cada vez mais, intra-empresas. Ou, mais precisamente, intra-redes de empresas. Essas redes produtivas transnacionais, ancoradas pelas empresas multinacionais, distribuídas pelo planeta de maneira desigual, dão forma ao padrão de produção global e, por fim, ao padrão do comércio internacional. (CASTELLS, 2017, p. 176)

Castells dedica um capítulo inteiro de sua obra para descrever o que chama de *empresa rede*, apontando questões como a flexibilização da produção e dos meios de trabalho, por exemplo. Dentre estes aspectos, atribui uma notória importância ao desenvolvimento tecnológico como fator de formação da empresa rede (CASTELLS, 2017, p. 235).

Na visão do sociólogo espanhol, as transformações organizacionais²⁶ ocorreriam independentemente do advento tecnológico, pois o ambiente operacional encontra-se em constante mudança e isso, por si só, demanda uma capacidade adaptativa dinâmica das empresas. Esse dinamismo nas mudanças aumenta a necessidade de cooperação internacional e formação de redes que, gradualmente, vão se tornando cada vez mais complexas (CASTELLS, 2017, p. 257). Contudo, Castells conclui que é inegável que as novas tecnologias de informação intensificaram o processo (CASTELLS, 2017, p. 237).

Além disso, a tecnologia também assume um importante papel nas operações de empresas de pequeno e médio porte, que se veem em crescente dependência de uma conectividade avançada para manter suas operações globais sem um aumento de seu volume (CASTELLS, 2017, p. 236).

De forma semelhante, Colombo (1988, p. 31) também afirma que a tecnologia permite a criação de redes e alianças econômicas entre empresas, o que, por sua vez, torna possível o surgimento de pequenas e médias multinacionais. Para Colombo (1988, p. 31), o papel de

²⁶ É como o autor chama o processo que representa a substituição de grandes multinacionais como detentoras dos meios de produção globais por redes de empresas.

governos não será diminuído, mas sim transformado, oferecendo direcionamento e infraestrutura – enquanto cada vez mais surgirão empresas multinacionais que não necessariamente são de grande porte.

Assim, a tecnologia não apenas foi responsável por acelerar o crescimento das próprias multinacionais, como também foi a égide da formação de redes de empresas. Tais redes, que possuem as multinacionais como elementos centrais, mas não únicos, consolidam-se como a forma de organização mais adequada a uma economia informacional e global (CASTELLS, 2017, p. 257). Castells conclui:

Portanto, a empresa em rede, forma predominante de organização empresarial no Leste Asiático, parece estar prosperando em vários contextos institucionais/ culturais da Europa e dos Estados Unidos, enquanto a grande empresa com várias unidades, hierarquicamente organizada em torno de linhas verticais de comando parece estar mal-adaptada à economia informacional/global. A globalização e a informacionalização parecem estar estruturalmente relacionadas a sistemas de redes e à flexibilidade.

[...] Em outras palavras, a empresa em rede fica cada vez mais internacional (não-transnacional) e sua gestão resultará da interação administrativa entre a estratégia global da rede e os interesses nacionalmente/regionalmente enraizados de seus componentes. Visto que a maior parte das empresas multinacionais participam de várias redes, dependendo dos produtos, processos e países, a nova economia não pode mais ser considerada centrada em empresas multinacionais, mesmo que elas continuem a exercer controle oligopolista conjunto sobre a maioria dos mercados. (CASTELLS, 2017, p. 257)

Sendo as multinacionais cada vez mais uma parte de uma rede internacional de empresas interdependentes, é fundamental compreendê-la pela ótica do fenômeno da globalização, também possibilitado grande parte pelo advento tecnológico. É esse o tema do próximo item.

1.4.2 Globalização

Apesar de não ser completamente independente do processo que transfere gradualmente o poder de Estados às corporações multinacionais e às redes de empresas, o fenômeno da globalização merece uma atenção especial pelo fato de ocasionar efeitos que vão muito além da reconfiguração de poder. As causas e os efeitos da globalização são diversos, múltiplos e diferem de um lugar para o outro (BRAMAN, 2003, p. 114). Logo, é praticamente impossível assumir que a globalização é um fenômeno já nivelado e recorrente, dada sua complexidade.

O conceito é tão relevante para a compreensão da nova organização mundial que, segundo Chevallier, o termo “globalização” pode ser considerado para designar a nova grande era da economia mundial, em que podem ser observados:

[...] um mercado unificado, em razão da constituição de uma zona única de produção e de intercâmbios; empresas mundializadas, administrando sobre uma base planetária a concepção, produção e distribuição de seus produtos e serviços; finalmente, mecanismos de regulação, que permitem controlar os fluxos econômicos em escala mundial (CHEVALLIER, 2011, p. 21, tradução nossa²⁷)

Chevallier (2011, p. 30) descreve a globalização econômica como um resultado de três movimentos (ou os “três D”, nas palavras do autor): (i) desregulamentação, que permite uma circulação mais livre de capitais; (ii) a descentralização, representada pelas fronteiras tênues desenhadas no cenário global da atualidade, fruto de uma interconexão de centros financeiros; e (iii) desintermediação, em que agentes econômicos recorrem diretamente ao mercado financeiro, sem necessariamente passar pela infraestrutura bancária tradicional.

Contudo, o fenômeno da globalização não afeta apenas o setor econômico. Provoca, por si, profundas mudanças que redesenham o futuro do planeta (CHAREONWONGSAK, 2002, p. 191). Por tal motivo, muitos enxergam o movimento como algo negativo e criticam, por exemplo, a imposição cultural que decorre do fenômeno; por outro lado, há quem considere a globalização como benéfica, uma vez que amplia possibilidades e oportunidades, a menor custo, a hipossuficientes. De todo modo, é possível interpretar a globalização como uma série de causas e consequências de escolhas humanas (CHAREONWONGSAK, 2002, p. 192).

A globalização impulsiona e é impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico (CHAREONWONGSAK, 2002, p. 191). Pode-se avaliar a relação da tecnologia com a globalização a partir de duas perspectivas: a de que a tecnologia permite a globalização e, em sentido reverso, a própria globalização também impulsiona o desenvolvimento de novas tecnologias (CHAREONWONGSAK, 2002, p. 191).

²⁷ Texto original: “[...] un mercado unificado, en razón de la constitución de una zona única de producción y de intercambios; empresas mundializadas, administrando sobre una base planetaria la concepción, la producción y la distribución de sus productos y servicios; finalmente, mecanismos de regulación, que permiten controlar los flujos económicos a escala mundial.”

Para Castells (2017, p. 189), é impossível separar a globalização do surgimento de novas tecnologias de comunicação e de informação. Para o sociólogo, não haveria qualquer possibilidade de se pensar em um mundo globalizado se não fossem as tecnologias que permitiram maior dinamismo, rapidez e fluidez nas relações internacionais e nas cadeias de produção. Castells descreve de maneira detalhada e exemplificada diferentes caminhos da globalização que foram possíveis somente pelo advento de novas tecnologias:

A globalização econômica completa só poderia acontecer com base nas novas tecnologias da comunicação e da informação. Os sistemas avançados de computação permitiam que novos e potentes modelos matemáticos administrassem produtos financeiros complexos e realizassem transações em alta velocidade. Sistemas avançadíssimos de telecomunicações ligavam em tempo real os centros financeiros de todo o mundo. A administração on-line permitia que as empresas operassem no país inteiro e no mundo inteiro. A produção de artefatos micro-eletrônicos viabilizou a padronização de componentes e a personalização do produto final em grandes volumes, uma produção flexível, organizada em linha de montagem internacional. As redes transnacionais de produção de bens e serviços dependia de um sistema interativo de comunicações e da transmissão de informações para garantir círculos de retomo, e gerar a coordenação de produção e distribuição descentralizadas. A informática foi essencial para o funcionamento de uma teia mundial de transporte rápido e de alta capacidade de bens e pessoas, estabelecida por transportes aéreos, linhas de navegação trans-oceânica, estradas de ferro e auto-estradas. A carga multimodal de containers se tomou eficiente por intermédio de sistemas de informática que rastreavam e programavam as mercadorias e as rotas, bem como por sistemas automatizados de carga/descarga. Um vasto sistema de linhas aéreas e trens de alta velocidade, salões VIP nos aeroportos e serviços empresariais davam apoio a empresas em círculos ao redor do mundo; hotéis internacionais equipados com Internet, e entretenimentos cosmopolitas, proporcionavam a infra-estrutura da mobilidade administrativa. E, em fins da década de 1990, a Internet tomou-se a espinha dorsal tecnológica do novo tipo de empresa global, a empresa em rede [...] (CASTELLS, 2017, p. 189)

Os efeitos da globalização na economia possibilitam o crescimento de um setor privado integrado e globalmente interdependente, como explorado no item anterior deste trabalho. Ao encurtar distâncias e lapsos temporais (CHEVALLIER, 2011, p. 31) por meio de revoluções na comunicação e ao reorganizar a sociedade em uma rede distribuída, o fenômeno da globalização transfere paulatinamente o poder das mãos estatais às entidades privadas e, em paralelo, ainda contribui para uma maior homogeneidade internacional.

Isto ocorre, primeiramente, porque a globalização torna possível o estabelecimento de corporações multinacionais, que por muito tempo se consolidaram como as grandes motrizes da economia global; no entanto, conforme demonstrado no item anterior, apesar de este tipo de empresa ainda representar um papel bastante relevante no atual cenário, hoje multinacionais

atuam muito mais como as grandes âncoras de redes de empresas, que distribuem a produção em diferentes nós e consolidam alianças de cooperação (CASTELLS, 2017, p. 257)

Em sentido semelhante, Colombo (1988, p. 31) afirma que a globalização é o que permite a formação de alianças que, por sua vez, empoderam pequenas e médias empresas no sentido de internacionalizarem suas operações e se tornarem multinacionais:

A globalização será gradualmente conectada à inovação. Além disso, muitas pequenas e médias companhias multinacionais surgirão, possibilitadas por alianças que se desenham na experiência e informação disponível entre parceiros em cada mercado em que as alianças operam. (COLOMBO, 1988, p. 31, tradução nossa²⁸)

A globalização, enquanto expressão da atual organização política e econômica global, assume uma relação importante com o Direito. Primeiramente, observa-se o chamado “Direito da mundialização”, em que as relações jurídicas ultrapassam o marco nacional e expandem sua aplicação para além dos Estados. Surge então, de acordo com Chevallier (2011, p. 147), um Direito que responde os desafios da globalização. Paralelamente, intensificam-se os conceitos de “corregulação” e “autorregulação” que, cobrem alguns problemas enfrentados pela regulamentação tradicional - representada pela imposição de normas criadas pelos Estados (CHEVALLIER, 2011, p. 147).

Para além das suas implicações que tratam de um cenário jurídico que emerge em um novo contexto de interação internacional, o Direito pode ser enxergado como um fator-chave de legitimação do próprio processo da globalização. Para Dezalay e Garth (2000, p. 164) o conhecimento técnico de juristas estrangeiros e sua posição na sociedade – enquanto intermediários entre empresas, famílias e governo – é o que tornou possível um intercâmbio de ideias, como os transplantes de práticas norte-americanas, por exemplo (DEZALAY; GARTH, 2000, p. 174).

A globalização é, portanto, um fenômeno de interação internacional que provoca mudanças significativas em como a economia e outras instituições se desenham na atualidade. Além disso, atua em conjunto com o desenvolvimento tecnológico em via de mão dupla, uma

²⁸ Texto original: “Globalization will be increasingly linked to innovation. Furthermore, many small and medium-sized multinational corporations will emerge, relying on alliances that draw on the experience and information available to partners in each market in which the alliances operate.”

vez que a globalização intensifica a inovação e, por outro lado, também é intensificada pelo surgimento de novas tecnologias.

Esta nova estrutura internacional que se apresenta na atualidade possui efeitos na área jurídica, vez que fronteiras são cada vez mais tênues. Além disso, ao tornar as comunicações mais dinâmicas e encurtar as distâncias, promove uma ressignificação das noções de tempo e espaço – o que, em consequência, afeta as bases do Direito. Esse será o tema do próximo item.

1.4.3 Novas concepções de tempo e espaço

Se a pós-modernidade apresenta comunicações mais avançadas e uma atenuação na força das fronteiras como barreiras para as relações internacionais, observa-se um fenômeno que decorre diretamente da globalização: as percepções de tempo e espaço são afetadas de maneira considerável, em um sentido de compressão e redução dessas concepções.

Em obra dedicada a descrever as condições da pós-modernidade, David Harvey (1991, p. 147) estuda percepção espacial e temporal à medida que as sociedades percorrem os passos das transformações culturais, políticas e econômicas. Para tanto, Harvey analisa a passagem do modelo de produção fordista (rígido) para um modelo chamado de *acumulação flexível*, o qual, sendo uma expressão típica do capitalismo, opera no sentido de flexibilizar processos, mão-de-obra, produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1991, p. 147). Harvey conclui que um dos efeitos da mudança nos métodos de produção é o que o autor chama de “compressão do espaço-tempo”:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Baseia-se na flexibilidade em relação aos mercados e processos de trabalho, produtos e padrões de consumo. É caracterizada pelo surgimento de setores inteiramente novos de produção, novas formas de fornecer serviços financeiros, novos mercados e, acima de tudo, taxas bastante intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] Ela tem acarretado uma nova concepção que chamarei de 'compressão tempo-espaço' [...] no mundo capitalista - os horizontes temporais de decisão pública e privada encolheram, enquanto a comunicação por satélite e diminuição dos custos de transporte tornou cada vez mais possível difundir tais decisões imediatamente em um espaço cada vez mais amplo e diversificado. (HARVEY, 1991, p. 147, tradução nossa²⁹)

²⁹ Texto original: “Flexible accumulation [...] is marked by a direct confrontation with the rigidities of Fordism. It rests on flexibility with respect to labour processes, labour markets, products, and patterns of consumption. It

Logo, a compressão do espaço-tempo é um fenômeno típico capitalista; além disso, é possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico principalmente no que concerne à novos meios de transporte e de transmissão de informações. Segundo Harvey (1991, p. 283) ainda que já pudesse ser observada a compressão do espaço-tempo na modernidade, os processos de transformação que acarretaram a chegada à pós-modernidade intensificaram e ampliaram o escopo de observação desta redução nas distâncias e lapsos temporais:

A experiência de mudança do espaço e do tempo teve muito a ver com o nascimento do modernismo e suas confusas mudanças de um lado para o outro de relações espaço-temporais. Se este é realmente o caso, então a proposição de que o pós-modernismo é algum tipo de resposta a um novo conjunto de experiências de espaço e tempo, uma nova forma de 'compressão espaço-temporal', vale a pena ser explorada. (HARVEY, 1991, p. 283, tradução nossa³⁰)

Na pós-modernidade, Harvey destaca o papel da velocidade de produção e circulação como fundamental para afirmar que o tempo e o espaço foram ainda mais comprimidos. Para o autor, a acumulação flexível representa uma mudança organizacional que provoca um aumento na rotatividade laboral (HARVEY, 1991, p. 285). Se há uma nova – e mais intensa – organização dos meios de produção e de trabalho, observam-se consequências diretas nas interações e no consumo:

Sistemas aprimorados de comunicação e fluxo de informações, aliados a racionalizações nas técnicas de distribuição (embalagem, controle de estoque, containerização, feedback de mercado, etc.), possibilitaram a circulação de commodities pelo sistema de mercado com maior velocidade. Bancos eletrônicos e dinheiro de plástico foram algumas das inovações que melhoraram a velocidade do fluxo inverso de dinheiro. Os serviços financeiros e os mercados (auxiliados por

is characterized by the emergence of entirely new sectors of production, new ways of providing financial services, new markets, and, above all, greatly intensified rates of commercial, technological, and organizational innovation. It has entrained rapid shifts in the patterning of uneven development, both between sectors and between geographical regions, giving rise, for example, to a vast surge in so-called 'service-sector' employment as well as to entirely new industrial ensembles in hitherto underdeveloped regions [...]. It has also entailed a new round of what I shall call 'time- space compression' [...] in the capitalist world - the time horizons of both private and public decision-making have shrunk, while satellite communication and declining transport costs have made it increasingly possible to spread those decisions immediately over an ever wider and variegated space."

³⁰ Texto original: "The changing experience of space and time had much to do with the birth of modernism and its confused wanderings from this to that side of the spatial-temporal relation. If this is indeed the case, then the proposition that postmodernism is some kind of response to a new set of experiences of space and time, a new round of 'time- space compression,' is well worth exploring."

negociações informatizadas) também se aceleraram, transformando, como diz o ditado, "vinte e quatro horas em um tempo muito longo" nos mercados acionários globais. (HARVEY, 1991, p. 285, tradução nossa³¹)

Se a pós-modernidade apresenta uma transmissão mais dinâmica de informações e transporte acelerado de produtos, por exemplo, é racional que o capital acompanhe o processo e se mova cada vez mais rapidamente. Neste sentido, observa-se uma maior e mais veloz circulação e produção de bens e, principalmente, de capital.

Os trabalhos de Harvey servem de base para as discussões trazidas por Dorreen Massey (1994, p. 161) que analisa como o sentido de “lugar” acaba por ser ressignificado diante de uma nova realidade política e econômica. De acordo com Massey, fronteiras são gradualmente dissolvidas conforme há um aumento no fluxo de investimentos e influências culturais, por exemplo (MASSEY, 1994, p. 161).

Cada 'lugar' geográfico no mundo está sendo realinhado em relação às novas realidades globais, seus papéis dentro do todo são reatribuídos, suas fronteiras se dissolvem à medida que são cada vez mais atravessadas por fluxos de investimentos, influências culturais e TV por satélite. Mesmo as diferentes escalas geográficas tornam-se mais difíceis de separar - ao contrário, constituem-se mutuamente: o global, o local, e vice-versa. (MASSEY, 1994, p. 161, tradução nossa³²)

Massey considera que essa dissolução de fronteiras faz com que as distâncias se tornem irrelevantes. Uma vez que a informação já não precisa percorrer o espaço físico para atingir seu destinatário, ela consegue se mover de maneira instantânea e influenciar a tomada de decisão de indivíduos e empresas. De acordo com Massey,

³¹ Texto original: “Improved systems of communication and information flow, coupled with rationalizations in techniques of distribution (packaging, inventory control, containerization, market feed-back, etc.), made it possible to circulate commodities through the market system with greater speed. Electronic banking and plastic money were some of the innovations that improved the speed of the inverse flow of money. Financial services and markets (aided by computerized trading) likewise speeded up, so as to make, as the saying has it, 'twenty-four hours a very long time' in global stock markets.”

³² Texto original: “Each geographical 'place' in the world is being realigned in relation to the new global realities, their roles within the wider whole are being reassigned, their boundaries dissolve as they are increasingly crossed by everything from investment flows, to cultural influences, to satellite TV networks. Even the different geographical scales become less easy to separate - rather they constitute each other: the global the local, and vice versa.”

[...] como a distância parece estar se tornando sem sentido, as relações no tempo também são alteradas. Antes da década de 1970, as empresas tomavam grandes decisões de investimento a cada poucos anos e revisavam os preços uma vez por ano; taxas de câmbio mudavam aproximadamente a cada quatro anos, taxas de juros duas vezes ao ano, talvez. Tudo isso agora parece incrivelmente lento e pesado - recebemos notícias de mudanças na taxa de câmbio quatro ou mais vezes por dia; os preços são altamente móveis; decisões de investimento (o que pode significar que fábricas inteiras abrindo e fechando) são feitas, pelo menos, uma vez ao ano. Comunicações ao redor do mundo, por correio eletrônico, por fax, são virtualmente instantâneas. É essa combinação de mudanças em nossa experiência de espaço e tempo que deu origem à poderosa noção de que a era em que vivemos é uma nova expressão de "compressão espaço-temporal". (MASSEY, 1994, p. 161, tradução nossa³³)

Neste sentido, a internet pode ser tida como um dos principais exemplos de tecnologias que não dependem de fronteiras e permitem um maior dinamismo na troca de informações, sendo observada uma consequente redução no tempo em que a transmissão é realizada e em que o conhecimento pode ser acessado (CHEVALLIER, 2011, p. 31).

Aberta à opinião pública em 1992, a internet constitui a prefiguração do que seriam as “estradas de informação” do futuro: um sistema de circulação de informação aberto, constituído a partir da interconexão de redes de computadores, a internet é uma “rede sem coração, nem dono”; por essência deslocalizada, caracterizada por ignorar fronteiras e suprimir distâncias, permite aos usuários acessar livremente a informação disponível em todo o mundo. CHEVALLIER, 2011, p. 31, tradução nossa³⁴)

Na visão de Colombo (1988, p. 25), essa compressão temporal também pode ser enxergada como algo que acelera o desenvolvimento tecnológico; assim como a globalização, portanto, a compressão espaço-temporal e o surgimento de novas tecnologias atuam ciclicamente, em que um propulsiona o outro. Segundo o autor, esse fenômeno se dá graças à

³³ Texto original: “[...] as distance seems to be becoming meaningless, so relations in time, too, are altered. Before the 1970s companies made major investment decisions every few years and reviewed prices once a year; exchange rates changed roughly every four years, interest rates perhaps twice a year. All this now seems incredibly slow and ponderous - we get news of exchange-rate changes four or more times a day; prices are highly mobile; investment decisions (which may mean whole factories opening and closing) are made at least once a year. Communications round the world, by electronic mail, by fax, are virtually instantaneous. It is this combination of changes in our experience of space and time which has given rise to the powerful notion that the age we are living in is one of a new burst of 'time-space compression'.”

³⁴ Texto original: “Abierta a la opinión pública en 1992, la internet constituye la prefiguración de lo que serán estas “autopistas de la información” del futuro: un sistema de circulación de la información abierto, constituido a partir de la interconexión de redes de computadores, la internet es una “red sin corazón, ni dueño”; por esencia propia deslocalizada, caracterizada por ignorar las fronteras y por suprimir las distancias, permite a los usuarios acceder libremente a la información disponible en todo el mundo.”

diminuição do lapso entre descoberta e aplicação. A compressão espaço-temporal, entretanto, não pode ser observada de forma nivelada em todas as indústrias:

Testemunhamos uma compressão da escala de tempo em que novas tecnologias são introduzidas, com intervalos cada vez mais curtos entre a descoberta e a aplicação. Essa compressão é especialmente aparente na microeletrônica e nas tecnologias da informação, setores em que a competição internacional e as atividades de pesquisa acadêmica e industrial são intensas. Esse fenômeno é amplamente visível, embora não universal. Em alguns setores (especificamente, embora não exclusivamente, aqueles que envolvem as ciências da vida), períodos mais longos são exigidos pela necessidade de testes para satisfazer os critérios regulatórios. (COLOMBO, 1988, p. 25, tradução nossa³⁵)

Adicionalmente, Colombo (1988, p. 25) conclui que além dos efeitos sobre a percepção do tempo e dos intervalos entre o surgimento de novas tecnologias, o fenômeno também pode ser observado no campo de atuação corporativo, uma vez que empresas encontram espaços operacionais cada vez maiores ao passo que as fronteiras são atenuadas. Antigamente, o tamanho da empresa determinava até onde ela poderia operar; na atualidade, a amplitude é cada vez mais alcançável por pequenas organizações.

No atual contexto, observa-se uma inversão de tendências históricas: diferente do que se observou até então, hoje o tempo é moldado pelo espaço (CASTELLS, 2017, p. 544). Castells explica que há um “espaço de fluxos” em que a dissolução do tempo se dá à medida que a sequência de eventos se torna simultânea. Deste modo,

O espaço de lugares múltiplos, espalhados, fragmentados e desconectados exhibe temporalidades diversas, desde o domínio mais primitivo dos ritmos naturais até a estrita tirania do tempo cronológico. [...] Embora a lógica emergente da nova estrutura social vise a contínua suplantação do tempo como uma sequência ordenada de eventos, a maioria da sociedade em um sistema global interdependente permanece à margem do novo universo. (CASTELLS, 2017, p. 546).

³⁵ Texto original: “*We are witnessing a compression of the time scale by which new technology is introduced, with ever-shorter intervals between discovery and application. This compression is especially apparent in microelectronics and the information technologies, sectors in which international competition and academic and industrial research activities are intense. This phenomenon is widely visible though not universal. In some sectors (specifically, though not exclusively, those involving the life sciences) longer periods are imposed by the need for testing to satisfy regulatory criteria.*”

Castells conclui que o “espaço de fluxos” e o “tempo intemporal” representam as novas concepções de tempo e espaço observadas no contexto de uma sociedade em rede (CASTELLS, 2017, p. 559). Os novos paradigmas espaço-temporais, enquanto bases estruturais da sociedade, são modificados no atual contexto de desenvolvimento social, em que a sociedade se reorganizou em novas premissas.

[...] as funções dominantes são organizadas em redes próprias de um espaço de fluxos que as liga em todo o mundo, ao mesmo tempo em que fragmenta funções subordinadas e pessoas no espaço de lugares múltiplos, feito de locais cada vez mais segregados e desconectados uns dos outros. O tempo intemporal parece ser o resultado da negação do tempo - passado e futuro - nas redes do espaço de fluxos. Enquanto isso o tempo cronológico, medido e avaliado diferencialmente para cada processo de acordo com sua posição na rede, continua a caracterizar as funções subordinadas e os locais específicos. O fim da história, estabelecido na circularidade dos fluxos financeiros computadorizados ou na instantaneidade das guerras cirúrgicas, domina o tempo biológico da pobreza ou o tempo mecânico do trabalho industrial. A construção social das novas formas dominantes de espaço e tempo desenvolve uma meta-rede que ignora as funções não essenciais, os grupos sociais subordinados e os territórios desvalorizados. Com isso, gera-se uma distância social infinita entre essa metarrede e a maioria das pessoas, atividades e locais do mundo. Não que as pessoas, locais e atividades desapareçam. Mas seu sentido estrutural deixa de existir, incluído na lógica invisível da metarrede em que se produz valor, criam-se códigos culturais e decide-se o poder. Cada vez mais, a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma meta-desordem social para a maior parte das pessoas. Ou seja, uma seqüência automática e aleatória de eventos, derivada da lógica incontrolável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica. (CASTELLS, 2017, p. 560)

Em síntese, resumem-se os pontos observados até então neste Capítulo: o poder atualmente é compartilhado entre Estado, multinacionais e a empresa-rede; esse enfraquecimento do Estado possui relação direta com o fenômeno da globalização, que dinamiza a troca de informações e possibilita a ascensão, desenvolvimento e cooperação internacional entre agentes; por fim, o dinamismo nas comunicações e na tecnologia da informação alavancam mudanças no que a sociedade entende como tempo e espaço, ressignificando tais conceitos em um sentido de compressão.

Ante o exposto, é possível concluir a tríade de transformações significativas observadas na atualidade relacionadas ao enfraquecimento estatal e que, simultaneamente: (i) afetam o Direito; e (ii) possuem, uma relação direta com o desenvolvimento tecnológico. Nota-se que os três fenômenos muitas vezes interseccionam-se, compartilhando nexos causais, características e efeitos gerados. Entendê-los de forma individualizada, contudo, é fundamental para que possamos levantar um nível de detalhamento satisfatório para encerrar este capítulo com uma

breve análise do Direito pós-moderno e como ele é impactado pela tecnologia (do que será tratado mais profundamente no Capítulo 2).,

1.5 A tecnologia e o Direito pós-moderno

Todas as transformações sociais, políticas e econômicas até demonstradas então possuem algumas expressões fáticas que representam, em diferentes níveis, a transição da modernidade para a pós-modernidade. De maneira geral, o cenário encontrado atualmente na economia global é marcado por algumas características que o diferenciam consideravelmente do que se observava na modernidade. Como analisado previamente, hoje temos um Estado com poder atenuado; fronteiras cada vez menos rígidas; fenômenos como a globalização e a compressão do espaço-tempo; grandes corporações se aliando com pequenas, internacionalizando suas operações e constituindo verdadeiras redes de operação. Sem dúvidas, a sociedade encontra-se em uma outra fase (GIDDENS, 1991, p. 40), uma outra condição (HARVEY, 1991, p. 11), ou simplesmente, outro *momento* de sua história, o que a literatura consolida sob o termo “pós-modernidade”.

O Direito ergue-se na esfera social e econômica como regulador, mecanismo de controle, sistema de organização social; expressa-se por meio de fontes variadas, como normas, jurisprudência, doutrina, equidade, dentre outros. Ao longo da história, assumiu diferentes roupagens e foi conceituado de diversas formas por célebres autores: do positivismo de Kelsen (2009), passando pela incompletude normativa em Hart (2009) e até mesmo a tridimensionalidade de Miguel Reale (2012), é impossível encontrar uma definição uníssona e satisfatoriamente completa do que é o Direito.

Entretanto, ainda que não haja um conceito cristalino para o Direito, sua intimidade com o Estado é inquestionável. Essa premissa é apontada por Chevallier (2011, p. 116) ao passo que descreve Direito e Estado como “realidades estritamente vinculadas” e que aparecem como “indissociáveis, consubstanciais uma a outra”. A relação de Estado com o Direito é aprofundada pelo autor:

[...] não somente o Estado age através da lei, por meio da promulgação de normas obrigatórias que expressam seu poder e sua força, mas também o Estado é assimilado aos moldes da lei; a especificidade do Estado como forma de organização política

reside na institucionalização do poder através do direito. O Estado é apresentado como uma entidade legal, controlada e regulamentada por lei; melhor ainda: que só pode ser entendido e interpretado através do prisma da lei. (CHEVALLIER, 2011, p. 116, tradução nossa³⁶)

Para Chevallier, Estado e Direito assumem uma simbiose que molda as relações institucionais e internacionais da atualidade. A relação entre os dois elementos é tão profunda que remonta à sua própria gênese: o Estado produz o Direito e o Direito afirma e consolida o Estado como forma de organização política. Chevallier (2011, p. 116) conclui, então, que é inconcebível a ideia de que a passagem da modernidade à pós-modernidade não teria efeitos no Direito:

[...] a inserção do Estado num mundo cada vez mais interdependente, o ajuste de suas funções, a atenuação da linha de demarcação com o setor privado, o colapso de sua arquitetura, todas essas inflexões têm implicações legais; ainda mais: eles são traduzidos em termos legais, através da linguagem e categorias de lei. O surgimento de um estado pós-moderno corresponde inevitavelmente à chegada de um direito pós-moderno; [...] (CHEVALLIER, 2011, p. 116, tradução nossa³⁷)

Os processos de transformação que trouxeram a sociedade à pós-modernidade, assim, provocam consequências no Direito. Nos itens anteriores, discorreu-se sobre o enfraquecimento estatal, descrevendo algumas de suas causas e consequências: os fenômenos da globalização, da compressão espaço-temporal e a consolidação de multinacionais. Se considerarmos os processos de forma conjunta, é possível traçar de maneira sucinta como o Direito é afetado conforme ocorrem as mudanças que provocam no Estado o enfraquecimento já descrito.

A globalização provoca condições internacionais que revisitam os princípios de soberania e os conceitos de fronteira; isso acaba por enfraquecer o poder estatal e, conseqüentemente, redes internacionais são formadas e moldam um novo padrão econômico

³⁶ Texto original: “[...] no solo el Estado actúa por la vía del derecho, por medio de la promulgación de normas obligatorias que expresan su potestad y su fuerza, sino que el Estado se asimila al molde del derecho; la especificidad del Estado como forma de organización política reside en la institucionalización del poder a través del derecho. El Estado se presenta como una entidad jurídica, controlada y regulada por el derecho; mejor aún: que sólo puede ser comprendida e interpretada a través del prisma del derecho.”

³⁷ Texto original: “[...] la inserción del Estado en un mundo cada vez más interdependiente, el ajuste de sus funciones, la atenuación de la línea de demarcación con el sector privado, el derrumbamiento de su arquitectura, todas estas inflexiones tienen implicaciones jurídicas; aún más: se traducen en términos jurídicos, a través del lenguaje y las categorías del derecho. A la aparición de un Estado posmoderno corresponde inevitablemente la llegada de un derecho posmoderno; [...]”

global. Sendo assim, é impossível ignorar que a globalização acaba por influenciar a atual organização jurídica global. Exemplificando:

Na concepção moderna do direito, fundada no princípio da soberania, o Estado aparece como a única fonte do direito: assim como o direito internacional público se concebe como uma lei interestatal, fundada sobre o acordo dos Estados, o direito internacional privado apresenta-se como o produto da iniciativa dos Estados, "custodiante das chaves da abertura e fechamento de sua ordem às normas que vêm do exterior". Assim, cada Estado define os termos de sua coexistência com os demais sistemas legais e mantém o poder de determinar as regras aplicáveis em caso de conflitos de leis ou jurisdições (JOSSELINGALL, 2005). Essa visão é superada pela dinâmica da globalização: o funcionamento adequado de um mercado cada vez mais globalizado requer o estabelecimento de padrões, exigidos pelos próprios operadores, que não podem ser apenas a criação dos Estados; surge um novo direito, juntamente com o direito tradicional de origem do Estado, para responder aos desafios da globalização (AUBY, 2003). (CHEVALLIER, 2011, p. 147, tradução nossa³⁸)

Concomitantemente, a nova organização internacional e o surgimento acelerado de tecnologias são, por si, fontes de problemas jurídicos. Em um mundo globalizado e que comprime os ideais de espaço-tempo, sendo ambos fenômenos potencializados pela inovação tecnológica, emergem uma série de novas (e inéditas) questões legais. Neste sentido, Latrup-Pedersen (2002, p. 173) considera a amplitude das dificuldades jurídicas relacionadas à tecnologia:

A tecnologia da informação é, por si só, uma fonte de problemas jurídicos internacionais. Propriedade intelectual, telecomunicações, jurisdição da Internet, liberdade de expressão, '.coms' etc. consolidam apenas uma lista muito pequena de tópicos que devem ser considerados de um ponto de vista jurídico internacional ou transnacional, especialmente devido ao fato de que a Internet e as entidades da 'nova economia' são 'muito grandes' para serem contidas em um único ordenamento jurídico nacional. (LATRUP-PEDERSEN, 2002, p.173, tradução nossa³⁹)

³⁸ Texto original: "*En la concepción moderna del derecho, fundada sobre el principio de soberanía, el Estado aparece como la fuente exclusiva del derecho: así como el derecho internacional público se concibe como un derecho interestatal, fundado sobre el acuerdo de los estados, el derecho internacional privado se presenta como el producto de la iniciativa de los estados, "custodio de las llaves de la apertura y del cierre de su ordenamiento a las normas venidas del exterior". Así, cada estado define los términos de su coexistencia con los otros ordenamientos jurídicos y conserva el poder de determinar las normas aplicables en caso de conflictos de leyes o de jurisdicciones (JOSSELINGALL, 2005). Esta visión es superada por la dinámica de la globalización: el buen funcionamiento de un mercado cada vez más globalizado supone el establecimiento de normas, requeridas por los propios operadores, que no pueden ser únicamente creación de los estados; un nuevo derecho surge así, junto al derecho tradicional de origen estatal, para responder a los retos de la globalización (AUBY, 2003).*"

³⁹ Texto original: "*Information technology is in itself a source of international legal problems. Intellectual property, telecommunication, the jurisdiction of the Internet, freedom of speech, '.coms' etc. are only a very slim catalogue of topics which have to be regarded from a transnational or international legal angle, especially due to*

Assim, nota-se que os mesmos processos que provocaram o enfraquecimento do Estado na pós-modernidade possuem consequências na ótica do Direito. Em uma conclusão preliminar: como há uma sociedade e um Estado pós-modernos, admite-se a utilização da mesma alcunha para o Direito. Se há transformações nos fundamentos do que se consolidada como Direito, sendo os novos paradigmas representativos de uma mudança de fase, o Direito também passa para esse novo momento. No entanto, essa mudança não é nítida e simples (CHEVALLIER, 2011, p. 116).

Para entender em que patamar se encontra o Direito na pós-modernidade, é preciso antes relembrar que a época imediatamente anterior (modernidade) foi o grande motor de sua racionalização da organização social e política; em paralelo, o Direito era moldado pelos valores ali vigentes, sendo configurado de acordo com estes (CHEVALLIER, 2011, p. 117). Contudo, as duas bases jurídicas que construíam as características do Direito moderno – império da razão e individualismo – foram gradualmente derrubadas na transição para a pós-modernidade, no que se considera uma verdadeira crise (CHEVALLIER, 2011, p. 122).

Em seu processo de resignificação na pós-modernidade, o Direito acaba sofrendo quatro transformações em sua essência: (i) a conversão da sociedade contemporânea em “sociedades do Direito”; (ii) uma multiplicidade de núcleos de Direito e uma explosão na regulamentação jurídica; (iii) a elaboração de um Direito pragmático, porém distinto do Direito clássico; e (iv) o reforço da eficácia jurídica por meio de processos de racionalização (CHEVALLIER, 2011, p. 303).

Não é objetivo deste trabalho detalhar as amplas e profundas mudanças sofridas pelo Direito de uma forma geral. Aqui interessa simplesmente o fato de que a tecnologia implica mudanças nas fontes e manifestações jurídicas como um todo. Em primeiro lugar, o Direito pós-moderno vive na chamada “sociedade do risco”, em que há um dinâmico aparecimento de ameaças; esse fato demanda, neste sentido, que a regulação seja intensificada (CHEVALLIER, 2011, p. 132). Além disso, a qualidade técnica de normas, importante elemento para a

the fact that the Internet and the entities of the 'new economy' are 'too big' to be contained in one national legal system only.”

reafirmação do Direito em processos de racionalização, pode ser aprimorada em um contexto de maior acesso à informação propiciado pela tecnologia:

A elaboração de normas implica uma preparação cada vez mais técnica. A pessoa responsável se beneficia, a este respeito, do considerável progresso feito nos métodos de coleta e processamento de dados, relacionados ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação: o desenvolvimento da tecnologia da informação permite que ele tenha informações, não apenas incomparavelmente mais amplo, mas também de modo instantaneamente móvel e imediatamente explorável; o desenvolvimento de bancos de dados legais depois que as páginas da web contribuíram para a transformação das condições de edição dos padrões. (CHEVALLIER, 2011, p. 180, tradução nossa⁴⁰)

De maneira semelhante, Latrup-Pedersen (2002, p. 173) atribui à internacionalização a possibilidade de acesso e consulta de sistemas jurídicos estrangeiros, com objetivo de estudos comparativos e, possivelmente, elaboração de ferramentas locais. Brownsword (2008, p. 26), por sua vez, ainda explica que a tecnologia pode ser vista tanto como um desafio regulatório, quanto uma ferramenta regulatória, simultaneamente.

Ainda sob a ótica da regulação, o nível de utilização a tecnologia como ferramental é algo que dependerá puramente dos objetivos e perspectivas das próprias entidades reguladoras. Se sua visão for rasa, reguladores podem considerar a mais básica interação entre regulação e tecnologia: utilizá-la para melhorar as ferramentas já existentes de controle social. Neste caso, questões como direitos humanos e dignidade seguem importantes para que sejam estabelecidos os parâmetros do uso da tecnologia pelo regulador. Por outro lado, essas temáticas podem ser comprometidas caso o regulador vá além e opte por substituir os mecanismos tradicionais de controle social pelo uso de tecnologias (BROWNSWORD, 2008, p. 47).

Ante todo o exposto, percebe-se que a tecnologia assume um papel relevante no Direito pós-moderno. Consequência direta dos movimentos que transformaram a sociedade e o Estado em um processo de resignificação, crescente dinamismo e reorganização política, este Direito

⁴⁰ Texto original: “La elaboración de normas implica cada vez más una preparación técnica. El responsable se beneficia a este respecto de los progresos considerables realizados en los métodos de recogida y tratamiento de datos, relacionados con el desarrollo de las tecnologías de la información y la comunicación: el desarrollo de la informática le permite disponer de una información, no sólo incomparablemente más amplia, sino también instantáneamente móvil e inmediatamente explotable; el desarrollo de los bancos de datos jurídicos luego de las páginas web contribuyó así a una transformación de las condiciones de edición de las normas.”

possui diversidade de fontes, admite participação de agentes privados na elaboração de normas e apresenta parâmetros regulatórios relacionados a uma realidade permeada pela tecnologia.

Concluindo o presente Capítulo, segue um resumo do raciocínio desenvolvido nesta primeira parte do trabalho: (i) no fim do século XX, correntes ideológicas, culturais e políticas conduziram um processo de transformação da sociedade; (ii) o Estado, de maneira reflexa, também foi afetado por tais transformações, admitindo-se a existência de um Estado pós-moderno; (iii) observa-se um enfraquecimento do poder estatal, à medida que emergem fenômenos de globalização, consolidação de multinacionais, empresas-rede e novas concepções de tempo e espaço; (iv) a tecnologia faz parte deste processo de enfraquecimento e possui relação direta com os fenômenos observados; (v) a diminuição do poder estatal na pós-modernidade possui como consequência o surgimento de um Direito pós-moderno, alinhado com as premissas sociais e políticas observadas a nível global; (vi) a tecnologia representa um agente transformador para o Direito pós-moderno e representa algumas de suas características.

Consolidada a ideia de que a pós-modernidade é uma condição que possui, dentre outros, a tecnologia como fator de propulsão, entende-se que é impossível ignorar a presença da inovação como um agente transformador para o Direito. Esta deve ser a principal conclusão deste Capítulo e servirá como indispensável premissa para o raciocínio que será desenvolvido nos seguintes.

Uma vez assumindo o potencial transformador da tecnologia para Direito como certo e servindo-se deste como ponto de partida, neste momento é necessário estudar a profundidade destas mudanças, bem como sua amplitude, forma e representações fáticas. Este é o tema que será abordado no próximo Capítulo. Compreender as mudanças de forma analítica é fundamental para que o trabalho cumpra então seu principal objetivo em sua terceira e última parte: entender como a presença da tecnologia no cenário jurídico atual afeta (ou deveria afetar) o ensino do Direito.

2 DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS

2.1 O futuro da profissão: tecnologia do Direito versus Direito da tecnologia

Apresentado o panorama de transformações que representaram a transição da modernidade à pós-modernidade, foi possível tomar como certa a ideia de que a tecnologia faz parte deste arcabouço de mudanças e, ao afetar em diferentes níveis a organização política e social global, também possui efeitos no Direito. Para analisar como as transformações tecnológicas no Direito afetam o seu ensino, é necessário responder, preliminarmente, em quais níveis as ciências e o mercado de trabalho jurídicos são afetados pelas inovações tecnológicas.

Assim, para além de enquadrá-lo como um dos fatores em meio a um contexto geral de transformações que marcaram o pós-modernismo e a pós-modernidade, o presente Capítulo busca analisar intrinsecamente o fenômeno transformacional da tecnologia em relação ao Direito. Já tendo como premissa o fato de que há uma relação direta do desenvolvimento tecnológico e mudanças sofridas pelo Direito, busca-se aqui analisar a profundidade e as vertentes deste processo de transformação.

Como novas tecnologias afetam a prática jurídica? O mercado de trabalho apresenta alguma consequência à nova realidade? Quais habilidades serão exigidas de juristas? Tais perguntas não são respondidas facilmente. Ainda que a literatura (v. Capítulo 1) tenha demonstrado que o Direito pós-moderno se apresenta como reflexo de muitas características ligadas à sociedade e ao Estado pós-modernos, não é possível, apenas com base nesse quadro geral, determinar de forma precisa em quais pontos essas mudanças atingem o mercado e o conhecimento jurídico. Preliminarmente ao estudo mais detalhado das transformações tecnológicas do Direito, analisaremos o que se desenha como obstáculo no processo de pesquisa e adequação ampla à nova realidade.

2.1.1 Desigualdades na distribuição de tecnologia no mercado jurídico e delimitação de campo

Apesar de haver uma ideia geral de que a sociedade atual se encontra na pós-modernidade, há também uma percepção de que os níveis de desenvolvimento não são totalmente idênticos a nível global; é necessário assumir que certos países já se encontram em outro patamar de identificação das características inerentes à época pós-moderna. Desta forma,

é impossível afirmar que “o Direito evoluiu” ou que os mercados jurídicos se apresentam de forma nivelada quando comparados entre si. Essa diferenciação possui duas causas principais, que dificultam a parametrização e uma análise mais aprofundada a respeito de *como* e *por que* o Direito sofre transformações tecnológica: (i) primeiro, a distribuição do uso de recursos tecnológicos por juristas não é uniforme; e (ii) é difícil delimitar estritamente o que pode ser considerado como inovação tecnológica.

A primeira questão diz respeito à desigualdade relacionada ao acesso e uso de tecnologia na prática jurídica. Inicialmente, a análise pode remeter aos antigos debates e previsão sobre a evolução dos custos e sua relação com a acessibilidade tecnológica. Uma das mais difundidas teorias sobre a relação entre custos e desenvolvimento tecnológico é a proposta por Gordon Moore (1965, p. 115). A respeito do desenvolvimento do potencial computacional de circuitos, Moore propõe que, mantido um custo mínimo, a performance de um circuito integrado aproximadamente dobrará a cada dois anos, pois nesse período seria tecnicamente possível inserir o dobro de componentes em um mesmo circuito. Em outras palavras, ao longo do tempo a tecnologia fica cada vez mais barata e mais eficiente, uma vez que circuitos se tornam cada vez menores e mais complexos.

Ainda que a chamada “Lei de Moore” possua sua atual aplicabilidade questionada por conta de novas condições de mercado e pesquisa (BLANK, 2018), é inegável que tecnologias hoje podem ser aproveitadas mais facilmente no cotidiano de indivíduos e empresas. Enquanto antes era necessária uma infraestrutura tecnológica robusta, atualmente qualquer smartphone possui uma série de funções que podem ser úteis a profissionais de diferentes áreas.

Era de se imaginar, nesse mesmo sentido, que o uso de tecnologia no mercado jurídico se tornasse melhor distribuído à medida que seus custos diminuíssem. Contudo, nota-se que a utilização de tecnologia ainda não é uma unanimidade entre profissionais e seu nível de implantação varia conforme o campo de análise, o que denota uma nítida desigualdade. Essa desigualdade é comprovada quando comparamos pesquisas que analisam a utilização de tecnologia por advogados no Brasil e no mundo.

Por exemplo, ao analisar a relação entre tecnologia e o futuro da profissão jurídica no Brasil, uma pesquisa realizada em 2018 pelo Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação – CEPI, da FGV Direito SP, demonstrou que a utilização de tecnologia na prática jurídica vai muito além de uma mera relação baseada em custos de implantação. A partir de uma amostra de 403 escritórios de advocacia brasileiros, consolidou-se um relatório quantitativo que demonstrou a

desigualdade no uso de tecnologia pelas bancas e, além disso, que a maior parte dos sistemas já implantados compreende ferramentas básicas de organização e cadastro (CEPI, 2018a, p. 11).

Os dados levantados demonstram que há uma relação direta entre o porte dos escritórios e o uso de tecnologia por seus advogados. Por exemplo, demonstrou-se que 20% do total de entrevistados internalizaram seus departamentos de TI e, dentre estes, 62% são escritórios de grande porte, com mais de 50 advogados (CEPI, 2018a, p. 17). Outro dado relevante diz respeito ao uso de ferramentas avançadas de tecnologia como, por exemplo, geração automática de documentos: apenas 26% dos entrevistados declarou utilizar sistemas desta natureza, sendo 43% destes escritórios com mais de 50 advogados (CEPI, 2018a, p. 28). Por fim, ainda que não haja um nivelamento no uso de tecnologia pelos escritórios, identificou-se um uso recorrente de modelos e de atuação em contencioso de massa, o que representa um espaço fértil para utilização de ferramentas avançadas de tecnologia (CEPI, 2018a, p. 30) e esse avanço é visto como muito importante pela maioria dos entrevistados (60%).

Além de uma desigualdade interna, ou seja, quando comparados escritórios em um mesmo mercado (Brasil), também são encontradas diferenças em relação a *players* de outros países. Uma pesquisa da consultoria especializada Altman Weil realizada com 398 escritórios de advocacia norte-americanos constatou que 51,1% dos entrevistados já utilizava tecnologia para substituir mão-de-obra humana (CLAY; SEEGER, 2018, p. 53); dentre estes, há um equilíbrio (48,8% e 57,4%) entre escritórios de pequeno e grande porte,⁴¹ respectivamente (CLAY; SEEGER, 2018, p. 53). Por outro lado, a pesquisa também demonstra que, dentre 20 estratégias de inovação apresentadas às entrevistadas, a utilização de tecnologia é uma entre as únicas 4 que se mostraram mais eficientes quando adotadas por escritórios de pequeno porte, em comparação às grandes bancas (CLAY; SEEGER, 2018, p. 91). Nota-se que o tamanho da firma, assim, não foi determinante para o nível de implantação de tecnologia entre os entrevistados, diferentemente das conclusões apresentadas pela pesquisa brasileira. Em contrapartida, um dado interessante diz respeito ao potencial aumento de eficiência provocado pela tecnologia em bancas menores – a pesquisa do CEPI apontou, neste sentido, que há muito espaço para a implantação de sistemas de tecnologia.

⁴¹ Para fins da pesquisa, foram considerados como pequeno porte escritórios que empregavam menos de 250 advogados e grande porte, 250 ou mais advogados.

Além da questão da desigualdade, não há uma definição clara do que se considera uma tecnologia relevante para prática jurídica. A respeito de ferramentas utilizáveis por advogados, enquanto Susskind (2013, p. 40) apresenta uma lista com treze tecnologias identificáveis na prática, como *marketplaces* jurídicos, automação e e-Discovery, uma pesquisa da International Bar Association (2017, p. 20) cita outras como Blockchain, *Legal Analytics* e a computação em nuvem, por exemplo. McGinnis e Pearce (2014, p. 3046) trazem, por sua vez, outros 5 aspectos do trabalho jurídico potencialmente transformados pela tecnologia: descoberta, pesquisa jurídica, geração de documentos, elaboração de memorandos e previsão de resultados em litígios.

Além disso, não há um termo inicial para que uma tecnologia possa ser considerada “nova” ao serem identificados seus aspectos jurídicos, ou seja, não há um momento inicial em que é identificada uma “virada de chave”. A tecnologia evolui ciclicamente (SCHUMPETER, 2003) e exponencialmente (FOGEL, 1999) o que torna impossível taxar uma tecnologia como “nova” com precisão. É preciso contextualizá-la temporalmente e, ainda assim, com ressalvas, pois a velocidade de mudança é alta.

Exemplos desta evolução cíclica podem ser encontrados na literatura especializada. Thomas Pinansky, ao analisar o histórico de escritórios de advocacia norte-americanos, mostra que o surgimento de ferramentas tecnológicas no fim do século XIX foram fundamentais para a associação entre profissionais que viria a se tornar o modelo que alavancou o crescimento das grandes bancas, pois os custos tecnológicos se elevaram e precisavam ser compartilhados pelos profissionais (PINANSKY, 1986, p. 616). É uma constatação interessante, pois demonstra que não é a primeira vez que o mercado jurídico é afetado pela tecnologia e que, à época, o que poderia ser considerado um sistema “de ponta” eram aplicações que atualmente já até caíram em desuso.

Uma outra perspectiva interessante que também demonstra a impossibilidade de se datar algo que se considere “nova tecnologia” é a apontada por Kyle Collona, em artigo que trata da responsabilidade civil (*tort liability*) de carros autônomos. O estudo do autor é baseado nos reflexos jurídicos de outros meios de transporte “autônomos” já introduzidos no mercado há tempos, como elevadores, aviões, trens e até alguns navios que já eram capazes de operar autonomamente (COLONNA, 2012, p. 86). Collona ainda sugere que uma estratégia semelhante à que foi adotada à época do surgimento de usinas nucleares nos EUA (*Price-Anderson Act*) poderia ser tomada como inspiração para resolver a questão da responsabilização

de carros autônomos (COLONNA, 2012, p. 118). Colonna nos mostra, assim, que os problemas jurídicos enfrentados por juristas da atualidade podem ser semelhantes aos que fizeram parte do cotidiano de profissionais do Direito há décadas.

Ante o exposto, temos que não é possível considerar uma postura universal a respeito do uso de tecnologia por profissionais do Direito e, além disso, delimitar restritamente o que pode ser considerada uma nova tecnologia. Para fins metodológicos, este trabalho assumirá: (i) ainda que a tecnologia seja utilizada em diferentes níveis por profissionais jurídicos, a sua mera disponibilidade já representa um impacto no mercado, a nível global; e (ii) à medida que existem novas ferramentas disponíveis para juristas e que estes, em paralelo, atuam em uma sociedade pós-moderna transformada pela inovação, aqui o conceito de tecnologia será o mais amplo possível: qualquer sistema, ferramenta, *software*, *hardware*, cadeia produtiva, método de gestão e entrega, desde que seja capaz de oferecer auxílio diretamente na prestação do serviço jurídico e/ou que represente uma alteração social relevante a ser enfrentada pelo profissional.

2.1.2 Vertentes de transformação

Feitas as considerações iniciais a respeito na desigualdade de implantação e dificuldade de se conceituar “tecnologia” para fins jurídicos, é fundamental a percepção de que as mudanças tecnológicas não agem de maneira isolada.

Assim, o impacto da tecnologia no Direito pode ser dividido em duas grandes vertentes transformacionais: a primeira, pelo surgimento de tecnologias aplicáveis especialmente à atuação profissional de juristas; a segunda, pelas transformações sociais que ocorrem diante do desenvolvimento tecnológico que afeta a forma como o ser humano se relaciona entre si e com “entidades” muitas vezes não personificadas, como, por exemplo, robôs, algoritmos, códigos e redes sociais.

Para explicar o uso da tecnologia especificamente por advogados, Legg (2018, p. 3) expõe que

Haverá dois usos principais para a tecnologia [por advogados]. O primeiro é o uso complementar de ferramentas tecnológicas para a própria prática jurídica. O segundo

diz respeito a aplicações com clientes para os quais parte ou totalidade dos serviços jurídicos são prestados pela tecnologia. (LEGG, 2018, p. 3, tradução nossa⁴²)

Considerando essa dualidade, propõe-se uma análise que se divide em duas vertentes: primeiro, a que considera o impacto da tecnologia na sociedade e suas consequências jurídicas; segundo, o desenvolvimento de um novo ferramental que incrementará a realização das atividades dos profissionais do Direito.

Sobre o primeiro aspecto, assumindo como ponto de partida as transformações sociais produzidas pela tecnologia, retomam-se os argumentos de Manuel Castells, que a esse respeito afirma que a

[...] sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. [...] a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica (CASTELLS, 2005, p. 18)

Nota-se que emergem relações sociais notoriamente atreladas ao desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à nível global, principalmente diante de novas formas de interação entre entes sociais. Essas transformações, no entanto, permitem uma ressignificação da concepção que molda as relações interpessoais presentes na sociedade, na medida em que sistemas cognitivos se tornam cada vez mais complexos. Em outras palavras: atualmente, seres humanos se relacionam entre si, com Estados, empresas e, de forma mais recente, com entidades “artificiais” tecnológicas, como robôs ou algoritmos desprovidos de personalidade natural, mas repletos de autonomia.

Assim, se interações sociais são transformadas pela tecnologia, é preciso dar um passo atrás e entender, *a priori*, os novos agentes que atuam nessa nova realidade. A fim de esclarecer a inserção de sistemas cognitivos artificiais na sociedade e sua interação com humanos, Dautenhahn (1998, p. 613) considera que esta tecnologia obriga que seja repensada a

⁴² Texto original: “There will be two main uses of technology. First is back office uses of technology which allow lawyers to run their own practices. Second is client service applications where some or all of the legal service provided is through technology.”

classificação dos agentes sociais. Não é possível resumir a sociedade em meramente humanos e não-humanos; a realidade é atualmente mais complexa: pode-se falar em agentes autônomos, corpóreos ou autobiográficos, por exemplo. Em destaque, temos que a importação de características humanas para sistemas artificiais torna possível o surgimento de SIAs (*Social Intelligent Agents* ou Agentes Socialmente Inteligentes) que podem ser tanto humanos quanto máquinas, assim considerados desde que possuam a capacidade de criar e desenvolver relacionamentos entre agentes, utilizando-se para tanto ferramentas de comunicação e integração ao sistema social.

As interações e relações sociais em uma sociedade permeada pela tecnologia são então significativamente mais complexas quando comparadas com o contexto anterior: humanos se relacionarão cada vez mais com entes antes considerados inanimados ou ausentes socialmente, como sistemas cognitivos de inteligência artificial, a título exemplar. Como se não fossem suficientes todas as situações envolvendo tecnologias enquanto fator de transformação econômica e política, ainda novos entes decorrentes da tecnologia são introduzidos na esfera social – o que torna ainda mais complexos os estratos e relações da comunidade humana, que não necessariamente conviverá apenas com seus pares.

Contudo, as repercussões jurídicas de novas tecnologia não se resumem a relações sociais mais labirínticas. Para além de interações peculiares, é notório que humanidade já se mostra indissociável de ferramentas tecnológicas (DeSTEFANO, 2018), utilizadas para serviços (ex.: financeiros) e atividades cotidianas mais básicas (a mobilidade urbana, por exemplo, já é influenciada por aplicativos móveis de navegação⁴³ e, em breve, itens conectados já serão realidade em grande parte das casas⁴⁴).

Em paralelo, uma segunda interação entre Direito e tecnologia diz respeito ao surgimento de um novo ferramental utilizável pelo profissional. Preliminarmente, constata-se que inúmeros setores da economia são afetados por novos *players* econômicos de base

⁴³ Em outubro de 2017, um erro sistêmico em um aplicativo de navegação amplamente utilizado em São Paulo provocou um caos no trânsito da cidade. Enquanto a média para uma grande avenida era de 23,4 km de lentidão, no momento do erro esse número subiu para 78,1 km de congestionamentos registrados. Trata-se de uma situação emblemática que demonstra a dependência atual da sociedade às ferramentas tecnológicas.

⁴⁴ Em agosto de 2018, uma pesquisa do grupo CIRP, que analisa dados de consumo nos Estados Unidos, apontou que já existem aproximadamente 50 milhões de unidades de *smart speakers* instaladas em casas do país (KOETSIER, 2018). *Smart speakers* são as “centrais” das casas automatizadas, responsáveis por gerenciar o acionamento de eletrodomésticos, aparelhos, realização de compras pela internet, obtenção de informações, dentre outras funções. Exemplos são *Google Home*, *Amazon Echo* e *Apple HomePod*.

tecnológica, os modificam consideravelmente a forma como produtos ou serviços são entregues aos clientes. São os casos, por exemplo, do desenvolvimento de startups de nicho como as *FinTechs*, as *Health Techs* e, por que não, as *LawTechs*.

A observância desses fatores de forma coordenada permite a conclusão de que a tecnologia tange o Direito de uma maneira muito mais profunda do que simplesmente reorganizando a sociedade. Os efeitos da inovação são sentidos por juristas seja pela necessidade crescente do conhecimento e domínio de ferramentas tecnológicas desenvolvidas especificamente para a profissão jurídica, ou até mesmo pela demanda de uma capacidade de resolução de questões envolvendo sistemas que criam e/ou alteram situações cotidianas e sociais.

Desse modo, o profissional jurídico deve se preparar tanto para utilizar a tecnologia em sua prática, como também para enfrentar contextos e problemas em que a tecnologia é a protagonista de alguma controvérsia ou nova relação social. Portanto, estamos diante de duas acepções: há uma “*tecnologia do Direito*”, referente ao uso de ferramentas tecnológicas no cotidiano de juristas, e um “*Direito da tecnologia*”, resultado de mudanças sociais que, na realidade, afetam significativamente o Direito vigente, bem como sua prática. Será levantado adiante que o argumento deste trabalho é justamente esse: a adequação no ensino do Direito a este novo panorama decorre da necessidade de um preparo individual para o enfrentamento de situações totalmente novas decorrentes da tecnologia, na própria profissão jurídica ou mesmo na sociedade da informação.

Entretanto, essa visão dual não é necessariamente nova. Um dos fatores enumerados por Pinansky (1986, p. 616) como fundamentais para o molde do mercado jurídico do final do século XIX – marcado pelo surgimento de grandes escritórios de advocacia – diz respeito às mudanças estruturais causadas pela evolução tecnológica. Ainda que tais avanços sejam tecnologias hoje obsoletas, mas à época revolucionárias⁴⁵, Pinansky considera que já àquela época era possível afirmar que a tecnologia impactava tanto o cotidiano do advogado, quanto as discussões jurídicas enfrentadas pelos profissionais.

Os desenvolvimentos tecnológicos do final do século XIX também desempenharam um papel na promoção do desenvolvimento de escritórios de advocacia na profissão legal americana. As novas tecnologias afetaram os escritórios de advocacia de duas

⁴⁵ Conforme apontado em outra ocasião neste trabalho, Pinansky usa como exemplos o surgimento da máquina de escrever (em 1868) e do telefone (1877).

maneiras. Em primeiro lugar, houve invenções que ajudaram diretamente ou mudaram o trabalho legal do dia-a-dia. E segundo, o rápido desenvolvimento da tecnologia em geral contribuiu para uma ideologia da ciência que teve influências diretas e indiretas na profissão jurídica americana. (PINANSKY, 1986, p. 616, tradução nossa⁴⁶).

Percebe-se, deste modo, que inovações tecnológicas não apenas afetam a profissão jurídica de maneira incremental, tornando possível o desenvolvimento de novas ferramentas, mas também enquanto objeto – ou seja, transformando o Direito operacionalizado pelo jurista. De maneira semelhante analisa Lawlor (1962, p. 299), ao afirmar que as relações entre Direito e tecnologia são observadas de forma polarizada:

Quando a relação entre a tecnologia da informação e o direito é examinada um pouco mais de perto, logo se reconhece que existem duas relações opostas e polarizadas. Não estamos preocupados apenas com a forma como a nova tecnologia pode ser usada na lei, mas também com a forma como a lei se aplica à nova tecnologia. (LAWLOR, 1962, p. 299, tradução nossa⁴⁷)

Lawlor reconhece que há um interesse de juristas em *gravar, classificar, analisar, e aplicar* o Direito com o auxílio da tecnologia da informação; simultaneamente, juristas têm se preocupado com a aplicação do Direito comum em problemas *criados pela tecnologia da informação* (LAWLOR, 1962, p. 300). O autor afirma, em conclusão, que ainda acreditava ser distante o dia em que uma “máquina será capaz de pensar através de problemas jurídicos”, mas que o uso de tecnologias para fornecimento de informações e suporte não demoraria (LAWLOR, 1962, p. 342).

Ilustremos essa dupla perspectiva por meio de exemplos. Uma entidade baseada em inteligência artificial que pode ser utilizada para otimizar as buscas jurisprudenciais é uma demonstração clássica do primeiro tema: estamos diante de uma solução tecnológica aplicável ao Direito, que altera a forma como o Direito é praticado. Por outro lado, o trabalho de um advogado que busca encontrar a melhor saída para um cliente cujo negócio foi negativamente

⁴⁶ Texto original: “Technological developments of the late nineteenth century also played a role in fostering the development of law firms in the American legal profession. New technologies affected law offices in two ways. First, there were inventions that directly aided or changed day-to-day legal work. And second, the rapid development of technology in general contributed to an ideology of science that had both direct and indirect influences on the American legal profession.”

⁴⁷ Texto original: “When the relation between information technology and the law is examined a little more closely, it is soon recognized that two oppositely polarized relations exist. We are not only concerned with how the new technology may be used in law, but also with how law applies to the new technology.”

afetado por um algoritmo de inteligência artificial é um contexto em que claramente o exercício da profissão jurídica demanda uma discussão social envolvendo tecnologias de ponta.

A necessidade de que juristas sejam capazes de se relacionar com novas tecnologias é evidenciada pelo fato de que algumas tecnologias são aplicáveis diretamente não apenas no Direito, mas emergem e produzem efeitos na sociedade como um todo. Isso significa dizer que, em alguns casos, certas tecnologias são tanto *aplicáveis* ao Direito como também *afetam profundamente a sociedade*, simultaneamente, demandando de profissionais não apenas um preparo quanto à sua utilização, como também para resolução de questões que as envolvam.

Para citar alguns exemplos, temos a tecnologia Blockchain – *registro de transações organizado de forma distribuída e validada ponta-a-ponta* (NAKAMOTO, 2008, p. 1), que pode tanto ser usada para validar e registrar movimentações financeiras quanto para operar contratos autoexecutáveis, conhecidos como *smart contracts* (FAIRFIELD, 2014, p. 36) – uma aplicação naturalmente jurídica. Assim, quando um advogado se depara com questões que envolvem Blockchain, pode estar diante de uma situação em que uma disputa esteja concentrada em ativos registrados nesta tecnologia, bem como se ver diante da necessidade de compreendê-la para estruturar contratos autoexecutáveis.

Outra manifestação bastante clara dessa possibilidade é a novamente a inteligência artificial, que não apenas tem figurado como importante cerne de discussões jurídicas relacionadas a vários temas como personalidade (SOLAIMAN, 2017, p. 155), por exemplo, mas também pode ser utilizada para a otimização do trabalho de advogados (LOHR, 2017), por meio da otimização de buscas, predição de conteúdo de documentos, estratégias de *big data*, dentre outros.

Ante o exposto, nota-se que a tecnologia é cada vez mais presente no cotidiano de juristas, manifestando-se de duas formas: impactando diretamente a atuação do profissional do Direito e figurando em discussões sociais que decorrem da aplicação de inovações disruptivas, que originam relações peculiares entre seres humanos (e entre máquinas). Há, então, uma transformação significativa da prática jurídica.

Em relatório publicado em 2017 destinado a analisar o futuro da profissão jurídica, a instituição australiana *The Law Society of New Wouth Wales* identificou itens relacionados a tecnologia jurídica como fatores-chave para a prática do Direito que será vivenciada nos próximos anos. Dentre as principais descobertas divulgadas no relatório, constatou-se que novas áreas de trabalho surgirão ao passo que a tecnologia se desenvolve; além disso, foi

apurado que o uso de tecnologias de ponta tem sido benéfico à escritórios de advocacia de menor porte, dada a redução de custos proporcionada (THE LAW SOCIETY OF NEW SOUTH WALES, 2017, p. 5).

Tendo a profissão jurídica sofrido tamanhas transformações decorrentes da tecnologia, parece razoável sugerir que as instituições de ensino devam abordar essas questões de forma aprofundada – seja por meio de uma mudança na forma como o Direito é ensinado, seja pela abordagem de tais temas como objeto de estudo, como em disciplinas totalmente voltadas para a temática da inovação ou em meio a conteúdos programáticos já existentes.

Esta parece uma razão forte para instigar instituições de ensino a trazer tais tipos de debates e aprendizados para o momento da formação de juristas. A fim de sustentar este ponto, abordaremos nas próximas seções algumas principais aplicações da tecnologia no Direito e como o Direito dialoga com a tecnologia extrinsecamente. Tais análises servirão de base para o argumento central desse trabalho, que é o da necessidade de fazer refletir essas alterações nas instituições superiores e no ensino do Direito.

2.2 Direito da Tecnologia: a sociedade pós-moderna, a tecnologia e impactos no Direito

Apontou-se nos itens anteriores que uma das formas em que o Direito se relaciona com a tecnologia é quando observamos novas relações sociais criadas em um contexto de sociedade impactada por novas tecnologias. À medida que sistemas tecnológicos de comunicação e informação integram de novas formas indivíduos e instituições, emergem situações nunca antes observadas e, conseqüentemente, demanda-se do Direito soluções e respostas a contextos e problemas inéditos. Uma vez deixado claro que a sociedade pós-moderna é uma sociedade tecnológica, conforme apontado no primeiro capítulo, este item analisa objetivamente alguns desdobramentos jurídicos destes fenômenos recentes.

Quais razões deveriam levar um jurista a se preocupar com os impactos da tecnologia na sociedade? A resposta a este questionamento pode ser encontrada em teorias clássicas de sociologia jurídica, as quais apesar de muitas vezes divergirem entre si quanto à forma como

se dá tal relação se manifesta⁴⁸, convergem ao considerar que existe, de fato, uma correlação entre aspectos sociais e o Direito. David Trubek, a este respeito, afirma que

No século XIX, pensadores como Maine, Durkheim e Weber, que estudaram a ascensão da civilização industrial, consideraram o direito como o fator majoritário no processo estudado e, desta forma, fizeram importantes contribuições para nosso conhecimento sobre o papel social do direito.

[...]

Nos últimos anos esta questão foi novamente levantada e uma pequena, mas recente literatura contemporânea emerge na tentativa de investigar as relações entre fenômenos jurídicos e as principais mudanças sociais, econômicas e políticas associadas à industrialização a que se costuma referir como modernização (TRUBEK, 1972, p. 720, tradução nossa⁴⁹)

Indissociável o Direito das relações sociais, desta forma, é perceptível que o Direito deve estar atento para regular tais relações quando algum elemento impacta diretamente a forma como as pessoas interagem entre si e com terceiros não-humanos. Se existe a necessidade por regulação, toca-se na prática do profissional jurídico, que hora ou outra poderá se deparar com uma situação fática que envolva tecnologia.

Esta realidade não se restringirá apenas a advogados ou outros operadores do Direito que atuem diretamente com tecnologia. Atualmente, é possível observar inúmeras áreas do Direito que lidam, em diferentes níveis, com situações envolvendo novos sistemas. A título de exemplo, podemos citar litígios envolvendo inteligência artificial enquanto mecanismo de funcionamento de carros autônomos (COLONNA, 2012, p. 82), os impactos do Blockchain no setor imobiliário (SPIELMAN, 2016, p. 42), a conectividade de Internet das Coisas no planejamento urbano (ZANELLA et al., 2014, p. 22), dentre outros. Em nenhum dos exemplos, os profissionais, sejam estes advogados, pesquisadores ou autoridades, são tipicamente atuantes na área da tecnologia, e sim concentram sua prática em outras áreas como litígios, Direito

⁴⁸ A literatura muitas vezes traz diferentes formas de relação entre Direito e sociedade. Durkheim, por exemplo, considera que o Direito é um fato social.

⁴⁹ Texto original: “*In the 19th century, thinkers such as Maine, Durkheim, and Weber, who studied the emergence of industrial civilization, considered law a major factor in the processes they examined and, accordingly, made significant contributions to our knowledge about the social role of law. [...] In the last few years the issue has been raised anew, and a small but growing contemporary literature has emerged which tries to probe the relationships between legal phenomena and those major social, economic, and political changes associated with industrialization generally called modernization.*”

Imobiliário e Direito Governamental, respectivamente. Isso demonstra que, na atualidade, é difícil encontrar uma área do Direito que não sofra impactos de novas tecnologias.

Retomando os impactos sociais do advento tecnológico, uma abordagem aprofundada sobre o tema pode ser encontrada no trabalho de Manuel Castells, sociólogo espanhol já citado algumas vezes neste trabalho. Para o autor, a sociedade pós-moderna não pode ser imaginada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 2017, p. 64) sendo que sua evolução, assim, deve ser vista de uma forma única, quase simbiótica com os indivíduos e os grupos sociais. Mesmo assim, é interessante a continuidade que Castells (2017, p. 66) dá a este raciocínio: ainda que a sociedade não determine a tecnologia, seu desenvolvimento pode ser dificultado por aquela, notoriamente pela intervenção estatal.

De forma semelhante a Castells, Susskind (1996, p. 47) considera que a tecnologia tem transformado diversas facetas da humanidade: desde o setor comercial, perpassando pelos serviços públicos e até mesmo as práticas quotidianas mais prosaicas; para o autor, ainda, tais mudanças continuarão ocorrendo e serão cada vez mais exponenciais e rápidas (SUSSKIND, 1996, p. 48). Alguns anos mais tarde, em 2013, o mesmo autor atestou as suas afirmações ao reconhecer o papel significativo que a tecnologia já havia assumido na determinação das relações sociais contemporâneas – e, além disso, conclui que a própria tecnologia se transformou:

Hoje, usuários estão se tornando provedores. Leitores são autores. Recebedores são participantes. Usuários podem contribuir. Estamos encontrando novas maneiras radicais para a produção de informação e colaboração entre si, seja como *bloggers* [sic], usuários de redes sociais ou contribuintes em recursos compartilhados *online* como Wikipédia ou YouTube (SUSSKIND, 2013, p. 12, tradução nossa⁵⁰).

Para Susskind (2013, p. 12), assim, cabe aos juristas a percepção de que as mudanças tecnológicas configuram um novo quadro de relações e possibilidades que não pode ser ignorado. Esse contexto deve ser compreendido para que o exercício da profissão seja

⁵⁰ Texto original: “Today, users are becoming providers. Readers are authors. Recipients are now participants. Users can contribute. We are finding radically new ways to produce information and to collaborate with one another, whether as bloggers, users of social networks, or contributors to shared, online resources such as Wikipedia or YouTube.”

condizente com as relações jurídicas e sociais, as quais emergem diante de inovações que afetam diretamente o desenvolvimento e o cotidiano da sociedade atual.

Embora o reconhecimento teórico do impacto da tecnologia já seja algo recorrente na literatura, o problema de suas implicações práticas encontra-se em um campo de mais perguntas do que respostas. Uma das questões mais importantes relacionadas a esta temática é justamente a que envolve a compreensão sobre quais transformações tecnológicas e quais impactos são os mais relevantes para os juristas da atualidade.

A resposta para esta indagação é bastante difícil, uma vez que a cada momento temos novos sistemas, ferramentas e aplicações, por exemplo, impactando a sociedade, a economia e as profissões. Além disso, como analisado anteriormente, talvez seja impossível apontar uma área do Direito que não sofra transformações tecnológicas. Por fim, o desenvolvimento da inovação tem se dado de uma forma exponencial, rápida, não sendo possível prever o que a sociedade estará utilizando ou em que estará inserida após decorrido um curto lapso temporal (SUSSKIND, 2013, p. 12). A título de exemplo, no entanto, podemos citar a importância da percepção, por profissionais do Direito, de algumas aplicações tecnológicas que podem alterar substancialmente aspectos da sociedade que possuem notórios desdobramentos jurídicos: *interação pessoal, sistema financeiro, personalidade, responsabilidade, privacidade*.

O primeiro destes pilares – *interação pessoal* – é afetado diretamente pela presença constante de redes sociais. Em estatísticas levantadas pelo portal Statista, temos que (no momento do fechamento deste trabalho, em janeiro de 2019) a rede social Facebook apresentou nada menos do que 2.2 bilhões de usuários ativos mensais no penúltimo quarto de 2018. Se esse dado for confrontado com o total da população global (conforme levantado pelo United States Census Bureau) que conta mais de 7.5 bilhões de pessoas, percebe-se o volume da penetração global da rede social enquanto importante meio de comunicação e relacionamento interpessoal.

Com tal volume longe de ser desprezível, é notório que diversas questões jurídicas podem ser levantadas diante da ampla gama de funcionalidades que os *websites* desta natureza oferecem: de aspectos tipicamente jurídicos como privacidade, transações financeiras, responsabilização, crimes virtuais, entre outros tantos, redes sociais têm transformado a forma como pessoas acessam o comércio, interagem com terceiros, contatam outros indivíduos e praticam, em um mesmo ambiente, muitas outras atividades – de uma forma remota.

Como tal relacionamento se desenrola de uma forma totalmente diferente dos tradicionais (presenciais), é necessário que juristas estejam atentos aos desdobramentos das redes sociais como importantes canais de interações entre os seres humanos da atualidade. Há também o fato de que a tecnologia traz novos agentes para a esfera social, fazendo com que seres humanos se relacionem também com sistemas dotados de inteligência social (DAUTENHAHN, 1998, p. 610). Seria necessário compreender de maneira aprofundada as diferentes nuances deste tipo de interação para que sejam previstos seus efeitos na seara jurídica e que situações fáticas relacionadas a este tema possam ser balizadas pelo Direito e seus operadores.

O *sistema financeiro* foi afetado, principalmente nas últimas décadas, por dois importantes fatores tecnológicos: sistemas bancários eletrônicos e, mais notadamente, o advento de tecnologias como Blockchain e criptoativos. O primeiro deles é visto principalmente na utilização de ambientes virtuais para transações financeiras e em cartões de crédito e débito, por exemplo. De acordo com dados da FEBRABAN (2018, p. 6), 25,6% das transações bancárias realizadas no Brasil no ano-base 2017 foram realizadas via aplicativos móveis, enquanto 15,8% foram feitas em *internet banking*. O número fica ainda mais impressionante quando analisado seu crescimento em relação ao ano anterior (2016), no qual 18,6% das transações foram realizadas em dispositivos móveis e 15,5% via *internet banking*; isso significa que a mobilidade tem sido um fator cada vez mais importante para o setor financeiro, mais até do que o uso de computadores para *internet banking*.

Nesse sentido, os dados demonstram que os meios virtuais atualmente são mais representativos que todos os físicos somados (contando agências, caixas eletrônicos, sistemas POS, correspondentes e centrais de atendimento telefônicos), e seguem em nítida expansão. Toda esta estrutura demanda regulação específica que garanta seu pleno funcionamento. Além disso, se uma demanda judicial envolve uma transferência eletrônica ou vazamento de dados, por exemplo, os advogados do litígio devem estar prontos para argumentarem em termos técnicos corretos a este respeito.

Contudo, poucas tecnologias parecem possuir maior potencial de afetar o *sistema financeiro* do que a tecnologia Blockchain e seus derivados, como os criptoativos. Enquanto as tecnologias bancárias são meras inovações aplicadas a um sistema tradicional, o Blockchain nada mais é do que uma quebra total dos paradigmas financeiros presenciados até a atualidade. O desenvolvimento desta tecnologia possibilitou o registro imutável, seguro e permanente de

transações de forma distribuída em um sistema P2P (*peer-to-peer* ou ponta-a-ponta). Baseadas em tal ferramenta, surgem as chamadas criptomoedas: ativos financeiros cujas transferências encontram-se registradas em sistemas de Blockchain, validadas por incontáveis computadores conectados à *internet*. O que apareceu como uma tecnologia experimental criada por uma “pessoa⁵¹” auto-denominada Satoshi Nakamoto (2008, p. 1) cresceu de forma exponencial e, em 2017, alguns de seus exemplos, como o Bitcoin, atingiram valores nunca antes imaginados e tiveram um considerável aumento de sua aceitação como bem circulante, sendo utilizados inclusive para captação de recursos por empresas (no momento do fechamento desta pesquisa, 1 Bitcoin valia em média R\$ 15 mil). Qual direito se aplica a tais transações? Como ficam os princípios da territorialidade, por exemplo, diante de sistemas descentralizados? É possível a penhora destes bens? Como funciona sua tributação? Todas estas questões jurídicas, dentre inúmeras outras, são relacionadas ao potencial disruptivo da tecnologia Blockchain e seus derivados.

Além disso, o Blockchain ainda possui várias outras aplicações não financeiras que, por si, já ensejam outros questionamentos legais: registro imobiliário (SPIELMAN, 2016, p. 42), identificação pessoal, direitos de propriedade intelectual⁵², segurança de dados (SHRIER; WU; PENTLAND, 2016, p. 5) e contratos – *smart contracts* – autoexecutáveis (SZABO, 1997), por exemplo. O Blockchain é uma tecnologia que a cada dia possui uma nova aplicação descoberta e estrategicamente planejada, crescendo e se expandindo em um ritmo acelerado.

Um aspecto tecnológico que pode impactar diretamente relações jurídicas envolvendo *personalidade e responsabilidade* diz respeito à evolução da robótica e do advento de entidades “autônomas” cada vez mais complexas, baseadas ou não em sistemas cognitivos de inteligência artificial. Susskind (2013, p. 13) cita como caso emblemático a competição televisiva “*Jeopardy!*” veiculada nos Estados Unidos, a qual contou, no ano de 2011, com a presença ilustre do sistema de Inteligência Artificial Watson (desenvolvido pela Companhia IBM). Na ocasião, o computador – note-se, desligado da *internet* – bateu os dois maiores vencedores humanos em questionamentos de conhecimento geral, tema-base do programa. Este evento é

⁵¹ O autor do estudo, logo o inventor da tecnologia Blockchain, nunca veio a público. “Satoshi Nakamoto” é um pseudônimo e até o momento do fechamento deste texto, não houve notícias a respeito de sua real identidade. Por isso, é impossível afirmar se o idealizador da Blockchain é mulher ou homem, uma única ou um grupo de pessoas, nem mesmo a sua nacionalidade.

⁵² Inclusive propriedade intelectual, como se observa no caso da empresa brasileira OriginalMy (<https://originalmy.com>) que utiliza um sistema do tipo *blockchain* para registros de autoria e propriedade intelectual.

apenas um exemplo de como tais “máquinas” têm sido capazes de realizar tarefas avançadas, antes possíveis apenas para seres humanos.

Com a presença de tais entidades em diversos setores da sociedade, são levantadas questões como a possibilidade de atribuição de *personalidade* jurídica a tais entes, inclusive considerando se é plausível equipará-los a corporações ou empresas para estes fins (SOLAIMAN, 2017, p. 38). Nesse sentido, ainda podem ser propostos tópicos relacionados à *responsabilização* destas máquinas, citando como exemplo o tratamento jurídico que deve ser dado a um acidente envolvendo veículos autônomos (BEIKER, 2012, p. 1149) e os sistemas de proteção em caso de responsabilidade civil relacionada a estes sistemas (COLONNA, 2012, p. 81).

Por fim, a temática da *privacidade* também é bastante afetada pela tecnologia. Além da presença constante de redes sociais, como demonstrado anteriormente, muitos sistemas atualmente trabalham com a coleta de dados pessoais de usuários, que mesmo anonimizados, compõem uma massa de informações conhecida como *Big Data*. Esta base de informações, extremamente valiosa para a tomada de decisões de empresas, evidencia diretamente a necessidade de proteção de tais materiais no sentido de garantir a privacidade dos indivíduos que os originaram (TENE; POLONETSKY, 2012, p. 69). Isto é feito por meio da regulação, que, dentre outros temas, deve dispor a respeito de sua coleta, quais dados podem ser armazenados e/ou comercializado, e a segurança de sua custódia, inclusive para evitar o vazamento de informações confidenciais e sensíveis.

De acordo com relatório publicado no ano de 2017 pela FGV Direito SP (2017, p. 11), tramitavam no Brasil três projetos de lei que versam sobre a proteção da privacidade de dados pessoais no país (Projeto de Lei nº 4060/12, Projeto de Lei do Senado nº 330/13 e Projeto de Lei 5276/16, sendo este último o mais “completo” dos três). Atualmente, o Brasil já aprovou sua Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18) seguindo a iniciativa europeia consolidada poucos meses antes, em sua *Regulation* n. 2016/679 (conhecida como *General Data Protection Regulation* ou simplesmente GDPR). Imediatamente, observou-se escritórios

de advocacia atentos ao tema⁵³, bem como uma série de livros editados⁵⁴ e artigos publicados⁵⁵ sobre a proteção de dados, no Brasil e no exterior. Em 2018, notamos o nítido nascimento de uma área completamente nova do Direito, relacionada à proteção de dados pessoais.

Ainda que seja factível exemplificar alguns dos pilares sociais mais afetados, seria impossível esgotar em apenas um trabalho todos os pontos de tangência entre a ciência do Direito e novas tecnologias; porém, os exemplos citados até então buscaram demonstrar que de fato juristas possuem um farto material que demanda uma atenção para sua atuação profissional e acadêmica. Neste sentido, o aumento exponencial de aplicações tecnologicamente avançadas transforma as relações sociais presenciadas e exige, em consequência, um esforço de profissionais e acadêmicos do Direito no sentido de compreendê-las, discutirem-nas e desenvolverem soluções jurídicas que estejam alinhadas com a realidade modificada por tais sistemas.

2.3 Tecnologia no Direito: a reconfiguração do profissional jurídico

Além de promover mudanças sociais, o surgimento exponencial de novas tecnologias também tem sido responsável por modificar a prática jurídica por meio da introdução no mercado de um novo ferramental para a profissão. Diariamente, desenvolvem-se novas soluções aplicáveis ao Direito, que se tornam importantes aliadas dos profissionais.

Segundo relatório publicado pelo CEPI (2018, p. 19) sobre o futuro das profissões jurídicas, uma análise do mercado atual deve necessariamente passar pelos praticantes do contencioso de massa. Uma vez que o profissional atuante nesta área enfrenta pressões constantes para oferecimento de serviços mais baratos sem comprometimento da qualidade, este foi um dos primeiros grupos a adotar tecnologias para a melhoria de processos, aumento da margem e um oferecimento de soluções mais eficientes para clientes (CEPI, 2018, p. 19).

⁵³ Alguns exemplos de escritórios de advocacia brasileiros que consolidaram áreas de prática dedicadas exclusivamente à proteção de dados pessoais: TozziniFreire Advogados; Baptista Luz Advogados; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; dentre outros.

⁵⁴ Pinheiro (2018), Cots e Oliveira (2018), Bioni (2018), dentre outros.

⁵⁵ A título de exemplo, apenas no portal jurídico especializado JOTA.info (acesso em 15 jan. 2019) a busca por artigos e notícias envolvendo a LGPD brasileira resultava em 66 textos; alterando o critério de busca para o GDPR europeu, obteve-se 63 retornos.

Não por acaso, a *International Bar Association* empenhou uma força-tarefa dedicada a mapear, justificar e estudar as mudanças no mercado de serviços jurídicos. Em pesquisa publicada em 2017, foram identificados 6 fatores de transformação (*drivers of change*) que moldam o futuro dos serviços jurídicos, sendo a tecnologia um destes fatores (IBA, 2017, p. 9). De maneira semelhante, Susskind (2013, p. 40) também coloca o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas como um dos elementos-chave para a compreensão do perfil do atual profissional do Direito. De acordo com Michelle DeStefano (2018, p. 46), a tecnologia se torna cada vez mais ponto de atenção dos profissionais por se tratar de uma das crescentes demandas de clientes de advogados por uma resolução de problemas jurídicos e não-jurídicos que normalmente envolvem ineficiências e burocracias.

Contudo, não se pode enxergar a tecnologia de forma isolada: ela é parte da mudança, não o todo. Em pesquisa realizada em 2017, a *Law Society of England and Wales* concluiu que apesar de importante, a tecnologia não atua sozinha no processo de adequação da prática jurídica aos “novos tempos”:

A tecnologia por si só não trará inovação para um escritório de advocacia. O que irá [trazer inovação] será o melhor entendimento das questões de negócios e os pontos em que a tecnologia e negócios se juntam e também como podem ser melhor compreendidos e desenvolvidos. Ou do ponto de vista das dores e necessidades de clientes, uma compreensão da informação e orientação que serão valiosos para navegarem no que geralmente se considera um processo custoso e demorado. (THE LAW SOCIETY OF ENGLAND AND WALES, 2017, p. 101, tradução nossa⁵⁶)

É uma visão que corresponde ao aporte teórico oferecido por Susskind, que coloca a tecnologia ao lado de dois outros fatores de mudança: liberalização dos serviços e o desafio “mais-por-menos” (SUSSKIND, 2013, p. 14). Ainda que os três fatores atuem de forma coordenada, um possibilitando o outro, nota-se que não se pode resumir as mudanças atuais somente aos novos paradigmas tecnológicos. O profissional da atualidade deve se empenhar não para ser tecnicamente apto a criar e operar um sistema avançado, mas sim para extrair o seu maior potencial especificamente para a prática jurídica – seja dialogando com um programador, atendendo uma empresa de tecnologia ou ajudando a “treinar” um sistema de

⁵⁶ Texto original: “Technology by itself will not bring innovation to a firm. What will is a better understanding of business issues and the points where technology and business come together, and how that can be better understood and developed. Or, for consumer pain points and needs, an understanding of the information and guidance consumers value to navigate what they often perceive as an expensive and lengthy process.”

inteligência artificial (CEPI, 2018, p. 35). Entretanto, para além de uma adaptabilidade de profissionais e organizações, a análise da existência de uma tecnologia do Direito deve explorar o potencial mercadológico que essas inovações demonstraram nos últimos anos.

Uma grande evidência deste fato é o crescimento considerável de empresas dedicadas exclusivamente à pesquisa e criação de produtos e serviços baseados em tecnologias exclusivamente aplicáveis em atividades relacionadas ao Direito. Para ilustrar este fenômeno, é necessário tecer algumas considerações a respeito da natureza de um tipo bastante peculiar de empresa, que vem ganhando cada vez mais notoriedade no mercado: as *start-ups*. Partindo de uma proposta que envolve o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores a baixos custos operacionais (RIES, 2012, p. 23), estas empresas se destacam por conta de sua capacidade de aliar as características de eficiência e economia – o que faz com que seja praticamente impossível desvincular *start-ups* de um aspecto tecnológico⁵⁷.

As *start-ups* têm atuado na promoção da inovação em uma gama bastante ampla de setores econômicos. Temos *start-ups* de tecnologia dedicadas ao setor financeiro, conhecidas como *FinTechs* (DAPP, 2014, p. 36) e até mesmo de seguros, as *InsurTechs* (SVETLANA, 2016, p. 40), por exemplo. As “*Techs*”, então, têm ganhado cada vez mais mercado ao oferecer alternativas em tese mais baratas e mais eficientes aos serviços tradicionalmente prestados por grandes corporações.

Seguindo essa tendência, o mercado jurídico também observou o desenvolvimento de *players* dedicados a operacionalizar soluções específicas para operadores do Direito. Tratam-se de organizações que buscam oferecer soluções tecnológicas especificamente aos operadores do Direito, sejam estes advogados, membros do Judiciário e até pesquisadores. A tais empresas dá-se o nome de *LawTechs* ou *Legal Techs*, as quais serão estudadas no próximo item.

2.3.1 O papel das *LawTechs* para o mercado jurídico

É neste panorama que surgem as empresas conhecidas como *LawTechs* ou *LegalTechs*. Objetivando o desenvolvimento de recursos baseados em tecnologia especialmente cabíveis ao

⁵⁷ Apesar de nem toda *start-up* poder ser considerada uma empresa de tecnologia (PAYNE, 2012), é perceptível que em grande parte das vezes, a atividade destas corporações envolve o surgimento de novas tecnologias aplicáveis aos mais diversos setores da economia.

âmbito jurídico, as *LawTechs* já oferecem diversas ferramentas que podem ser utilizadas para tornar mais eficiente e menos custosa a atuação do profissional jurídico. A AB2L - Associação Brasileira de LawTechs e Legal Techs, entidade representativa do setor no Brasil, publicou em 6 de dezembro de 2018 a versão 4.1 de seu “Radar”, um documento destinado a mapear as *start-ups* jurídicas no país. No relatório, nota-se mais de 100 empresas listadas, atuantes em doze diferentes setores: Analytics e Jurimetria; Automação e Gestão de Documentos; Compliance; Conteúdo Jurídico, Educação e Consultoria; Extração e monitoramento de dados públicos; Gestão – Escritórios e Departamentos Jurídicos; IA – Setor Público; Redes de Profissionais; Regtech; Resolução de conflitos online; Taxtech; e Faça Você Mesmo (AB2L, 2018).

A esse respeito, Susskind (2013, p. 40) trouxe algumas considerações bastante relevantes a respeito do surgimento de tecnologias disruptivas jurídicas (*disruptive legal technologies*, nas palavras do autor):

Individualmente, sistemas que já existem ou ainda estão surgindo desafiarão e modificarão a forma como certos serviços jurídicos serão entregues. Coletivamente, transformarão todo o panorama jurídico. Quando me refiro à disrupção, estou falando de maneira generalizada sobre uma destruição violenta que afeta o setor de fornecimento do mercado jurídico, ou seja, escritórios de advocacia e outros provedores de serviços legais. Para o contratante de serviços legais, esta disrupção normalmente é uma boa notícia. A disrupção de alguém pode ser a salvação de outrem. (SUSSKIND, 2013, p. 40, tradução nossa⁵⁸).

Susskind ainda identifica pelo menos treze tecnologias disruptivas aplicáveis ao Direito: (i) sistemas de automação de documentos jurídicos; (ii) conectividade – internet, *smartphones*, *tablets*, etc.; (iii) *marketplaces* jurídicos, ou seja, plataformas que intermedeiam a contratação de advogados; (iv) ensino jurídico pela tecnologia – *e-learning*; (v) aconselhamento jurídico à distância; (vi) disponibilização de materiais jurídicos e modelos gratuitamente, de forma *open-source*; (vii) redes sociais colaborativas privadas; (viii) sistemas de gerenciamento de projetos e fluxo de trabalho; (ix) conhecimentos jurídicos-legais já incorporados a objetos e sistemas; (x) sistemas de resolução de disputas *on-line*; (xi) sistemas de busca inteligente de conteúdos

⁵⁸ Texto original: “*Individually, these existing and emerging systems will challenge and change the way in which certain legal services are delivered. Collectively, they will transform the entire legal landscape. When I refer to disruption I am generally speaking of havoc wreaked on the supply side of the legal market, that is, to law firms and other legal service providers. For the buyer of legal services, this disruption is often very good news indeed. One person’s disruption can be another’s salvation.*”

jurídicos; (xii) *big data*; e (xiii) resolução de problemas baseada em inteligência artificial (SUSSKIND, 2013, p. 40).

De maneira semelhante à Susskind, McGinnis e Pearce (2014, p. 3049) consolidam cinco áreas mais relevantes para a utilização da tecnologia de “máquinas” na profissão jurídica: (i) descoberta; (ii) pesquisa jurídica; (iii) geração de documentos; (iv) geração de *briefings* ou memorandos de casos; e (v) previsões do desenrolar de situações jurídicas específicas, baseadas em inteligência artificial, dados e estatísticas. Entretanto, os autores são taxativos ao afirmarem que nem todas as tarefas de profissionais jurídicos serão impactadas por máquinas, como por exemplo, a atuação de advogados altamente especializados ou na capacidade de argumentação em cortes, exclusiva de advogados humanos (McGINNIS; PEARCE, 2014, p. 3065).

A utilização deste ferramental, então, é capaz alterar a forma como profissionais jurídicos atuam⁵⁹. Tais tecnologias são responsáveis, a princípio, por tornar mais eficientes e menos custosas as tarefas repetitivas de advogados. Essa noção faz parte de um processo de comoditização de serviços jurídicos, em que estes podem ser prestados de uma forma mais barata ou até mesmo em que o envolvimento do advogado só é necessário para monitorar ou preparar os documentos (SUSSKIND, 2013, p. 27). Neste sentido, a tecnologia possibilitaria um maior acesso à prestação de serviços legais, principalmente por indivíduos que não possuem condições de pagar altos valores pelo fornecimento de um atendimento mais personalizado e sofisticado.

Entendo que advogados não se beneficiam comercialmente da comoditização de serviços jurídicos neste sentido, mas ressalto que tal comoditização será fundamental para aumentar radicalmente o acesso à justiça pelos que não conseguem atualmente custear serviços jurídicos. (SUSSKIND, 2013, p. 28, tradução nossa⁶⁰)

⁵⁹ Um documento jurídico pode então ser montado utilizando-se de métodos automatizados de geração de textos, em que o advogado “ensina” a tecnologia e o sistema a montar determinado instrumento diante de inúmeras variáveis que comporta. É o que faz, por exemplo, o software da empresa brasileira LoopLex, utilizado pelos alunos de uma disciplina de Automação de Documentos Jurídicos ministrada pela FGV Direito SP para a programação de suas atividades.

⁶⁰ Texto original: “*I acknowledge that lawyers will not benefit commercially from the commoditization of legal services in this sense, but I urge that commoditization will be fundamental in radically increasing access to justice for those who cannot currently afford legal services.*”

Em raciocínio semelhante, o trabalho de McGinnis e Pearce (2014, p. 3042) ainda considera o potencial que a tecnologia possui de transformar a profissão jurídica ao permitir o acesso de classes menos favorecidas aos serviços jurídicos:

Estas novas tecnologias substancialmente agitarão a profissão jurídica, prejudicando as aspirações econômicas de muitos advogados, mas promovendo vantagens a outros tantos. Máquinas poderão ajudar dois tipos de advogado em particular, de fato. Primeiro, *superstars* [sic] da profissão serão mais identificáveis e utilizarão de tecnologia para ampliar seu alcance. Em segundo lugar, advogados que forem capazes de alterar sua prática ou organizações para tirarem proveito de recursos mais econômicos, que se fazem possíveis por máquinas, estarão aptos a atender um mercado em expansão de serviços legais para indivíduos de classe média ou pequenos negócios, preenchendo lacunas de necessidades jurídicas (McGINNIS; PEARCE, 2013, p. 3042, tradução nossa⁶¹).

Como já apontado, a tecnologia não tem sido adotada de forma uniforme por escritórios de advocacia no mercado brasileiro (CEPI, 2018a, p. 11). Há uma desigualdade significativa no uso de sistemas avançados, acentuada principalmente pela diferença entre os níveis de implantação em diferentes portes de escritórios (CEPI, 2018a, p. 11). Essa desigualdade permite uma conclusão de que nem todas as bancas não estão preparadas para uma atuação baseada em tecnologias computacionais de ponta, conforme relatório do CEPI (2018a, p. 11). Assim, apesar de ser admissível elucidar o potencial impacto de tais tecnologias na prática de profissionais, ainda não se pode dizer que ferramentas mais avançadas já se encontram disseminadas no mercado brasileiro.

Ainda assim, certas tecnologias jurídicas já são realidade no Brasil há alguns anos. Podemos citar brevemente a aceitação jurídica de assinaturas eletrônicas, regulada pela Medida Provisória⁶² n. 2.200-2/01, de 24 de agosto de 2001; além disso, a Lei n. 11.419/06 cria no Brasil o processo eletrônico, já utilizado em todas as justiças dos Estados e da União. Não são

⁶¹ Texto original: “*These new technologies will substantially shake up the legal profession, harming the economic prospects of many lawyers, but providing advantages to some others. Machines may actually aid two kinds of lawyers in particular. First, superstars in the profession will be more identifiable and will use technology to extend their reach. Second, lawyers who can change their practice or organization to take advantage of lower cost inputs made available by machines will be able to serve an expanding market of legal services for middle - class individuals and small businesses, meeting previously unfulfilled legal needs.*”

⁶² Referida medida provisória se manterá em vigor até que medida provisória ulterior a revogue, conforme Emenda Constitucional n. 32/01.

inovações voltadas especificamente à profissão jurídica em si, mas mostram um processo de clara flexibilização e aceitação de novas tecnologias no Direito e em sua prática.

A nível global, a literatura ainda explora que a utilização de tecnologias para a prestação de serviços jurídicos pode ser feita inclusive por grandes corporações (leia-se: empresas que não sejam escritórios de advocacia) para que sejam capazes de disseminar informações legais e democratizar o acesso à justiça e a noções de Direito, em paralelo à educação de advogados (e futuros advogados) diante do surgimento de inovações (KNAKE, 2012, p. 6).

Esses novos provedores de serviços são chamados no mercado de *Alternative Legal Service Providers* ou simplesmente ALSPs. De acordo com a Thomson Reuters (2017, p. 1), entendem-se como tais como organizações que (i) não se constituem como escritórios de advocacia; e (ii) entregam serviços tipicamente jurídicos de uma forma diferente que escritórios, seja usando advogados terceirizados, mapeamento de processos ou com o uso de tecnologia. A pesquisa constatou que esses novos fornecedores têm assumido um papel tão relevante no mercado que 51% dos escritórios de advocacia e 60% dos departamentos jurídicos consultados já utilizam ALSPs para pelo menos um tipo de serviço.

Para Susskind (2013, p. 33) a presença desses fornecedores alternativos é uma forma de buscar serviços jurídicos por prestadores capazes de oferecer diferentes e mais específicos produtos, não necessariamente de pior qualidade. Sendo assim, é notório que ALSPs afetam profissionais do Direito, ao passo que utilizam tecnologias para prestarem serviços jurídicos de uma forma diferenciada. Os novos sistemas provocam um aumento na concorrência no ambiente jurídico.

Assim, apesar de não haver uma adoção uniforme de ferramentas tecnológicas avançadas por profissionais do Direito, um olhar para os números do mercado e pelo aporte teórico oferecido na literatura torna inegável o fato de que cada vez mais sistemas de ponta são desenvolvidos e oferecidos para a prática jurídica. As *LawTechs* são realidade no ambiente jurídico e já oferecem soluções capazes de alterar significativamente a prática dos profissionais de Direito da atualidade. Por fim, todo esse ferramental ainda provoca uma grande evolução no que tange o acesso a serviços jurídicos, uma vez que se vislumbra uma queda de custos e oferecimento de assessoria jurídica mais barata e/ou por diferentes tipos de profissionais.

Sem dúvidas, há uma mudança considerável em como o mercado se organiza e, conseqüentemente, como se pratica o Direito hoje. Indiretamente, a tecnologia também

proporciona uma mudança cultural que exige de profissionais o desenvolvimento de novas habilidades e novas orientações em sua atuação. É o tema do próximo item.

2.4 De transformações no Direito aos impactos no profissional jurídico

Nos itens anteriores, desenvolveu-se uma análise a respeito de como a tecnologia, especificamente, atua em função de uma transformação no Direito. Nota-se que, paralelamente às transformações sociais que ensejam um engajamento maior de profissionais com a temática da tecnologia, outro efeito observado é o desenvolvimento acelerado de novas tecnologias enquanto ferramentas que alteram a prática cotidiana dos juristas. Deste modo, é possível concluir que os novos paradigmas tecnológicos do Direito provocam uma mudança significativa na profissão jurídica em si: se a ciência jurídica é impactada, seus praticantes também o são.

Na realidade, não é a primeira vez que reorganizações econômicas relevantes provocam afetam as concepções e o mercado jurídico. Analisando o surgimento de grandes escritórios de advocacia nos Estados Unidos, Pinansky (1986, p. 606) enumera cinco fatores que, ocorridos no final do século XIX, provocaram o crescimento acentuado de sociedades de advogados.

Numa explicação estrutural-tecnológica do surgimento de escritórios de advocacia, cinco grandes desenvolvimentos sociais do final do século XIX assumem grande importância: (1) a lei mudando para atender às metas de desenvolvimento da América do século XIX; (2) o surgimento de corporações e a resposta do governo; (3) a expansão do campo do financiamento; (4) mudança tecnológica e uma ideologia de atendimento da ciência; e (5) a concepção cambiante das organizações. (PINANSKY, 1986, p. 606, tradução nossa⁶³)

Entretanto, um bom exemplo desse momento é o que ocorre justamente com a profissão do advogado, escolhida por muitos graduandos em Direito como a carreira a ser seguida. Nesse sentido, Susskind (2013, p. 109) afirma que duas espécies de advogados “tradicionais” ainda

⁶³ Texto original: “In a structural-technological explanation of the emergence of law firms, five broad social developments of the late nineteenth century assume great importance: (1) the law changing to meet the developmental goals of nineteenth century America; (2) the rise of corporations and the response of government; (3) the expansion of the field of finance; (4) technological change and an attendant ideology of science; and (5) the changing conception of organizations.”

permanecerão: aquele advogado “de confiança”, que presta serviços de forma artesanal a seus clientes; e o advogado que atua de maneira não muito especializada, mas que é capaz de fazê-lo utilizando processos bem definidos e adotando tecnologia em suas atividades.

Em um exercício de previsão do futuro da profissão jurídica com base nas transformações observadas atualmente no Direito, Susskind (2013, p. 110) lista as profissões que, à sua opinião, em breve se desdobrarão da advocacia: (i) engenheiros de conhecimento jurídico, que construirão os sistemas utilizados; (ii) os especialistas em tecnologia, que proverão mais do que uma mera interpretação de conceitos tecnológicos ao mercado, representando de fato verdadeiros conhecedores do tema; (iii) os juristas híbridos, que possuem habilidades diferenciadas de advogados, como consultores estratégicos ou até mesmo psicólogos; (iv) o analista de processos jurídicos, responsável por estruturar os procedimentos otimizados na prestação de serviços; (v) o gerente de projetos jurídicos, que realizará e acompanhará, após o trabalho do analista, a execução dos procedimentos estruturados; (vi) o advogado especializado em resolução de disputas online; (vii) o consultor em administração jurídica, que se especializará em gestão; e (viii) o gestor de risco jurídico, que previne e reporta à administração, pelo lado do cliente, as questões jurídicas que podem ser enfrentadas.

Além disso, o autor ainda julga que a tecnologia acaba por tornar o Direito mais acessível a leigos – e, muitas vezes, permite que tarefas antes possíveis apenas por profissionais jurídicos sejam executadas por não-graduados em Direito. Assim, é possível afirmar que a inovação no setor jurídico faz com que os empregadores dos profissionais do Direito possam, em breve, incluir outros agentes do mercado, como consultorias e empresas de tecnologia (SUUSKIND, 2013, p. 122).

Essa mudança mercadológica também é abordada por Tamanaha (2012, p. 168). Para o autor, o mercado agora é outro – em uma mesma lógica abordada por Susskind, justifica que os serviços jurídicos são mais acessíveis e alguns podem ser executados completamente por sistemas de informação. Um dos principais apontamentos de Tamanaha demonstra uma grande disparidade entre o número de recém-graduados e a demanda por profissionais no mercado de trabalho norte-americano, o que impacta escolas de Direito (TAMANAHAN, 2012, p. 167).

A análise de Susskind e Tamanaha permite concluir que o cenário encontrado pelo recém-formado se modifica cada vez mais: novos empregadores, novas formas de prestação de serviços jurídicos e, conseqüentemente, novas habilidades acabam sendo exigidas para os profissionais “do futuro”.

Para estudar qualitativamente o tema do futuro das profissões jurídicas e a fim de obter informações relevantes sobre tendências e novos paradigmas que possuem efeitos na profissão do Direito, uma pesquisa do CEPI (FGV-SP) realizou entrevistas com agentes relevantes de mercado alcunhados de “desbravadores tecnológicos⁶⁴”. A pesquisa identificou que as transformações no Direito podem afetar a atividade profissional de juristas de três diferentes formas:

[...] (i) no surgimento de novas funções que exigem novas habilidades, gerando cargos completamente novos (e.g. profissionais híbridos, que dominam especialização jurídica e familiaridade com noções de programação), (ii) em novas habilidades exigidas de velhas funções (e.g. a exigência de que advogados passem a dominar vocabulários tecnológicos elementares) e (iii) na nova ênfase em competências e especializações que já eram exigidos em alguma medida e que, a partir dos processos de mudança tecnológica, adquirem maior importância (e.g. a capacidade de trabalhar em grupo e de enfrentar casos complexos a partir de perspectivas interdisciplinares). (CEPI, 2018, p. 33)

Percebe-se que o relatório aponta não apenas o surgimento de novos tipos de profissionais, como também novas exigências a funções já existentes – sejam estas exigências novas habilidades ou até mesmo uma intensificação de importância em habilidades já esperadas dos profissionais. Assim, a pesquisa concluiu que a profissão jurídica “do futuro” passará por mudanças que exigem: (i) novos conhecimentos; (ii) novas competências; e (ii) aprimoramento de velhas habilidades (CEPI, 2018, p. 34).

Esta tríade é facilmente identificada quando o raciocínio anterior deste capítulo é retomado: enquanto a existência de novas situações sociais decorrentes da tecnologia (Direito da tecnologia) demanda novos conhecimentos, a presença de um ferramental tecnológico (tecnologia do Direito) no mercado acaba por tornar necessária uma maior capacidade de interação e utilização destes sistemas.

As transformações identificadas no Direito, então, são responsáveis por ressignificar consideravelmente a prática profissional da atualidade quando comparada à realizada em

⁶⁴ Segundo o relatório qualitativo da pesquisa, por “desbravador tecnológico” entende-se “a organização jurídica que tenha desenvolvido ou adquirido tecnologia computacional e a incorporado em sua estrutura de modo a alterar significativamente uma ou mais atividades jurídicas realizadas por ela, gerando efeitos sobre a forma como as pessoas na organização realizam o seu trabalho e como a entidade fornece os seus serviços ao seu destinatário final.” (CEPI, 2018, p. 33)

épocas anteriores. Face esta nova realidade, as habilidades humanas precisam acompanhar as evoluções tecnológicas (KOO, 2007, p. 3).

De modo semelhante ao apontado pelo relatório do CEPI, Gene Koo conclui que além de um conhecimento jurídico que dê suporte à resolução de problemas originados no surgimento de tecnologias e a familiaridade com ferramentas tecnológicas, há também uma miríade de novas habilidades necessárias aos profissionais jurídicos do futuro. Tais demandas devem-se tanto às próprias mudanças tecnológicas, como também à evolução de modelos e condições de negócio (KOO, 2007, p. 3). O autor divide as habilidades levantadas em sua pesquisa em quatro grandes grupos: (i) geração de conhecimento; (ii) tecno-sociais; (iii) meta-práticas; e (iv) gerenciamento de tecnologia.

A geração de conhecimento descreve o processo pelo qual os profissionais coletam informações úteis a partir de dados e, em seguida, aplicam essas informações como conhecimento acionável. As habilidades tecno-sociais permitem que os profissionais trabalhem com terceiros utilizando tecnologia - por exemplo, e-mail. As habilidades de meta-prática envolvem a tradução de práticas pontuais em sistemas de prática - por exemplo, criando formulários automatizados que podem ser reutilizados em situações semelhantes. Além dessas três habilidades de prática avançadas, advogados responsáveis pelo gerenciamento de práticas [...] também podem necessitar de habilidades básicas de gerenciamento de tecnologia, da mesma forma que precisam outras habilidades gerenciais. (KOO, 2007, p. 3, tradução nossa⁶⁵)

Neste sentido, o jurista do futuro é um profissional multidisciplinar que não apenas compreende tecnologia jurídica, mas que domina uma gama complexa de habilidades que contribuem com o processo de inovação em serviços jurídicos, mantendo o indivíduo um profissional essencial em tempos de automação (DENVIR, 2017).

Essa ampla gama de conhecimentos – e relações cada vez mais próximas com outras disciplinas – é pormenorizada por Michael Legg, professor australiano que afirma a existência duas correntes de conhecimento relacionadas a essas novas habilidades: primeiramente, a habilidade de empregar e compreender tecnologia; em segundo lugar, uma coleção de

⁶⁵ Texto original: “*Knowledge generation describes the process whereby professionals pan useful information from the silt of data, and then apply that information as actionable knowledge. Techno-social skills enable professionals to work with colleagues through the medium of technology – for example, email. Meta-practice skills involve the translation of one-off practice into systems of practice – for example, by creating automated forms that can be reused in similar situations. In addition to these three advanced practice skills, attorneys responsible for managing practices [...] may also need basic technology management skills in the same way as they might require other management skills.*”

habilidades que resultam em um profissional pronto para praticar o Direito (LEGG, 2018, p. 2), sejam estes advogados, defensores públicos, gerentes jurídicos ou qualquer outro operador do Direito (LEGG, 2018, p. 2).

Nesse sentido, para Legg (2018, p. 5) o “novo” profissional compreenderá: (i) habilidades tradicionais de prática, como comunicação oral e pesquisa; (ii) inteligência emocional, trabalho em grupo e colaboração; (iii) habilidades de negócio, contabilidade e finanças; (iv) *Legal Project Management*, sintetizado no processo que envolve definição de escopo, cronogramas, tabela de custos, bem como levantamento de recursos, gerenciamento e monitoramento de entrega; (v) práticas internacionais e transnacionais, alinhadas com o ambiente de globalização; e (vi) experiências interdisciplinares e resiliência.

Significativamente, as habilidades enumeradas por Legg não dizem respeito apenas ao uso ou diálogo com a tecnologia em si. Constata-se, ainda uma vez, que os novos paradigmas tecnológicos observados no mercado e na sociedade atuais produzem também efeitos culturais, relacionados à colaboração, trabalho em grupo e ainda inteligência emocional:

[o] significado da inteligência emocional, trabalho em equipe e colaboração deriva diretamente das mudanças produzidas pela tecnologia. São as características humanas do advogado que os diferenciam de uma solução tecnológica. Entender e responder às preocupações e metas de um cliente é o valor agregado. O desmembramento de serviços jurídicos exige que os advogados colaborem não apenas com outros advogados, mas também com tecnólogos, gerentes de projeto e outros profissionais. A globalização significa que "os advogados também colaborarão em diferentes geografias, culturas e em diferentes ambientes políticos e regulatórios". (LEGG, 2018, p. 6).

O tema é tratado de uma forma mais profunda e didática por Michele DeStefano, professora de Harvard e da Universidade de Miami. DeStefano considera que as habilidades exigidas advogados possuem relação direta com a satisfação de clientes (DeSTEFANO, 2018, p. 49) e podem ser organizadas em um esquema piramidal de acordo com níveis que vão habilidades necessária às desejáveis (DeSTEFANO, 2018, p. 49). Além disso, são dispostas em quatro níveis de dificuldade de desenvolvimento: base e níveis um, dois e três (DeSTEFANO, 2018, p. 49). A base compreende o conhecimento jurídico, considerado por DeStefano como “básico” para qualquer jurista.

Percorrendo as habilidades analisadas e levantadas em pesquisa realizada com agentes de mercado, DeStefano (2018, p. 57) consolida o que chama de “*Lawyers Skills Delta*”, esquema gráfico que simplifica a compreensão de tais demandas:



Fonte: DeStefano (2018, p. 56)

Percebe-se um distanciamento do conhecimento estritamente jurídico à medida que a pirâmide cresce. DeStefano posiciona noções de Direito como a base da pirâmide, obrigatórias; em seguida, trata de habilidades (C.O.S.T.) concretas, organizacionais, de serviços e tecnologia; passando para as habilidades *desejadas*, inclui colaboração, bem como identificação e resolução de problemas de forma criativa; o topo da pirâmide compreende habilidades relacionadas à inovação, as que realmente diferenciam um profissional de outro e são tão raras às profissões jurídicas. DeStefano (2018, p. 70), então, sintetiza:

Considere o *Lawyer Skills Delta* [...], esquematizado para mostrar as habilidades necessárias para a prática jurídica do Século 21, em uma escala de “deve possuir” (para satisfazer clientes) às “ótimas de possuir” (para ter clientes extasiados). Para juristas, essas habilidades parecem ser posicionadas em níveis de dificuldade. Em outras palavras, as habilidades na base da pirâmide são mais fáceis de serem obtidas do que as do topo. (DeSTEFANO, 2018, p. 70, tradução nossa)⁶⁶

⁶⁶ Texto original: “Consider the *Lawyer Skills Delta* [...] that is designed to show the skills that are necessary for 21st-century lawyering on a scale from “must have” (to have satisfied clients) to “great to have” (to have ecstatic

É preciso, deste modo, identificar as lacunas existentes em habilidades de juristas e compreender como preenche-las. É bastante provável que este processo levará a profissionais cada vez menos determinados de forma pragmática, mas sintetizados e reconhecidos por valores agregados e habilidades subjetivas (*soft skills*). Scott Hartley, a fim de determinar se o perfil do profissional do futuro é mais alinhado a aspectos técnicos ou humanos, trabalha com os conceitos de *fuzzy* e *techie*.

Para Hartley (2017, p. 9), os termos, que respectivamente contrapõem os perfis de ciências humanas (*fuzzy*) e de ciências exatas (*techie*), tendem a ter sua importância ressignificada. O autor relata que em um mundo tecnológico, a tendência é acreditar mais no potencial “*techies*”; contudo, com o advento de novos sistemas, emergem debates éticos, democráticos e que envolvem humanização de novos algoritmos, por exemplo. Tais discussões reforçam a necessidade de formações em ciências humanas, sendo que “*fuzzies*” serão, na opinião de Hartley (2017, p. 9), tão ou mais importantes para essa nova economia do que as demais.

Consolidando o aporte teórico a respeito do perfil e novas habilidades para operadores do Direito, conclui-se que o desenvolvimento rápido e exponencial de novas tecnologias fez com que o profissional da atualidade (e provavelmente, do futuro) não necessariamente seja medido apenas por suas qualidades técnicas como conhecimentos em Direito, mas também por capacidades, habilidades e ainda características humanas e comportamentais. Concluir-se-á o presente Capítulo no próximo item, dedicado a conectar a ressignificação do profissional com as adequações necessárias ao ensino jurídico.

2.5 O alcance das transformações no Direito e suas consequências

Este Capítulo abordou especificamente as transformações tecnológicas que afetaram o Direito e, consequentemente, a profissão jurídica. Em síntese, as mudanças foram agrupadas em duas vertentes, chamadas de “Direito na tecnologia” e “Tecnologia do Direito”. Enquanto

clients). For lawyers, these skills appear to map alongside level of difficulty. In other words, the skills at the bottom of the pyramid are easier to master than those at the top.”

a primeira diz respeito aos reflexos jurídicos da sociedade pós-moderna permeada de intervenções tecnológicas, o segundo refere-se à tecnologia percebida enquanto ferramenta de prática do jurista da atualidade.

No entanto, ambas possuem reflexos na profissão jurídica. Se constatadas novas situações sociais enquanto consequências do desenvolvimento tecnológico, é nítido que operadores do Direito deverão manter um nível de conhecimento suficiente para lidar com os novos paradigmas que emergem na sociedade atual; em paralelo, é impossível ignorar evidências de que a evolução tecnológica também permitiu o desenvolvimento de soluções úteis para a prática profissional. Por fim, uma vez que tecnologias da informação e comunicação aceleram o dinamismo social, aproximam indivíduos e instituições e possuem um amplo espectro de acesso à conteúdos, profissionais são mais demandados em conhecimentos interdisciplinares, capacidades de cooperação, espírito empreendedor e valores agregados.

Vive-se um “novo” Direito; não no sentido de ineditismo completo, mas um Direito que, consoante às transformações causadas pela tecnologia, reivindica de juristas uma percepção mais ampla das necessidades não apenas de clientes, mas de outros seres humanos. Espera-se mais de um profissional de Direito da atualidade do que se esperava antes.

Apontou-se, em síntese, que atualmente o operador do Direito deve ser: (i) atento às mudanças sociais, políticas e econômicas decorrentes do surgimento de novas tecnologias; (ii) capaz de dominar, compreender e utilizar ferramentas tecnológicas em suas atividades cotidianas; e (iii) apto a desenvolver habilidades alternativas e não necessariamente jurídicas, relacionadas à fatores emocionais, conhecimentos multidisciplinares e alinhado ao desenvolvimento de novos negócios.

Contudo, apesar de as pesquisas realizadas apontarem neste sentido, o mercado vem se transformando tão rapidamente que o analisar de forma sucinta se torna uma tarefa quase impraticável. As transformações possuem alcance para além do que se pode enxergar no campo da ciência. Algumas mudanças, entretanto, já se podem perceber.

Os profissionais da atualidade competirão com sistemas inteligentes (LEGG, 2018, p. 13). Já se vislumbra a possibilidade de substituição de mão-de-obra em cargos jurídicos de hierarquia mais baixa (CEPI, 2018, p. 21), enquanto empregadores que há pouco eram exclusivamente jurídicos agora buscam profissionais de outras indústrias (CEPI, 2018, p. 24). É possível antever uma total ressignificação da profissão jurídica, que se desdobra cada vez mais no sentido de profissionais híbridos, munidos de conhecimentos diferentes e preparados

para reagir de forma mais confortável diante de contextos antes desafiadores (SUSSKIND, 2013, p. 111). Por fim, ainda há uma grande tendência e demanda de mercado para que juristas cada vez mais incorporem ferramentas tecnológicas em sua prática (JENKINS, 2008, p. 607).

Seja qual for a perspectiva, há um fato comum: é impossível prever com exatidão a profundidade da mudança e seus efeitos no futuro. Tanto na esfera teórica quanto no campo prático, o “amanhã tecnológico” do Direito ainda permanece como um grande desconhecido. O que se pode fazer, neste ponto, é analisar com cuidado as vertentes transformacionais as ciências jurídicas, em seguida, preparar o mercado não apenas para um, mas para uma série de possíveis futuros.

Com novos paradigmas tecnológicos tão desconhecidos e inexplorados, é evidente que o meio acadêmico terá um importante papel de alinhamento, contextualização e preparo antecipado de um novo perfil de profissional. Um Direito repleto de novos paradigmas exige ser ensinado de forma diferente do que foi feito até o momento. O próximo Capítulo é a terceira e última parte deste trabalho e será dedicado exclusivamente a uma análise a respeito dos reflexos educacionais das mudanças estudadas até então.

3 AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO DIREITO E O ENSINO JURÍDICO

3.1 O problema do ensino do Direito no contexto tecnológico

A temática dos desafios institucionais do ensino do Direito enquanto parte integrante das mudanças sociais e políticas observadas para além dos muros das universidades não é inédita na literatura, tendo sido abordada por diversos prismas e horizontes. Brian Tamanaha (2012, p. X) considera que faculdades de Direito norte-americanas se encontram “em crise” diante de um modelo econômico “falido” praticado há décadas. Ghirardi (2016, p. 14) também assume a existência de uma crise, mas decorrente de um contexto extrínseco de transformações sociais que elevaram as subjetividades dos agentes educacionais (alunos, professores e gestores) no sentido de perfis cada vez mais individualistas e descompromissados. Barton (2015, p. 152) chama o momento atual das escolas de Direito de “águas desconhecidas” e prevê uma necessária readequação econômica para que voltem a prosperar. Camargo (2018, p. 20) enumera cinco complexos desafios para o ensino do Direito na atualidade, que vão de linguagens, passando por gestão do tempo, imprevisibilidade regulatória e até mesmo comprovações de relevâncias de certas disciplinas.

Parece uníssono que o ensino do Direito já não é o mesmo e carece de novas ideias, formatos e estratégias. É perceptível que fatores externos, como condições econômicas, perfis individuais, cultura, dentre outros, atuam como parte de diversidade de coeficientes que pressionam instituições de ensino, seus gestores e professores a revisitarem seus modelos e estruturas de educação jurídica. Assumindo que a tecnologia também é uma força motriz de mudanças sociais e políticas da transição da modernidade à pós-modernidade, então, é impossível dissociá-la do rol de pressões que demandam adequações no processo do ensino do Direito.

Algumas pesquisas internacionais evidenciam que a temática da tecnologia para a educação jurídica é uma preocupação percebida em nível global. É o caso dos relatórios *Legal Education and Training Review* (LETR), de autoridades da Inglaterra e Gales, e do *Task Force on the Future of Legal Education*, da ABA (*American Bar Association*, dos EUA), por exemplo.

Em ambos documentos, a interação entre Direito e inovação é vista como fundamental e recomendam a aproximação da academia a estes temas.

Para o LETR, tal processo diz respeito a algo que elucide o poder que a tecnologia possui de impactar o Direito e a realidade:

É o caso de incluir uma maior compreensão do potencial transformativo da tecnologia da informação neste tema [percepção social e comercial]. Não é suficiente garantir que estagiários ou futuros estagiários entendam como a tecnologia é usada para facilitar suas tarefas sem ajuda-los a perceberem como esse pode se transformar radicalmente, e está mudando, seus modelos de negócio e como clientes podem acessar e utilizar informações jurídicas (LETR, 2013, p. 134, tradução nossa⁶⁷).

Já a ABA, por sua vez, ressalta que as instituições ainda não haviam, à época da publicação do relatório, incluído em seus currículos uma educação atenta às novas tecnologias:

Por exemplo, ainda que mudanças importantes no oferecimento de serviços legais tenham feito o uso e gerenciamento de tecnologias relacionadas com o direito, somente um pequeno número de instituições de ensino atualmente incluem o desenvolvimento dessa competência como parte do currículo (ABA, 2014, p. 14, tradução nossa⁶⁸).

Não por acaso, a ABA reforçou sua preocupação e prescreveu, em 2016, que escolas de Direito norte-americanas incorporassem noções de empreendedorismo, inovação, negócios e economia em seus currículos (ABA, 2016, p. 49). No cenário brasileiro, temos dois relatórios do CEPI (FGV Direito SP) que analisam quantitativamente e qualitativamente as nuances da adequação do ensino do Direito à nova realidade. De acordo com as pesquisas, as exigências feitas ao profissional do Direito na atualidade impactam a formação jurídica (CEPI, 2018a, p. 7) e devem ser observadas de maneira ampla, sendo que o ensino do Direito necessariamente deve reconhecer a tecnologia como parte das atividades jurídicas (CEPI, 2018, p. 7).

⁶⁷ Texto original: “*There is also a case for including a greater understanding of the transformative potential of information technology under this heading. It is not sufficient to ensure that trainees or prospective trainees understand how technology is used to facilitate current work tasks without also helping them to understand how it can radically change, and is changing, their business models and the way clients may access and use legal information.*”

⁶⁸ Texto original: “*For example, although changes in the delivery of legal services have made competence in the use and management of law-related technology important, only a modest number of law schools currently include developing this competence as part of the curriculum.*”

No Brasil, a temática da inovação tecnológica no ensino do Direito já foi percebido pelo Ministério da Educação, responsável por regular a estruturação destes cursos no país. Em dezembro de 2018, foi aprovado o Parecer CNE/CES nº 635/2018, que introduz as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o ensino do Direito no Brasil. A partir da publicação das novas DCN, cursos de graduação deverão obrigatoriamente conter elementos capazes de preparar discentes para o domínio de novas tecnologias relacionadas à aplicação do Direito (BRASIL, 2018, p. 13), e esse apontamento decorre de uma percepção bastante ampla das mudanças observadas no mercado.

Para justificar a importância atribuída à tecnologia nas novas DCN, o Parecer reconhece que o surgimento de ferramentas avançadas reduz a demanda por recursos humanos e alteram significativamente a elaboração e entrega de serviços jurídicos (BRASIL, 2018, p. 14). Ainda aponta que esse cenário demanda de profissionais novas competências e conhecimentos específicos (BRASIL, 2018, p. 14). Com o objetivo de permitir a compreensão do impacto de novas tecnologias na profissão jurídica e desenvolver competências relacionadas aos domínios desses novos sistemas, as DCN atualizadas indicam que disciplinas relacionadas às novas tecnologias da informação devem fazer parte dos eixos de formação geral oferecidos pelas instituições, ao lado de matérias propedêuticas como Antropologia, Economia, Filosofia, Sociologia, dentre outras (BRASIL, 2018, p. 19).

Deste modo, nota-se que tanto os relatórios internacionais quanto as novas regras aprovadas para os cursos de Direito no Brasil reconhecem a importância da tecnologia para o mercado jurídico na atualidade. Em paralelo, também identificam a existência de um novo perfil exigido ao operador do Direito, cada vez mais demandado em conhecimentos e habilidades até então inéditas para o exercício profissional. De um modo geral, temos que literatura teórica, por sua vez, estuda as origens dessas mudanças mercadológicas e como estas apresentam reflexos na formação do profissional atual.

Neste sentido, Paul Maharg (2015, p. 25) é taxativo ao considerar impensável a educação jurídica da atualidade fora de um contexto que envolve conhecimentos e habilidades tecnológicas. Para Maharg, a profundidade e amplitude das transformações observadas na tecnologia devem ser objeto obrigatório na esfera do ensino do Direito:

A tecnologia digital não é mais uma opção para a educação jurídica, pois se mostra incorporada em repertórios existentes de atividades socioculturais em telecomunicações, casas, carros, viagens, finanças, direito, assistência médica e muito

mais – se usada em tais ambientes de aprendizagem informais, por que não usá-la na educação formal? Como vimos, o que importa é como formamos nosso relacionamento com ela, com aqueles que a usam, com quem a possui e com quem a regula. (MAHARG, 2015, p. 25, tradução nossa⁶⁹)

É necessário lembrar que no contexto da pós-modernidade a tecnologia, antes de influenciar o próprio Direito, também reorganizou as relações observadas entre Estados, pessoas e inclusive entes não-personificados. Ainda: se a globalização possui consequências para o Direito, ela também é capaz de promover mudanças significativas na educação jurídica (CHESTERMAN, 2008).

Se o fenômeno da globalização impacta a gênese e desenvolvimento do Direito (como demonstrado no Capítulo 1 deste trabalho), sendo inclusive este o fator de legitimação de poderes e *establishment* advindos de países desenvolvidos (DEZALAY; GARTH, 2000, p. 164), ela necessariamente impacta a educação jurídica. Nesse sentido, Chesterman (2008, p. 64) defende que a educação jurídica passou por três grandes fases até o momento: internacionalização, transnacionalização e globalização. Nesta lógica, a integração mais profunda entre países e pessoas provocou uma revisão organizacional de cursos de Direito, que buscaram uma adequação a uma relação mais homogênea entre indivíduos e entidades. Maranga (2010), ao citar o trabalho de Chesterman, afirma que o progresso descrito pelo último autor também implica em um método de ensino tecnológico eficiente.

A relação entre globalização e ensino do Direito também pode ser abordada sob o prisma dos transplantes legais em uma educação jurídica globalizada, vez que o conhecimento técnico foi uma ferramenta primordial para legitimação de poderios transnacionais exercidos por Estados estrangeiros (DEZALAY, GARTH, 2000, p. 164). Para Schafer (2001, p. 312), a probabilidade de um ensino do Direito “sem fronteiras”, ou seja, acessível a qualquer indivíduo no planeta, desconsidera o fato de que determinados conceitos não necessariamente encontram-se alinhados com o Direito praticado na jurisdição do aluno. Desse modo, há uma grande possibilidade de haver consequências imprevisíveis decorrentes do transplante de conceitos estrangeiros para os locais em que alunos acessarem conteúdos remotos. A globalização do

⁶⁹ Texto original: “Digital technology is no longer an option for us in legal education, for it is incorporated into our already existing repertoires of sociocultural activities in telecommunications, houses, cars, travel, finance, law, medical care, and much else – in use in such informal learning environments, why would we not use it to learn in formal education? As we have seen, what matters is how we form our relationship with it, with those who use it, with those who own it, and with those who regulate it.”

ensino jurídico, nesse caso, pode ter efeitos indesejados, uma vez que o Direito ensinado guarda, habitualmente, uma relação direta com o ordenamento jurídico específico do local de origem do conteúdo.

De todo modo, uma vez constatada uma realidade pós-moderna transformada pela inovação tecnológica e capaz de afetar em diferentes níveis a atuação de juristas, é clara a necessidade de aprofundarmos estudos que envolvam a interação entre tais temas e o ensino do Direito. O objetivo principal de iniciativas que proponham tal atividade deve ser a capacitação de profissionais aptos a dialogar nesta seara e pesquisadores que, por meio do desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, produzam soluções jurídicas aplicáveis aos problemas surgidos em tal realidade, de uma forma célere e profunda.

Além disso, nota-se uma necessidade pujante da participação de instituições de ensino em uma sociedade permeada pela tecnologia. Neste sentido, Castells (2017, p. 119) aponta que a evolução tecnológica demanda uma atuação conjunta de muitos agentes sociais: centros de pesquisa, empresas de tecnologia avançada, rede de fornecedores, investidores de capital de risco e instituições de ensino superior.

Paralelamente, percebe-se que instituições de ensino formam indivíduos que atuarão em uma indústria (mercado) que está em profunda transformação, como analisado anteriormente. Pistone e Horn (2016, p. 2) remontam às teorias da “inovação disruptiva” para esclarecerem as mudanças no mercado jurídico. A observância de uma inovação exponencial em tecnologias aplicadas e modelos de negócio afeta o acesso a serviços jurídicos e demanda flexibilidade do profissional do Direito (PISTONE; HORN, 2016, p. 3). Pela lógica, se é possível considerar o mercado jurídico impactado pela inovação disruptiva, o ensino do Direito deve acompanhá-lo (PISTONE; HORN, 2016, p. 3):

A indústria do direito encontra-se em um estágio inicial de disrupção – e há uma oportunidade correspondente para que a disrupção emergja na educação jurídica. Gradualmente, escolas de direito serão bem sucedidas de acordo com a indústria para a qual estas treinam graduandos. O crescente desalinhamento entre a comoditização de serviços jurídicos e o ensino do direito tradicional durará pouco tempo. (PISTONE; HORN, 2016, p. 3, tradução nossa⁷⁰)

⁷⁰ Texto original: “*The legal industry is now in the early stage of disruption—and there is a corresponding opportunity for disruption to emerge in legal education. Over time, law schools will only be as successful as the industry for which they train graduates. The growing misalignment between the commoditization of legal services and traditional legal education will last only so long.*”

Ainda conforme Pistone e Horn (2016, p. 20), há pelo menos cinco condições que abrem espaço para a disrupção no ensino do Direito: (i) “não-consumo” de serviços jurídicos; (ii) disrupção nos serviços jurídicos; (iii) disrupção na educação superior; (iv) “não-consumo” de educação jurídica (falta de atratividade); e (v) mudanças na necessidade de licença para atuar no mercado. Conjugando a relevância de instituições de ensino para a sociedade tecnológica e o rol de impactos tecnológicos que ensejam mudança, o contexto atual é de uma grande oportunidade de atualização.

No entanto, pouco se sabe sobre a substância desses ajustes identificados como necessários. A grande pergunta é: se faz parte das funções da educação jurídica manter-se atualizada diante de transformações sociais relevantes, o que deve ser considerado na execução e planejamento deste processo de mudança no ensino do Direito?

Para justificar a existência de uma temática relacionada ao “futuro” na educação jurídica, Susskind (2013, p. 132) indaga: *“para o quê estamos treinando novos juristas⁷¹”*? A pergunta do professor pode ser interpretada de duas maneiras: primeiro, em qual tipo de juristas a educação atualmente praticada forma; segundo, no que se espera que os juristas se tornem. É um questionamento que envolve, acima de tudo, os objetivos pretendidos pelo “treinamento” dado aos juristas.

Susskind ainda ressalta o fato de que a tecnologia desdobra a profissão jurídica de diversas formas. Isso significa que, com novas ferramentas que permitem um aproveitamento diferenciado do Direito, a) os profissionais poderão ser contratados por novos tipos de empregadores, como consultorias (SUSSKIND, 2013, p. 122); e b) a profissão do advogado será desmembrada em outras tantas, como os especialistas em resolução de disputas online, por exemplo (SUSSKIND, 2013, p. 109). Tais fenômenos devem incentivar instituições a não formarem apenas os profissionais tradicionais, pois a tecnologia fará com que o Direito possa ser praticado por indivíduos de outras especialidades e provavelmente sem formação jurídica, tais como programadores e analistas de sistemas. Assim, o cenário encontrado pelo jurista em formação pode ser muito diferente em alguns anos.

⁷¹ Texto original: *“What are we training lawyers to become?”*

Como demonstrado, nesse sentido, a atual realidade do Direito compreende: (i) novas situações sociais relacionadas à tecnologia; (ii) uma nova organização de mercado e demandas institucionais; (iii) um novo perfil de profissional jurídico, com novas habilidades e novos conhecimentos.

Em suma, a palavra-chave para o ensino do Direito no século XXI torna-se *adequação*. Escolas de Direito, bem como seus gestores e professores, devem se adequar à realidade tecnológica na qual o bacharel exercerá sua profissão, não apenas considerando os conhecimentos que serão necessários nesse contexto, mas também habilidades, competências e exigências comportamentais relacionadas a um mercado dinâmico e em crise. É o que será tratado no próximo item.

3.2 Formando o profissional jurídico do século XXI: características necessárias

Em relatório publicado pela UNESCO, Delors et al. (1998, p. 89) identificam a existência de quatro pilares para a educação formal: *aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a viver juntos* e *aprender a ser*. Apesar de os autores considerarem a necessidade atribuição equitativa de importância aos quatro pilares, notam que o ensino até então fora concentrado essencialmente em *aprender a conhecer* e *aprender a fazer*, com maior atenção para o primeiro (DELORS et al., 1998, p. 89).

Os pilares identificados por Delors et al. (1998, p. 90) compreendem uma formação completa de indivíduos, que ao longo de suas vidas (DELORS et al., 1998, p. 96) adquirem conhecimentos, desenvolvem habilidades práticas, aprendem a conviver em sociedade e, por fim, a formular uma personalidade própria. Porém, como esses elementos básicos se relacionam com as características do profissional jurídico do século XXI e, mais especificamente, de seu posicionamento em uma sociedade afetado pela tecnologia?

Seja pelo lado da adoção de ferramentas tecnológicas para a prática jurídica, seja pelo fato de que a sociedade cada vez mais demonstra novas relações sociais decorrentes da introdução de novos sistemas em seu cotidiano, é evidente que tanto a forma, quanto o campo de atuação de profissionais do Direito acabam se modificando. No Capítulo 2, apontou-se que a inovação tecnológica no ambiente jurídico se manifesta em duas vertentes, chamadas de “tecnologia do Direito” e “Direito da tecnologia”.

Esses dois reflexos tecnológicos na seara do Direito, argumentou-se, provocam um questionamento sobre o que é ser jurista na atualidade. Respondendo a esta pergunta, no próprio Capítulo 2 foi introduzida a ideia de que o profissional do Direito será gradualmente ressignificado por meio de demandas relacionadas a novos conhecimentos, novas habilidades e novas competências. Surge, em consequência, um novo perfil aplicável à profissão jurídica como um todo.

Logo, se o *ser jurista* é outro, não pode ser relevado o papel do ensino jurídico enquanto formador de novos profissionais. O questionamento dos agentes educacionais da atualidade deve perpassar por este novo perfil de profissional, para que haja possibilidade de uma resposta institucional embasada para tal demanda. Quais características desse novo perfil, então, devem ser pontos de atenção para gestores de instituições e professores de Direito?

O relatório do CEPI sobre futuro da profissão jurídica (já citado algumas vezes neste trabalho) identifica preliminarmente dois reflexos educacionais deste novo perfil que se consolida como exigência mínima para o profissional da atualidade:

Pelo contrário, alcança até os estudantes que demandam uma formação mais adequada aos tempos atuais, na qual o ensino do direito reconheça que novas tecnologias são parte integrante das atividades jurídicas, e ofereça reflexão sobre o seu papel nas transformações recentes das profissões. Para além da tecnologia como objeto exigir a criação de novos conhecimentos no campo jurídico (e.g. Direito Digital), a tecnologia também demanda o desenvolvimento de novas habilidades e competências para os profissionais que desejam promover mudanças. (CEPI, 2018a, p. 7)

Nota-se, então, que não se trata apenas de ensinar conteúdo jurídico (relacionado às interações tecnológicas) aos estudantes de Direito em processo de formação; uma vez que a tecnologia também insere novas habilidades no rol de requisitos mínimos para o atual jurista, o ensino do Direito também deve encontrar uma forma de prover um ensino interdisciplinar e condizente ao que se espera de um profissional de Direito no dia de hoje. O relatório aponta, nesse sentido, que observamos (i) *novos conhecimentos*; (i) *novas competências*; e (iii) *novas habilidades* (CEPI, 2018a, p. 34).

No entanto, o relatório também conclui que não há necessidade de um aprofundamento no aprendizado e exercício dessas habilidades não estritamente jurídicas (CEPI, 2018, p. 37). Isso significa, em outras palavras, que não é necessário formar profissionais do Direito no sentido de executarem completamente tarefas não-jurídicas, mas sim aptos a dialogar com

quem, de fato, as executa. Um exemplo tratado no relatório é o que envolve habilidades de programação: disciplinas destinadas ao desenvolvimento desta habilidade devem ensinar as técnicas não para que os alunos se tornem programadores, mas sim para que possam ter conhecimentos mínimos sobre o que faz um programador; nesse caso, então, mais do que *programação* em si seria ideal ensinar *lógica* ou *linguagem* de programação.

É preciso ainda fazer uma ressalva: para fins de ensino, enquanto *novos conhecimentos* dizem respeito especificamente às noções de Direito, *novas habilidades* e *novas competências* são interdisciplinares e correspondem às tarefas antes não atribuídas a profissionais jurídicos. Deste modo, do relatório em questão já é possível extrair duas respostas educacionais plausíveis nesta nova realidade. A primeira é relacionada ao conteúdo jurídico transmitido aos alunos, cobrindo o *gap* de *novos conhecimentos* relacionados à tecnologia; a segunda, por sua vez, reside no preparo de profissionais que sejam aptos a executarem tarefas anteriormente alheias a sua realidade.

Porém, os reflexos não se encerram no binômio descrito no último parágrafo. Ainda é possível considerar que a tecnologia afetou o dinamismo social e tornou o acesso à informação mais democrático e cada vez menos dependente de advogados. Esse processo faz com que profissionais assumam cada vez mais posturas culturalmente alinhadas à nova sociedade, incorporando em sua prática noções como colaboração e inovação, por exemplo. É evidente que o desenvolvimento de subjetividades socioemocionais também faça parte de um rol de objetivos do profissional da atualidade e, conseqüentemente, do processo de aprendizagem.

Essa visão é reforçada por um fenômeno que age paralelamente à tecnologia: a *desmaterialização* do trabalho, no qual observam-se serviços (que não produzem bens materiais) assumindo um papel cada vez mais importante em economias (DELORS et al., 1998, p. 90). Esta noção é especialmente relevante para o mercado jurídico, uma vez que a atuação do profissional do Direito é fortemente dependente de uma relação interpessoal entre prestador e usuário. A constatação deste fenômeno justifica uma necessidade de um aprendizado não apenas de conhecimentos técnicos, como também de aspectos comportamentais e emocionais:

O desenvolvimento dos serviços exige, pois, cultivar qualidades humanas que as formações tradicionais não transmitem, necessariamente e que correspondem à capacidade de estabelecer relações estáveis e eficazes entre as pessoas.

Finalmente, é provável que nas organizações ultratecnistas do futuro os déficits relacionais possam criar graves disfunções exigindo qualificações de novo tipo, com base mais comportamental do que intelectual. (DELORS et al., 1998, p. 90)

É o que aponta o *Lawyer Skills Delta* de Michelle DeStefano (2018, p. 57), o qual posiciona, inclusive acima do próprio conhecimento jurídico, as capacidades emocionais (e.g.: empatia, *mindset* empreendedor, humildade, diversidade, confiança) e as iniciativas de inovação relacionadas a clientes e a serviços. De maneira semelhante, aponta Legg (2018, p. 6) que a exigência de inteligência emocional, trabalho em equipe e colaboração é decorrente da mudança tecnológica e justamente o que diferencia o ser humano de uma mera solução técnica (LEGG, 2018, p. 6). Neste sentido, aspectos comportamentais, notoriamente a inteligência emocional, foram identificados por Douglas (2015, p. 68) como essenciais ao ensino do Direito.

Para incluir a formação comportamental como parte dos objetivos do ensino do Direito, então, de uma maneira muito mais relacionada às subjetividades individuais, instituições precisarão atentar para inserir no processo educacional características humanas essenciais para a sobrevivência no competitivo mercado de trabalho da atualidade.

Essa é uma tarefa mais difícil, pois este tipo de capacidade é muito mais difícil de se ensinado (DeSTEFANO, 2018, p. 49) do que conhecimento, competências ou habilidades; tratam-se de posturas, de comportamentos, formas de relacionamento esperados de um profissional jurídico do século XXI (DeSTEFANO, 2018, p. 80).

Assim, a combinação dos dados indicados no relatório do CEPI com o aporte teórico de Douglas, DeStefano e Legg permite a consolida o que este trabalho doravante chamará⁷² de *Tripé de Características-Alvo*. Justifica-se a proposta de nomenclatura: primeiro, chama-se *tripé* pois são três itens observados no profissional atual; segundo, *características* pois são componentes de um novo perfil; terceiro, o termo *alvo* é incluído pois devem ser os objetivos mirados pelos agentes educacionais a fim de adequar o ensino do Direito. Para tornar a compreensão mais didática, o conceito pode ser apresentado graficamente:

⁷² A nomenclatura em questão é completamente inédita e uma proposta introduzida neste trabalho, a fim de sintetizar a soma de duas ideias centrais: (i) o que se observa no profissional jurídico da atualidade; e, concomitantemente, (ii) deve ser um objetivo educacional.

EM VIRTUDE DOS NOVOS PARADIGMAS TECNOLÓGICOS, O ENSINO DO DIREITO DEVE COMPREENDER...			
	<i>...novos conhecimentos</i>	<i>...novas habilidades</i>	<i>...novas subjetividades</i>
DESCRIÇÃO	Conhecimentos de Direito que envolvam situações e funcionamento de novas tecnologias, sejam representadas por introduções conceituais ou mesmo a atualização de antigas noções	Habilidades práticas relacionadas ou derivadas do desenvolvimento tecnológico	Características comportamentais e relacionais, postura profissional, iniciativas, <i>mindset</i>
EXEMPLOS	Novos conhecimentos: Leis de proteção de dados; Direito e Internet; Resignificação de noções antigas: Responsabilidade Civil e IA; Personalidade Jurídica robótica; Direito imobiliário e registros em Blockchain	Linguagem de programação; treinamentos de sistemas cognitivos; ciências de dados; <i>legal project management</i> ; marketing	Colaboração; inteligência emocional; tolerância a erros; empatia; empreendedorismo; liderança; interdisciplinaridade; humildade

Logo, a fim de acompanhar as transformações sociais e mercadológicas e promover respostas adequadas aos os novos paradigmas tecnológicos, agentes de ensino do Direito podem propor e executar ajustes institucionais que ensinem alunos a resolver problemas jurídicos relacionados à tecnologia, executar tarefas interdisciplinares à ela relacionadas e, por fim, desenvolver competências socioemocionais adequadas ao mercado jurídico transformado pela tecnologia. Nota-se que a tarefa não é trivial, pois é necessário um esforço conjunto não apenas

de professores, como também de gestores e posições institucionais de universidades dispostas a promover mudanças profundas em suas bases.

Identificada a necessidade de adequação e seus objetivos-chave, ainda resta o que talvez seja o questionamento mais importante relacionado à matéria: como promover as mudanças necessárias para tal adequação? O próximo item apresentará possíveis estratégias que podem ser incorporadas por agentes da educação jurídica no sentido de incorporarem, no processo de ensino, os elementos que compõem o Tripé de Características-Alvo.

3.3 Estratégias de adequação

Se a tecnologia impactou a forma como a profissão é exercida e a sociedade em que o jurista atua, é notório que instituições de ensino podem (ou devem) se movimentar para que o corpo discente aproveite essas transformações da melhor forma e esteja preparado para lidar com seus efeitos. Apesar de esta demanda já ter sido identificada, contudo, ainda há um lapso entre diagnóstico e resposta para o problema. Em outras palavras, o dinamismo social observado na pós-modernidade tem dificultado a vida de professores e instituições que agem no sentido da adequação, uma vez que as mudanças tecnológicas tendem a ser cada vez mais rápidas do que a incorporação de tais transformações por organizações e indivíduos. Para Latrup-Pedersen (2002, p. 183), então, a adequação é uma necessidade “urgente”. Porém, por onde começar?

Retomando a ideia de que as mudanças objetivam o chamado Tripé de Características-Alvo, temos que os principais objetivos das adequações sejam o fornecimento de novos conhecimentos, novas habilidades e novas subjetividades. Não basta apenas inserir um conteúdo relacionados a problemas tecnológicos, por exemplo; a tarefa passa por formar humanos que serão os juristas deste século. Logo, é possível observar que as mudanças no ensino jurídico que não devem se encerrar no caráter material, mas também incorporar questões procedimental, conforme defende Bastos (1998, p. 302):

[...] as questões do ensino jurídico devem evoluir das questões de natureza curricular e das ementas de programas para a questão do método de ensinar. Modificar o método de ensinar é, com certeza, mais difícil do que modificar currículos, porque envolve, em primeiro lugar, uma alteração de mentalidades, um convencimento do professor de que ele deve buscar novos caminhos para a transmissão do conhecimento jurídico,

o que implica a absorção e domínio de novas formas de aprender e, em segundo lugar, porque a mudança no método de ensinar exige transformações no cenário pedagógico da escola, nos modelos de sala de aula, de biblioteca e no uso do material didático e de novas tecnologias, o que é muito difícil nas estruturas físicas de funcionamento acabado. O aspecto central do ensino do Direito não se restringe a o "quê" ensinar, de certa forma acomodável nos currículos e programas, mas estende-se ao "como" ensinar, expressão verbal que traduz uma verdadeira revolução na obtenção de objetivos. (BASTOS, 1998, p. 302)

Inicialmente, pode-se dividir essa adequação tecnológica em duas vertentes:

Primeiro, no *que* é ensinado em cursos de Direito. Aqui, se trata de conteúdo: temáticas jurídicas que envolvam tecnologia e que, de certa forma, contemplem as habilidades necessárias para o profissional jurídico que atuará utilizando-se de ferramentas tecnológicas e/ou em uma sociedade com novas relações sociais decorrentes da inovação, como demonstrado anteriormente.

Segundo, *como* o Direito é ensinado. A forma, a metodologia, a organização e estruturação física dos cursos de Direito pode ser melhor adequada a um corpo discente imerso em uma sociedade tecnológica, em que grande parte dos alunos se desenvolveu em um ambiente em que a inovação cresceu de forma exponencial.

De forma pragmática, contudo, esse binômio não é suficiente para responder à questão proposta no início deste item. Ainda que a adequação possa ser classificada em material ou procedimental, não se sabe no que ela consiste. Para isso, é preciso confrontar os elementos básicos do ensino jurídico com o Tripé de Características-Alvo.

O ensino superior (e, conseqüentemente, do Direito) possui três elementos básicos: grade curricular, métodos e estruturas físicas. A combinação dos três elementos, assim, compreende a organização fundamental da arena na qual os agentes educacionais atuarão: alunos, professores e gestores. Quando desmembrados os componentes do Tripé de Características-Alvo, logo, tem-se que as respostas para as novas demandas devem ser feitas por meio de adequações nos currículos, métodos e estruturas físicas.

Em síntese: diante da demanda de adequação trazida pela sociedade da informação e transformações tecnológicas, é possível pensar em algumas estratégias para o cumprimento deste objetivo: (i) a inclusão, nos currículos e programas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, disciplinas, matérias ou similares que envolvam a temática da tecnologia, bem como a inserção desses temas em conteúdos programáticos de disciplinas já existentes, quando pertinentes; (ii) a modernização e alinhamento cultural de métodos de ensino; e (iii) a utilização

de recursos tecnológicos de ponta para incrementar o processo de aprendizado. A combinação das três estratégias pode ser uma forma completa de serem atingidos os objetivos apontados pelo Tripé de Características-Alvo, qual seja: o preparo de alunos de Direito para que possuam novos conhecimentos, novas habilidades e novas subjetividades.

As opções, no entanto, não são necessariamente alternativas. Isto significa que uma instituição pode adotar métodos e recursos tecnológicos e, ao mesmo tempo, incluir em suas grades a temática da tecnologia. Na realidade, a adoção de ferramentas tecnológicas no ensino serviria como subsídio para um argumento de que é necessário domínio desse tipo de utilidade para que a profissão esteja em compasso com as demandas da realidade. Já a adoção de diferentes métodos diz respeito a aproveitar de forma eficiente a relação das escolas de Direito e seus professores com discentes que atuam e vivem em uma sociedade impactada pela tecnologia. A adoção das estratégias deve sempre ser precedida de um trabalho de diagnóstico que considere os benefícios e viabilidades de cada uma.

É importante notar que a adequação institucional não deve ser reduzida a apenas uma iniciativa isolada, mas sim feita de forma coordenada e por meio de várias estratégias diferentes. Se combinada uma pluralidade de formas de atuação, permite-se um aprendizado mais completo para o profissional do Direito. Deste modo,

[...] a criação de programas, disciplinas, laboratórios que sejam capazes de desenvolver habilidades de estruturação de projetos tecnológicos, um domínio de termos e da lógica subjacente de novas tecnologias, capacidade de tradução de termos jurídicos para estruturas técnicas, criatividade na construção de soluções para problemas complexos, mostram-se necessárias para que o profissional consiga lidar com as ferramentas que já existem e para que o processo de inovação tecnológica no mercado jurídico seja potencializado. (CEPI, 2018, p. 38)

Os itens que seguem explorarão com maior detalhe as estratégias propostas acima. Este trabalho separa as estratégias para adequação em três grandes grupos: primeiro, serão apresentadas possíveis adequações em grades curriculares; segundo, a adoção de métodos de ensino diferenciados; terceiro, como a incorporação de tecnologia enquanto ferramental de ensino pode ser benéfica ao processo de aprendizado.

Antes de prosseguir, contudo, far-se-á uma última ressalva: o presente trabalho não pretende ser exaustivo na proposição de estratégias de adequação. Na realidade, como será indicado mais adiante, cada uma dessas estratégias são, por si só, temas que rendem pesquisas

mais amplas, completas e detalhadas. Outrossim, podem haver outras estratégias igualmente importantes e que não foram aqui identificadas ou descritas. Enfim, optou-se por percorrer neste texto apenas uma visão mais geral de cada uma, sem sustentar que estas são as únicas adequações possíveis e/ou desejáveis.

3.3.1 *Grade curricular*

A primeira adequação que pode ser sugerida diz respeito à revisão de grades curriculares de instituições de ensino do Direito. Não por acaso, em obra dedicada exclusivamente para descrever a evolução de grades curriculares e o caminho histórico percorrido pela educação jurídica no Brasil, Aurélio Wander Bastos (1998, p. 300), considera que a temática da tecnologia talvez seja evolução mais necessária para as estruturas atuais:

Os currículos jurídicos numa sociedade moderna não podem estar exclusivamente voltados para a macrolegalidade: devem abrir-se para compreender e implementar o mundo das modernas organizações, da microlegalidade, que também é expressiva de novos âmbitos da sociedade, especialmente aqueles que regulam a absorção e utilização da tecnologia de ponta. (BASTOS, 1998, p. 300)

Nesse sentido, Oliver Goodenough chama o advogado do futuro de *e-lawyer*, o qual desenvolveu em sua carreira habilidades relacionadas a Direito e tecnologia (GOODENOUGH, 2013, p. 863). Para o autor, uma educação que envolva tecnologia traz inúmeros benefícios que vão além do próprio aprendizado, dentre os quais se encontra inclusive um maior interesse do mercado por profissionais com tais competências (GOODENOUGH, 2013, p. 874). Goodenough então destaca dois movimentos que podem ser feitos especificamente em relação à adequação de grades curriculares.

O primeiro passo, para o autor, deve ser a inserção desta temática de forma nas disciplinas mais tradicionais das instituições, ou seja, incorporar este tipo de conhecimento às matérias que já são ensinadas:

Para começar, os aspectos da tecnologia legal devem ser ensinados “inseridos no currículo”. Por exemplo, matérias orientadas ao litígio, como processo civil, devem ser ministradas com apropriada referência à teoria e prática de “e-tribunais” e “e-

descobertas”. Cursos sobre transações devem incorporar geração de documentos e automação de contratos. (GOODENOUGH, 2013, p. 876, tradução nossa⁷³).

Em termos práticos, a profundidade e a amplitude das transformações sociais e políticas causadas pela tecnológica evidenciam uma necessidade pujante de serem revisitadas disciplinas tradicionais dos currículos das universidades. São exemplos nítidos de adequações imagináveis: personalidade robótica em Direito Civil; estudos de crimes virtuais em Direito Penal; meios virtuais de comunicação em Processo Civil e Penal; registros públicos em Blockchain em Direito Imobiliário; economia compartilhada e Direito do Trabalho. Trata-se de uma tarefa que envolve observar as transformações sociais que afetam áreas já consolidadas do Direito e revisar o conteúdo ensinado, desta vez sob o prisma da tecnologia.

Em um segundo momento, cabe a implantação de disciplinas próprias – e inéditas – que envolvam novas tecnologias e seus desdobramentos. Aqui, podem ser citadas matérias como automação de contratos, práticas virtuais, Direito Digital, privacidade de dados, dentre outras. A ideia, então, consiste em criar conteúdos programáticos totalmente dedicados a debater tecnologia com os alunos.

Nota-se, deste modo, uma mudança transversal, em que são trazidos novos conteúdos e também revistos conteúdos antigos. Essa transversalidade será abordada mais adiante em item próprio, mas ressalta-se desde já que essa visão não é exclusiva de Goodenough. Ela é compartilhada com Shavers (2001, p. 408), por exemplo, que considera as duas possibilidades de adequação curricular: mudanças nos conteúdos substanciais dos cursos e adição de novas disciplinas no currículo.

Adequações curriculares podem ser respostas não apenas para a necessidade de novos conhecimentos jurídicos relacionados à tecnologia, como também para o desenvolvimento de novas habilidades (GOODENOUGH, 2013, p. 855). Assim, podemos considerar, de maneira ilustrativa, a inclusão de disciplinas não necessariamente jurídicas, como por exemplo noções de gestão, contabilidade, linguagens de programação, gerenciamento de projetos. Disciplinas

⁷³ Texto original: “To begin with, aspects of legal technology need to be taught “across the curriculum.” For instance, such litigation-oriented subjects as civil procedure and evidence need to be taught with appropriate reference to the theory and practice of e-courts and e-discovery. Transactional courses should incorporate document assembly and contract automation.”

inovadoras, assim, não necessariamente dizem respeito à conteúdos jurídicos em si, mas também às habilidades demandadas ao profissional da atualidade.

Num mesmo sentido, podemos considerar o trabalho de Canick que também trata das habilidades tecnológicas como fundamentais e responsáveis por ampliar as oportunidades de trabalho dos juristas (CANICK, 2014, p. 706); para o autor, as discussões desta natureza devem ir além dos tradicionais debates sobre o uso de laptops em sala de aula e desempenho em provas (CANICK, 2014, p. 707). Além de recomendar as alterações curriculares que tragam a temática para os cursos, afirma ainda que a própria utilização de tecnologias voltadas para o ensino (como as ferramentas na nuvem) já pode, em si, ser estimulante ao preparo destes alunos (CANICK, 2014, p. 681). Deste modo, não é necessário apenas aplicar tecnologia, mas também ensinar a sua utilização.

Conforme aponta o relatório do CEPI (2018, p. 38), o domínio de uma linguagem como a programação, por exemplo, pode ser desenvolvido por meio da criação de disciplinas nas universidades. Assim,

O ensino, já na universidade, de disciplinas que trabalhem com esses temas e capacitem os alunos a utilizarem tais ferramentas tecnológicas se torna ainda mais fundamental para que as promessas de inovação tecnológica possam ser cumpridas. Assim, a inserção da tecnologia parece ser maior, tanto mais os profissionais dominem os conhecimentos sobre essa nova área. (CEPI, 2018, p. 38)

Kenneth Hirsh e Wayne Miller (2004, p. 880) traçam conclusões semelhantes. Para os autores, o gerenciamento de informações por meio da tecnologia é uma das habilidades mais importantes de juristas da atualidade, sendo que o ensino do Direito deve refletir essa realidade (HIRSH; MILLER, 2004, p. 880).

A introdução de disciplinas curriculares que objetivem o desenvolvimento de novas habilidades já possui alguns exemplos práticos no Brasil. Em São Paulo, a FGV Direito SP ofereceu disciplina de automação de documentos contratuais para seus alunos de graduação (MARQUES, 2017); tal iniciativa se repete na FGV Direito RJ, que possui Estatística e Programação para Advogados em sua grade curricular (STOPANOVSKI, 2015). Esses são alguns casos de instituições que desenvolveram matérias voltadas ao preparo interdisciplinar do aluno para execução de habilidades tecnológicas, uma vez que representam importantes aspectos do atual perfil desejado ao profissional do Direito.

Esta trajetória argumentativa em prol de uma urgente maior aproximação entre a educação jurídica e temas que envolvam tecnologia pode ser adequadamente concluída com as palavras de Hirsh e Miller, já no ano de 2004:

As formas em que a tecnologia vai alterar a prática do direito são tão fundamentais quanto quaisquer outras já enfrentadas pela profissão, e não podem ser afastadas do currículo como matérias exclusivas para não-juristas e especialistas em tecnologia. Pensar como advogado já não é mais suficiente; um advogado deve também pensar como um portador de informação em uma era de informação (HIRSCH; MILLER, 2004, p. 885, tradução nossa⁷⁴).

Em conclusão, temos que a estratégia de adequação de grades curriculares deve se atentar a duas importantes características: (i) a transversalidade das transformações, ou seja, promover mudanças que introduzam disciplinas inéditas e simultaneamente modifiquem disciplinas tradicionais no sentido de inserir temas tecnológicos; e (ii) assumir que, para além do fornecimento de conhecimentos específicos em Direito, a revisão de grade curricular deve também compreender a preparação dos alunos para execução de novas habilidades.

3.3.2 Métodos

Além da adequação de grades curriculares para inserção da temática da tecnologia no contexto do ensino do Direito, é possível argumentar em favor de uma adequação dos métodos usados para o ensino. A adoção de novos métodos de ensino faz parte de uma noção mais ampla das mudanças que podem ser promovidas na educação jurídica na atualidade.

Conforme aponta Stuckey et al. (2007, p. 97), apesar de certas inovações terem sido observadas ao longo dos anos, os métodos aplicados em salas de aula seguem os mesmos. Além de aulas tradicionais (CANICK, 2014, p. 673), nos Estados Unidos ainda há uma adoção majoritária de diálogo socráticos e a utilização de casos como metodologias de ensino amplamente difundidas (STUCKEY et al., 2007, p. 97).

⁷⁴ Texto original: “The ways in which technology will change the practice of law are as fundamental as any the profession has faced, and cannot be assumed away from the curriculum as matters for nonlawyers and technology specialists. Thinking like a lawyer is no longer enough; a lawyer must also think like an information handler in an information age.”

Paralelamente, Shavers (2001, p. 409) afirma que essa série de métodos já escolhidos há décadas por professores de Direito nunca foram isentos de questionamentos e dúvidas a respeito de sua efetividade para o ensino. Neste sentido, o desenvolvimento de novos paradigmas tecnológicos representa uma boa oportunidade de diversificação de métodos utilizados para o aprendizado, uma vez que o acesso a novos recursos é cada vez maior (SHAVERS, 2001, p. 409). Em concordância, Michele Pistone (2015, p. 592), descreve a educação jurídica observada há anos em instituições de ensino:

O modelo dominante para a educação jurídica, por exemplo, sempre foi um "sábio no palco", um professor solitário munido basicamente com o domínio do material do curso e do poder de fala. Tal modelo oferece uma vantagem no que tange a preparação do professor para a aula, mas esse exercício de autodisciplina geralmente está inteiramente nas mãos do professor, assim como seu próprio desempenho em sala de aula. Em certos casos, a inovação tecnológica pode mudar isso, exigindo que haja uma colaboração substancial com especialistas técnicos em temas sobre os quais os professores de direito têm pouco conhecimento. Essa dependência pode ser incompatível com as noções atuais de autonomia de professores e de distribuição adequada de poder dentro de uma instituição de ensino de direito. Se uma inovação tecnológica é considerada como perturbadora do ponto de vista cultural, então sua adoção recebe oposição por conta de razões que têm pouco a ver com o mérito educacional, estreitamente definidas. (PISTONE, 2015, p. 592, tradução nossa⁷⁵)

Tais procedimentos não se coadunam, contudo, à realidade de um corpo discente já imerso em recursos tecnológicos e com uma vasta “experiência” em seu uso (CANICK, 2014, p. 674). Nesse sentido, a geração atual já nasceu em uma realidade em que a tecnologia já era presente e esta questão cultural impacta seu papel como estudantes (PISTONE, 2015, p. 591). Assim, um importante motivo que demonstra que ensino do Direito pode ser atualizado é garantir uma otimização do aprendizado de alunos que cresceram em um ambiente já permeado pela tecnologia (LASSO, 2002, p. 3).

Oliver Goodenough (2013, p. 877) destaca a importância de uma atenção a *como* o ensino do Direito é entregue, para além de *o que* é entregue. Em um primeiro momento, é

⁷⁵ Texto original: “The dominant model for legal education, for example, has always been a “sage on the stage,” a lone professor armed only with a mastery of the course material and the power of speech. This model places a premium on a professor’s preparation for class, but that exercise of self-discipline generally is entirely within the professor’s hands, as is his or her performance in class. In some cases, technological innovation could change this by requiring substantial collaboration with technical experts on matters that law professors may know little about. Such dependence may fit uncomfortably with current notions of professorial autonomy and of the appropriate distribution of power within a law school. If a technological innovation is regarded as upsetting the cultural apple cart, it may be opposed for reasons having little to do with educational merit, narrowly defined.”

possível estabelecer uma relação direta entre a implementação de métodos diferenciados e desenvolvimento de novas habilidades.

Então, ressalta que revisar a forma de ensino, ou seja, os métodos aplicados, é algo necessário tanto para classes presenciais, quanto para ensino à distância (GOODENOUGH, 2013, p. 877). Outra iniciativa relevante seria alterar não apenas o conteúdo, como também a *forma* como os cursos são oferecidos (GOODENOUGH, 2013, p. 877). A diversificação de atividades também deve ser considerada, em adição às inserções nos currículos – como, por exemplo, a fundação de clínicas especializadas (GOODENOUGH, 2013, p. 878).

Ainda neste raciocínio, a introdução clínicas de ensino e prática proposta por Goodenough (2013, p. 878) é importante meio de se atingir uma formação dedicada também à inteligência emocional dos alunos. Conforme sugerido por Douglas (2015, p. 68),

[...] experiência clínica é o contato direto do aluno com os clientes e o estabelecimento de uma relação (cliente) entre advogado e cliente. Se esse relacionamento abrange uma ligação telefônica, uma entrevista cara a cara ou contato contínuo, isso representa um foco central da prática jurídica. Dentro dessa relação, as emoções são experimentadas e impactam a dinâmica da prática e seus resultados. (DOUGLAS, 2015, p. 65, tradução nossa⁷⁶)

De forma semelhante reconhece Maranga (2010, p. 1) ao examinar a utilização de métodos tecnológicos que, aliados à utilização de tecnologia em salas de aula, torna possível a prática, treinamento e desenvolvimento de novas habilidades importantes para o profissional da atualidade.

Jackson (2016, p. 91), considerando *métodos baseados em pensamentos tecnológicos*, propõe a implementação de princípios de “design” no ensino do Direito. Isto significa, nas palavras do autor, que uma metodologia interdisciplinar e amplamente utilizada no processo de desenvolvimento de novas tecnologias pode ser aplicada no Direito. Também conhecida como “*design thinking*” (JACKSON, 2016, p. 89), tal método consiste em conduzir o pensamento por

⁷⁶ Texto original: “*clinical experience is a student’s direct contact with clients and the establishment of a (student) lawyer-client relationship. Whether that relationship spans a telephone call, one face-to-face interview or ongoing contact, it represents a central focus of legal practice. Within that relationship emotions are experienced and impact upon the dynamic of practice and its outcomes.*”

meio de estágios que envolvem inspiração, síntese, ideação, experimentação e implementação (JACKSON, 2016, p. 89).

Acima de tudo, porém, está o fato de tal pedagogia explorar o ponto de vista humano, ou seja, pensar em soluções de uma forma focada no “usuário” (JACKSON, 2016, p. 90). Este último fator incentiva a vislumbrar os juristas como “portais” que aproximam o público geral do Direito⁷⁷; dessa forma, ensinar tais profissionais a pensarem de uma forma centrada no ser humano – o que é típico do método “*design thinking*” – significa prepará-los para enfrentar questões relacionadas às reais necessidades do público e das organizações.

Se for retomada a lógica da “desmaterialização” explorada por Delors et al. (1998, p. 93), a qual descreve a crescente importância do setor de serviços para a economia, tem-se que a possibilidade do desenvolvimento de um pensamento “centrado no ser humano” é fundamental para o estabelecimento das relações interpessoais que compõem a essência dos serviços jurídicos. A utilização de *design thinking*, assim, bem como de qualquer outro método que desenvolva criatividade e interação entre indivíduos, é uma importante ferramenta para que alunos não apenas aprendam a pensar Direito, mas também incorporem as *subjetividades* que compõem o Tripé de Características-Alvo proposto por esse trabalho.

Deste modo, nota-se que métodos de ensino alinhados às recentes transformações tecnológicas do Direito devem, basicamente: (i) permitir uma maior interação pessoal entre os agentes de aprendizado; (ii) objetivar o desenvolvimento de novas habilidades práticas e, em paralelo, as *subjetividades* socioemocionais que compõem o perfil atual do profissional de Direito; e, por fim, (iii) serem aplicadas em conjunto o uso de tecnologias enquanto ferramenta de ensino. Este último ponto será o tema do próximo item.

3.3.3 Tecnologia como ferramental de ensino

Adicionalmente às novas disciplinas e a implementação de métodos diferenciados, tem-se que outra estratégia adequação possível – e desejada – seja a utilização de recursos tecnológicos enquanto ferramentas de ensino. Contudo, antes mesmo de prosseguir a um

⁷⁷ O que é especialmente interessante na realidade brasileira, em que a própria Constituição Federal, em seu Art. 133, que o “advogado é indispensável à manutenção da justiça.”

argumento favorável ao de recursos tecnológicos para aumentar a eficiência do ensino (STUCKEY et al., 2007, p. 118), é preciso compreender que essa mudança, por depender primordialmente de novas práticas de professores e estruturas físicas de instituições, enfrenta uma certa resistência.

Pistone (2015, p. 586) atribui a experiências passadas malsucedidas a dificuldade de implementação da tecnologia no ensino do Direito. De acordo com a autora, a baixa confiabilidade dos recursos adotados anteriormente criou uma falsa impressão de que as ferramentas atuais carecem de uma validação de sua eficiência. No entanto, para a professora, estes problemas já foram quase totalmente superados e as ferramentas já estão muito mais evoluídas e confiáveis (PISTONE, 2015, p. 588).

A percepção de Pistone se reflete na pesquisa de Canick (2014, p. 675), que considera essa lacuna entre a realidade dos alunos, o que encontram nos cursos de Direito e a atitude de professores. Conduzindo diálogos entre seus pares, Canick constata que diversos motivos causam a relutância de muitos educadores à adoção de recursos tecnológicos em suas atividades: primeiro, creem que ainda falta uma demonstração clara dos benefícios de sua adoção; segundo, não confiam nos recursos tecnológicos para a realização de tarefas sensíveis, receosos de problemas que podem surgir a qualquer momento (CANICK, 2014, p. 675). Ainda para Canick (2014, p. 679), a relutância do uso de recursos tecnológicos na educação ainda está alinhada com a ausência de disciplinas e cursos que envolvam tecnologia e a prática do Direito.

Ainda que haja resistência, no entanto, essa não é uma mudança ignorável. De acordo com Pistone (2014, p. 590), um fator que demonstra a necessidade do uso de tecnologia no ensino jurídico é o próprio fato de que a tecnologia gradativamente representa um importante aspecto da prática jurídica, principalmente em acompanhamento ao desenvolvimento de ferramentas de ponta que utilizadas por profissionais do Direito. Assim, implementar recursos tecnológicos no processo de ensino é, desta forma, uma estratégia que familiarizaria os discentes com ferramentas inovadoras (CANICK, 2014, p. 706; MARANGA, 2010, p. 3).

De forma pragmática, questiona-se: quais recursos podem ser aproveitados por professores de Direito e suas respectivas instituições no processo de ensino?

A primeira tarefa então seria a renovação do ensino com recursos inovadores. Atualmente, isto vai além o uso de e-mails e pesquisas em computadores, pois isto já é algo bastante disseminado e os utensílios já são muito mais desenvolvidos (PISTONE, 2015, p. 592).

A mudança então deve ser mais profunda e atingir não apenas tarefas complementares, mas promover alterações em métodos de ensino e materiais utilizados.

Recursos tecnológicos poderiam ser aproveitados para o ensino jurídico muito além do oferecimento de internet, projeção e sistemas de gerenciamento de arquivos. Se a intenção é tornar os alunos mais familiarizados a aplicações tecnológicas no Direito, uma boa estratégia das instituições poderia ser começar pela adoção de recursos inovadores no próprio processo de ensino.

Um bom exemplo é a diversificação do uso de ferramentas *online*. O uso de recursos remotos se manifesta de diversas formas, como por exemplo a educação de alunos à distância (PISTONE, 2015, p. 593). Sobre isto, por exemplo, Ghirardi (2015, p. 20) questiona se o avanço tecnológico não condenou a forma tradicional de ensino-aprendizagem em que a sala de aula é necessária. A conclusão do professor, após percorrer um estudo detalhado dos aspectos mais pessoais do ensino, é que o ensino à distância pode ser considerado uma técnica, mas não necessariamente um método (GHIRARDI, 2015, p. 73); entretanto, ainda não substituem completamente a relação presencial entre professores e alunos (GHIRARDI, 2015, p. 78).

Todavia, não somente no ensino de alunos à distância se manifesta o uso de recursos *online*. Michele Pistone aponta ainda que tais instrumentos também podem ser utilizados para a capacitação de professores (PISTONE, 2015, p. 601) ou até mesmo para a realização de mentorias – e não somente aulas – para alunos (PISTONE, 2015, p. 602). Por fim, ainda pode ser observado que os materiais podem ser desenvolvidos em plataformas ou ferramentas *online*, como em aplicativos, gerenciadores de conteúdo baseados na nuvem ou até mesmo para que sejam utilizados jogos no processo de aprendizado (PISTONE, 2015, p. 600).

Observa-se que apesar do uso de computadores e da internet já ter sido implementado por grande parte dos alunos e instituições (HIRSCH; MILLER, 2004, p. 885), os recursos já estão muito mais desenvolvidos que isso (PISTONE, 2015, p. 592) e o ensino jurídico ainda possui bases muito tradicionais.

Analisando o panorama de escolas de Direito norte-americanas, Hirsch e Miller (2004, p. 874) apontam que o uso de ferramentas como computadores e internet em universidades já é recorrente e tais instrumentos assumiram uma função muito importante no processo de aprendizado, ainda que o ensino jurídico seja tipicamente tradicional e o avesso a mudanças radicais (CANICK, 2014, p. 663); contudo, pouco se fez até então para que os futuros juristas fossem apresentados ao papel da tecnologia da informação em suas atividades profissionais.

Este é inclusive um argumento trazido por Pistone (2015, p. 589), que destaca as habilidades tecnológicas que serão cada vez mais exigidas a juristas do Século XXI e traça um paralelo com a utilização de recursos de ponta em escolas de Direito. Trata-se de utilizar tecnologia para que as novas habilidades exigidas aos profissionais da atualidade já sejam praticadas no próprio processo de aprendizado (MARANGA, 2010, p. 3).

Em adição, o uso de tecnologias como ferramentas de ensino consiste em uma forma de combinar as habilidades tecnológicas típicas da atual geração de estudantes de Direito. Para Lasso (2002, p. 23), o estudante do século XXI aprende de forma completamente distinta, pois desenvolveu-se durante toda sua vida em contextos em que a tecnologia já era realidade (LASSO, 2002, p. 20) e, portanto, era utilizada de forma recorrente para uma série de atividades (LASSO, 2002, p. 22). Nesse sentido, a tecnologia pode ser usada para uma transmissão de informações de formas mais dinâmicas, interativas e criativas, tornando mais fácil e eficiente o aprendizado pelo aluno desta geração (LASSO, 2003, p. 23).

Esse raciocínio, combinado com a utilização de métodos centrados no aluno, demonstra como a preocupação com o uso de tecnologia é, em síntese, concentrar-se mais em *como o aluno deste século obtém informações* para que sejam desenhadas as estratégias mais eficientes de aprendizado (LASSO, 2002, p. 24).

Deste modo, Latrup-Pedersen (2002, p. 183) enumera uma série de motivos que justificam a utilização de tecnologia como ferramenta de ensino. Essas razões demonstram uma necessidade “urgente” da utilização de tecnologias tanto para ensinar, como também para aprender:

Em todos os níveis de educação jurídica, há uma necessidade urgente de aplicar a tecnologia para ensinar e aprender. Há várias razões para essa necessidade. Primeiramente porque as novas tecnologias oferecem ferramentas que aumentam a qualidade do ensino ou aumentam os benefícios de se frequentar aulas, palestras e participar de outras atividades de ensino. Em segundo lugar, porque não podemos esperar que nossos futuros alunos desejem estudar nem serem capazes de aprender lendo livros didáticos por longas horas ou participando de aulas – o que na verdade devemos admitir que são pouco divertidas e muitas vezes bastante tediosas. Em terceiro lugar, porque a aplicação de novas tecnologias aumenta a flexibilidade de um currículo, uma qualidade muito demandada em uma sociedade em constante aprendizado do futuro. Em quarto lugar porque a fronteira entre ensino (tradicional) apoiado pela tecnologia e o ensino aberto e à distância está em processo de ser apagada. Isso vai realmente mudar não apenas os aspectos pedagógicos do ensino no nível universitário, como também mudará o conceito da aparência física de uma universidade. Será um centro para aplicação de tecnologia avançada para aprendizagem e formação, e um número cada vez mais limitado de metros quadrados será reservado para salas de aula do que hoje. Desse modo, a “área de captação” desta universidade será quase em todo o mundo. Em quinto lugar, porque a tecnologia é um

pré-requisito importante para a internacionalização da educação jurídica, que até agora tem sido percebida principalmente sob a forma de intercâmbio estudantil. No futuro, podemos esperar uma verdadeira perspectiva internacional se manifestando em faculdades ou universidades virtuais, agregando excelência no ensino e pesquisa derivada de várias fontes nacionais. Por último e talvez mais importante, porque a tecnologia é parte integrante da vida cotidiana no século XXI e instituições de ensino incapazes ou indispostos a aplicar esta ferramenta para a perfeição no ensino e formação terá uma aura de parques jurássicos pedagógicos. Embora possam encontrar boas razões para se orgulhar de realizações passadas no campo da pesquisa e excelência no ensino, elas serão marginalizadas no mercado de ensino superior ou, como diz um ditado chinês, ‘quando os ventos da mudança sopram, algumas pessoas constroem para-brisas e outras constroem moinhos de vento’. (LATRUP-PEDERSEN, 2002, p. 183, tradução nossa⁷⁸)

A utilização de tecnologias como ferramentas de ensino consiste, então, em uma estratégia de adequação perceptível como benéfica em vários níveis. Primeiro, familiarizando o ensino do Direito junto a uma geração acostumada com o uso de tecnologias de ponta; segundo, facilitando o desenvolvimento de novas habilidades tecnológicas necessárias para o profissional da atualidade, uma vez que o próprio processo de aprendizado já foi realizado utilizando-se de ferramentas avançadas; terceiro, é possível vislumbrar uma maior difusão de conhecimento à medida que os meios de comunicação *online* se aperfeiçoam; por fim, ferramentas tecnológicas contribuem para um aprendizado ativo que, combinado com métodos centrados no aluno, permitem uma absorção de informações mais eficiente.

⁷⁸ Texto original: “*At all tiers of legal education there is an urgent need for applying technology for teaching and learning. There are a number of reasons for this need. Firstly because the new technology offers tools enhancing the quality of teaching or rather the profit of attending classes and lectures and taking part in other teaching activities. Secondly because we cannot expect that our future students will want to study nor be able to learn by reading textbooks for long hours and attending lectures - which we in truth have to admit are often less than entertaining and quite often rather tedious. Thirdly because application of new technology adds flexibility to a curriculum, a quality very much in demand in the learning society of tomorrow. Fourthly because the borderline between technology-supported (traditional) teaching and open and distance learning is in the process of being erased. This will indeed change not only pedagogical aspects of teaching at the university level, it will also change the concept of the physical appearance of a university. It will be a centre for application of advanced technology for learning and training, but a much more limited number of square meters will be reserved for lecture halls and classrooms than today. On the other hand, the ‘catchment area’ of this university will be almost worldwide. Fifthly because technology is an important prerequisite for the internationalisation of the legal education, which so far has been visible mainly in the form of student exchange. In the future we can expect a true international perspective manifesting itself at virtual faculties or universities aggregating excellence in teaching and research derived from a number of national sources. Last, and perhaps most important, because technology is an integrated part of everyday life in the twenty-first century and educational institutions unable or unwilling to apply this tool to perfection in teaching and training will have an aura of pedagogical Jurassic Parks. Although they may find good reasons for taking pride in earlier achievements in the field of legal scholarship and excellence in teaching, they will be marginalised on the learning society marketplace for higher education or, slightly less blatantly expressed with a Chinese saying, when the winds of change blow some people build windbreaks and others build windmills.*”

Assim, conclui-se a parte do trabalho destinada a exemplificar estratégias de adequação possíveis e desejáveis para que os agentes de ensino do Direito - sejam estes professores, instituições ou os próprios alunos – consigam formar profissionais competentes nos três níveis propostos pelo Tripé de Características-Alvo. São estratégias voltadas não apenas à substância dos conhecimentos fornecidos aos alunos, mas também que vislumbram a formação mais completa de indivíduos, considerando para tanto novas habilidades e novas subjetividades cada vez mais exigidas aos juristas da atualidade.

Antes de finalizar o capítulo, porém, é necessária uma breve análise a respeito de uma característica importante dessa adequação: a transversalidade. Conforme abordado de forma sucinta anteriormente, qualquer processo de mudança para uma atualização tecnológica do ensino do Direito não deve representar uma ruptura brusca com os elementos tradicionais do processo; em paralelo, deve compreender mudanças amplas e concorrentes. Este será o tema do próximo item.

3.4 A transversalidade das mudanças no ensino do Direito

Sejam quais forem as estratégias de adequação mais pertinentes a cada contexto educacional, é necessário salientar uma característica em comum que todas essas possuem: a transversalidade. Da noção de transversalidade entende-se que as mudanças não são únicas, abruptas, totalmente disruptivas. Pelo contrário: elas devem compreender adequações em questões já existentes, tradicionais, bem como a introdução de temáticas totalmente inéditas ao ensino do Direito.

Um primeiro reflexo deste ideal diz respeito ao que se prevê como futuro próximo para as profissões jurídicas. Susskind (2013, p. 109) defende que apesar de a tecnologia promover mudanças suficientes para se pensar em um desdobramento da profissão jurídica em algumas funções completamente novas, isso não significa que advogados tradicionais deixarão de existir. Existirão em menor número, mas o desenvolvimento tecnológico representa novas oportunidades para o profissional da atualidade se diversificar em habilidades, especialidades e conhecimentos, em alguns casos mudando completamente de função (SUSSKIND, 2013, p. 109).

A transversalidade, assim, deve ser assumida como uma parte relevante das estratégias de adequação escolhidas para cada situação. Podem ser citados alguns exemplos.

Primeiro, a respeito de disciplinas acadêmicas Susskind não sugere que matérias tradicionais, como contratos e Direito constitucional, por exemplo, sejam abandonadas; tampouco defende que as escolas deixem de desenvolver em seus alunos as habilidades básicas de operadores do Direito, como a lógica jurídica ou interpretação legal. Seu argumento, contudo, é que as escolas *devem* preparar seus alunos para as transformações sofridas pela profissão que escolheram, e isto lhes é pouco oneroso. Nas palavras de Susskind, então, há um lugar para o “futuro” nos currículos dos cursos de Direito, o qual não pode ser ignorado pelas instituições que os organizam e oferecem (SUSSKIND, 2013, p. 138).

Os reflexos dessa visão transversal para as adequações curriculares resultam em duas ações principais: (i) inserir novas disciplinas; e (ii) revisitar disciplinas tradicionais. Goodenough (2013, p. 876) conclui que as matérias devem ser lecionadas através dos currículos já existentes e, além disso, por meio da inclusão de cursos especializados relacionados à tecnologia.

As adequações, portanto, devem ser feitas de forma transversal entre o que já é ensinado e o que precisa ser introduzido. Tal perspectiva é compartilhada por Shavers (2001, p. 407), que elucida mudanças envolvendo o conteúdo substancial de cursos e, além disso, pela adição de novas matérias.

A transversalidade também é trabalhada por Michael Legg (2018, p. 5), que tece considerações semelhantes a respeito das habilidades exigidas para o profissional da atualidade. Enquanto a tecnologia amplia este rol, certas habilidades tradicionais de advogados não devem ser esquecidas e, conseqüentemente, não podem ser afastadas do ensino jurídico. É o caso, por exemplo, de raciocínio lógico e comunicação oral, que continuam necessários a juristas mesmo quando se observa uma realidade tecnológica.

Em conclusão, da mesma forma que a transição da modernidade à pós-modernidade é contínua e observada em diferentes níveis entre países e/ou setores econômicos, políticos e sociais, é pouco realista imaginar que as adequações no ensino do Direito devem significar uma completa ruptura do que já vinha sendo praticado. Profissionais do Direito não devem deixar de conhecer Direito Civil para aprenderem Inteligência Artificial; não precisam esquecer técnicas de redação para desenvolverem habilidades de programação; não podem abandonar disciplinas de leitura para cultivarem cultura de colaboração. Uma vez considerados os *novos*

conhecimentos, as *novas habilidades* e as *novas subjetividades*, o ensino do Direito deve ser capaz de formar novos profissionais ainda mais completos, e não completos substitutos aos anteriores.

Não há de se falar, portanto, em uma total disrupção do ensino do Direito, e sim na promoção de mudanças que representem a inserção de novas iniciativas e, simultaneamente, a atualização de outras – sejam estas disciplinas ou métodos, por exemplo. Ao passo que consolidam a noção de mudanças transversais, esse binômio – inserção do novo e revisão do antigo – é o que representa, de forma sucinta e pragmática, as *adequações* mais completas para um alinhamento da educação jurídica à nova realidade tecnológica.

3.5 Próximos passos e desafios para um ensino do Direito “tecnológico”

O presente capítulo pormenorizou os efeitos de novos paradigmas tecnológicos para o ensino do Direito. Inicialmente, justificou-se a necessidade de adequações na educação jurídica diante da nova realidade, uma vez que a tecnologia é parte da profissão do jurista em diferentes modos; em segundo momento, tratou-se do perfil do atual profissional do Direito e seu posicionamento em um mercado em constantes transformações provocadas pela tecnologia; feito esse raciocínio, apresentou-se o chamado Tripé de Características-Alvo, que representa a tríade *novos conhecimentos*, *novas habilidades* e *novas subjetividades* como as parcelas fundamentais do perfil profissional que podem ser substancialmente formadas pelo processo educacional; por fim, algumas estratégias de adequação foram descritas, bem como uma característica comum entre elas: a transversalidade.

No entanto, apesar das transformações serem evidentes, ainda existe uma imensa lacuna entre a identificação do problema e o desenvolvimento de respostas às demandas que a tecnologia promove na profissão jurídica. Ante o exposto neste capítulo e no intuito de concluí-lo, serão apresentadas algumas questões relacionadas às dificuldades e sugestões de temas que podem ser debatidos e, possivelmente, implementados no contexto do ensino do Direito.

- i. *Interdisciplinaridade*. Discussões envolvendo tecnologia também se relacionam com matérias tradicionais do Direito. Logo, uma boa forma de inserir tais questões sem que seja necessária uma adaptação muito radical e brusca de toda uma base

curricular é aproveitar os pontos de tangência existentes entre as vertentes clássicas do Direito e a aplicação, nestes casos, de novas tecnologias. Conforme descrito anteriormente, isto envolve tratar de questões relacionadas a *smart contracts* nas matérias de contratos ou resolução de disputas *on-line* em disciplinas de Processo Civil, por exemplo. Tal estratégia pode ser implantada nos primeiros semestres da grade, o que estimularia desde o início do curso o interesse dos alunos.

- ii. *Uso de tecnologia dentro e fora da sala de aula.* Esse pode ser um importante ponto de partida para que os alunos se familiarizem com ferramentas tecnológicas desde o momento em que o conhecimento é transmitido. Nesse sentido, o uso da tecnologia para o ensino jurídico em si teria dois efeitos: (i) primeiro, tornaria a transmissão do conhecimento mais eficiente para gerações que já surgiram imersas em um ambiente de inovação tecnológica e, portanto, já são familiarizadas com sistemas e aplicações de ponta; e (ii) alguns recursos poderiam ser introduzidos no cotidiano de discentes, fazendo com que estes pratiquem o aprendizado também de uma forma que incentive a experiência prática com diferentes sistemas.
- iii. *Disciplinas específicas.* Disciplinas específicas que tratam de tecnologia são importantes para a formação de profissionais e acadêmicos que operarão suas atividades em uma realidade por ela permeada. Algumas matérias são tão relevantes que mereceriam períodos inteiros dedicados a elas, como, por exemplo, *Blockchain* (que afeta cada vez mais o sistema econômico-financeiro como um todo) ou até mesmo disciplinas que especificamente desenvolvam nos alunos habilidades relacionadas ao uso da tecnologia, como lógica de programação voltada a documentos jurídicos, por exemplo.
- iv. *Valorização das subjetividades e características socioemocionais.* Instituições de ensino do Direito não devem ser meras fornecedoras de conteúdos jurídicos e formadoras de profissionais habilitados. O aspecto sociemocional, que compreende o que este trabalho chamou de *novas subjetividades*, é tradicionalmente negligenciado no contexto do ensino do Direito. Para sanar este problema, agentes

educacionais devem valorizar e implementar iniciativas que objetivem o desenvolvimento humano e emocional dos alunos, para que haja uma formação completa. Alguns exemplos de aspectos que não podem ser distanciados da formação ideal do profissional do Direito são: tolerância a falhas, inteligência emocional, resiliência, colaboração, trabalho em equipe, visão global, dentre outros.

- v. *Percepção do papel da tecnologia.* Observou-se que a ideia geral imperante do papel da tecnologia no Direito é de que esta não substituirá os profissionais, mas tornará seu trabalho mais eficiente. Logo, é primordial que esta seja uma visão estudada e, na medida do possível, adotada pelas instituições. Isto evita que os alunos tenham aversão a ferramentas que lhes serão comuns, corriqueiras e necessárias no mercado de trabalho.
- vi. *Interação com o mercado.* É fundamental que a academia se aproxime do mercado – seja por meio do oferecimento de convênios de estágio com empresas de tecnologia, LawTechs/LegalTechs ou escritórios especializados, quanto na promoção de eventos e seminários que tragam agentes do mercado para um contato com os alunos.
- vii. *Mapeamento, pesquisa e levantamento de informações.* A maioria dos relatórios, estudos e pesquisas realizadas sobre ensino do Direito concentram-se no exterior, mais especificamente em países como Estados Unidos e Reino Unido, por exemplo. Há pouco mapeamento de questões relacionadas às instituições de educação jurídica no Brasil, o que causa um enorme lapso de informações que seriam úteis para o planejamento de estratégias de adequação que sejam mais viáveis para a realidade do país. Assim, sugerem-se pesquisas sobre estruturas físicas de instituições de ensino, capacitação de professores, uso de tecnologia em sala de aula, presença de disciplinas relacionadas à tecnologia em grades curriculares, dentre outras. Sem esses dados, será impossível planejar a forma mais eficiente,

mais barata e menos traumática de promover a educação jurídica de maneira adequada à nova realidade tecnológica do Direito.

Os pontos apresentados são, contudo, meras sugestões. O que importa, para início dos debates, é constatar que a academia necessita de uma adequação a esta realidade transformada pela tecnologia e que, diante da velocidade em que estas mudanças têm ocorrido, isso deve ser feito o mais rápido possível – sem, contudo, que saia prejudicada a relevância de se considerar o aluno como o principal agente do processo de aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Stuckey et al. (2007, p. 98) são taxativos: “A sala de aula típica na maioria das escolas de Direito hoje seria familiar a qualquer jurista que frequentou o curso nos últimos cento e trinta anos”⁷⁹. A afirmação dos autores, apesar de forte, não deixa de ser real. Ainda que inúmeras tentativas de atualização do ensino do Direito tenham sido observadas ao longo dos anos, é nítido que este ainda é um curso em que predominam métodos, conteúdos, disciplinas e estruturas já utilizados há tempos. É curioso que substância de cursos de Direito não se altera na mesma velocidade que a sociedade se transforma. Agora, com o advento da tecnologia, essa necessidade de atualização é ainda mais indiscutível.

O presente trabalho abordou inicialmente uma análise sobre a pós-modernidade. Correntes artísticas, arquitetônicas, vertentes políticas, movimentações sociais transformaram a sociedade, os Estados e, conseqüentemente, o Direito. Atualmente, indivíduos e instituições vivem, se relacionam, se posicionam e se comunicam em um mundo globalizado, fluido e com poder distribuído. A consequência dessas mudanças é uma nova distribuição do poder antes concentrado na mão de Estados soberanos – enquanto condutores de normas e relações jurídicas – e, deste modo, uma resignificação de noções essenciais para a concepção do Direito, como o tempo e o espaço diminuídos pela globalização, por exemplo. Não é exagero afirmar, assim, que estamos diante de uma era em que novos paradigmas são criados e consolidados; o Direito, em consequência, acaba sendo profundamente impactado. Dentre uma série de fatores que foram responsáveis por promover mudanças significativas referentes à pós-modernidade, encontra-se a tecnologia, que foi o objeto do segundo Capítulo.

Por meio da revisão teórica realizada, sugere-se que a profissão jurídica já foi fortemente impactada pela presença de discussões envolvendo novas tecnologias. Uma análise pragmática e histórica permite concluir que o desenvolvimento de novas tecnologias foi suficientemente expressivo para que estas atuem como um verdadeiro fator transformador no Direito e na profissão jurídica, remodelada de acordo com uma realidade tecnológica.

Seja na própria atuação do jurista – com o desenvolvimento de tecnologias próprias para os profissionais –, seja nos assuntos práticos com os quais este deve ser capaz de dialogar e

⁷⁹ Texto original: “*Typical classroom instruction at most law schools today would be familiar to any lawyer who attended law school during the past hundred thirty years.*”

enfrentar em seu campo de atuação, é notório que a inovação tecnológica tem modificado a realidade suficientemente para que o trabalho e a pesquisa de operadores do Direito sejam completamente diferentes dos praticados até então.

Fala-se em *Direito da Tecnologia e Tecnologia do Direito* como as duas “grandes” vertentes pelas quais as novas tecnologias impactam as ciências jurídicas e a prática do Direito. Há uma série de novas situações sociais que envolvem a tecnologia e demandam conhecimento de juristas para seu enfrentamento; paralelamente, desenvolvem-se ferramentas tecnológicas que impactam *como se pratica* o Direito.

Nesse contexto, concluiu-se que a profissão jurídica agora é outra: demanda-se um novo perfil ao profissional do Direito. Surgem *novas habilidades*, antes não consideradas atinentes ao conhecimento jurídico, e cada vez mais será exigido que profissionais tenham *novos conhecimentos* de temáticas relacionadas à novas relações jurídicas resultantes de uma sociedade tecnológica. Adicionalmente, o dinamismo social e a desmaterialização do trabalho tornam evidentes novas características exigidas aos profissionais da atualidade, emergindo *novas subjetividades* necessárias aos profissionais da atualidade. Esta tríade compõe os objetivos de *adequação* do ensino do Direito diante de uma nova realidade, e foi chamada oportunamente de *Tripé de Características-Alvo*.

Argumenta-se que havendo uma nova forma de se exercer o Direito, juristas precisam ter conhecimento de que novas habilidades serão cada vez mais exigidas – e, deste modo, eles deverão se preparar para serem capazes de enfrentarem, dialogarem, interagirem ou resolverem situações que envolvam sistemas tecnológicos e/ou seus impactos sociais. É evidente que operadores do Direito – sejam profissionais ou acadêmicos de qualquer natureza – necessariamente precisam estar aptos a lidarem com contextos que envolvam questões tecnológicas e a aplicação de aspectos jurídicos que lhe sejam relevantes. O desafio é grande: como o ensino do Direito pode ser adequado para que seja formado um novo perfil profissional para o jurista?

A fim de promover respostas eficientes às necessidades apontadas no Tripé de Características-Alvo, o trabalho analisou três diferentes estratégias de adequação: alterações curriculares, novos métodos e uso de recursos tecnológicos como ferramentas de ensino. Concluiu-se que essas devem ser estratégias coordenadas, complementares entre si e que, principalmente, devem ser adotadas de maneira transversal, ou seja, considerando não apenas a inserção de novos elementos, mas também a revisão e atualização de antigos. Entretanto, as

estratégias abordadas foram meras sugestões; não sendo as únicas, é preciso um esforço conjunto e plural para a elaboração de novas propostas.

Isto posto, é possível concluir que o ensino do Direito como formador de juristas não só pode, como deve, se adaptar às mudanças sociais e profissionais promovidas pela tecnologia. Tais tópicos são tão significantes na atualidade que já não podem mais ser desconsiderados pela academia. Não obstante, nota-se que apesar da relevância do assunto já ter sido apresentada na literatura de uma maneira bastante ampla, sendo presente inclusive em diretrizes de ensino jurídico no Brasil, nos Estados Unidos e no Reino Unido, por exemplo, ainda são poucas as iniciativas práticas desta natureza no ambiente acadêmico. Ora por parte da resistência de instituições ou professores, ora por falta de estrutura tecnológica disponível em instituições, ora por conta de uma importância indiscutível de temas tradicionais nas grades curriculares, a percepção geral é que discussões, métodos e disciplinas considerando a realidade transformada pela tecnologia ainda são pouco praticadas na maioria dos cursos de Direito no Brasil, ainda que presentes em seus planos estratégicos e programáticos.

De modo geral, é possível afirmar que este se trata de um momento de grandes oportunidades para que juristas possam exercer sua profissão de forma criativa; além disso, nunca foi tão necessária a presença desse tipo de profissional na sociedade, dados os desafios jurídicos introduzidos pela tecnologia. Em momentos de transformação, transição, desenvolvimento e ressignificação de conceitos anteriormente enraizados, faz-se necessária a inteligência jurídica de excelência para que convivamos em uma sociedade mais segura e preparada para receber novas tecnologias e sistemas da informação exponencialmente mais capazes e complexos.

O presente texto se encerra uma vez respondidas as perguntas que deram origem a essa pesquisa, apresentadas nos projetos preliminares e qualificação de dissertação. Especificamente: *quais as implicações ideológicas ou quais noções de Direito e de Estado estão subjacentes às novas tecnologias aplicadas ao Direito?* E, ainda, *qual perfil de formação é demandado pelo novo paradigma para o Direito, considerando um mundo globalizado e os impactos da tecnologia na profissão?*

Contudo, é nítido que essas não são as únicas questões que concernem a temática das interações entre tecnologia, Direito e educação jurídica. Ainda há muitos caminhos a serem percorridos e a realização de pesquisas cada vez mais aprofundadas se torna gradualmente mais necessária. Considera-se este texto como uma porta de entrada à temática, servindo

principalmente como um ensaio que diagnostica o problema e apenas introduz, a título de exemplos, algumas linhas de adequações institucionais.

Assim, como material para futuros trabalhos, sugerem-se primordialmente iniciativas desenvolvidas em dois sentidos: (i) levantamento de informações e mapeamento estrutural-curricular relacionado à novas tecnologias nas instituições de ensino de Direito e, ainda, posturas, técnicas e métodos dos agentes educacionais jurídicos, especialmente no contexto brasileiro; e (ii) pesquisas específicas a respeito das estratégias de adequação do ensino do Direito aos novos paradigmas tecnológicos, para que haja um subsídio às iniciativas de professores e gestores em sua implantação.

Como qualquer mudança expressiva, os novos paradigmas tecnológicos para o Direito precisam ser cada vez mais profundamente estudados, de modo que as respostas sociais e institucionais sejam responsáveis e realistas. O papel da academia enquanto investigadora de problemas e proponente de suas possíveis soluções, assim, deve ser o mais aplicado possível – adequar o ensino do Direito ao contexto de uma sociedade tecnológica é o que moldará a relevância e atuação profissional dos juristas da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB2L. **Radar**. Disponível em: <<https://www.ab2l.org.br/radar/>>. 2017. Acesso em: 20 dez 2017.

ABA. **Report and Recommendations – American Bar Association – Task Force on the Future of Legal Education**. 2014. Disponível em: <https://www.americanbar.org/content/dam/aba/administrative/professional_responsibility/report_and_recommendations_of_aba_task_force.authcheckdam.pdf>. Acesso em: 29 dez 2017.

ABA. **Report on the Future of Legal Services in the United States**. 2016. Disponível em: <https://www.americanbar.org/content/dam/aba/images/abanews/2016FLSReport_FNL_WE_B.pdf>. Acesso em 15 jan 2019.

ACS, Z. J.; AUDRETSCH, D. B. **Innovation in Large and Small Firms: an Empirical Analysis**. *The American Economic Review*, Vol. 78, No. 4 pp. 27-55, 1988.

BARTON, B. **Glass Half Full: The Decline and Rebirth of the Legal Profession**. New York: Oxford University Press, 2015.

BASTOS, A. W. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

BAUMOL, W. J.; STROM, R. J. **Entrepreneurship and Economic Growth**. *Strategic Entrepreneurship Journal*, Vol. 1, pp. 233-237, 2007.

BECK, U. **A Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

BEIKER, S. A. **Legal Aspects of Autonomous Driving**. *Santa Clara Law Review*, Santa Clara, Vol. 52, n. 4, pp. 1145-1156, 2012.

BIONI, B. R. **Proteção de Dados Pessoais: A Função e os Limites do Consentimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BLANK, S. **What the GlobalFoundries' Retreat Really Means**. IEEE Spectrum. 2018. Disponível em: <<https://spectrum.ieee.org/nanoclast/semiconductors/devices/what-globalfoundries-retreat-really-means>>. Acesso em 15 jan 2019.

BOYLE, R. A.; DUNN, R. **Teaching Law Students Through Individual Learning Styles**. *Albany Law Review*, Vol. 62, pp. 213-247, 1998.

BRAMAN, S. From the Modern to the Postmodern: The Future of Global Communications Theory and Research in a Pandemonic Age. In: MODY, B. **International and development communication: A 21st-century perspective**. Thousand Hills: Sage Publications, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 635/2018**. Brasília, 2018.

BROWNSWORD, R. So What Does the World Need Now? Reflections on Regulating Technologies. In: BROWNSWORD, R.; YEUNG, K. (Org.). **Regulating Technologies: Legal Futures, Regulatory Frames and Technological Fixes**. Oxford/Portland: Hart Publishing, 2008.

CAHOONE, L. E. **From Modernism to Postmodernism**. Malden: Blackwell Publishers, 1996.

CAMARGO, A. A. S. **Aspectos Jurídicos do Ambiente Empresarial Brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2018.

CANICK, S. **Infusing Technology Skills Into the Law School Curriculum**. *Capital University Law Review*, Columbus, Vol. 42, Issue 3, pp. 663-708, 2014.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CEPI – CENTRO DE ENSINO E PESQUISA EM INOVAÇÃO – FGV DIREITO SP. **O Futuro das Profissões Jurídicas: Você Está Preparad@?** Sumário Executivo da Pesquisa Qualitativa “Tecnologia, Profissões e Ensino Jurídico”. São Paulo: FGV, 2018.

CEPI – CENTRO DE ENSINO E PESQUISA EM INOVAÇÃO – FGV DIREITO SP. **O Futuro das Profissões Jurídicas: Você Está Preparad@?** Sumário Executivo da Pesquisa Quantitativa “Tecnologia, Profissões e Ensino Jurídico”. São Paulo: FGV, 2018a.

CHAREOWONGSAK, K. **Globalization and Technology: How Will They Change Society?** *Technology in Society*, Vol. 24, n. 3, pp. 191-206, 2002.

CHESTERMAN, S. **The Globalisation of Legal Education.** *Singapore Journal of Legal Studies*. N. i, pp. 58-67, 2008.

CHEVALLIER, J. **El Estado Posmoderno.** Tradução de Oswaldo Pérez. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2011.

CHRISTENSEN, C.; BOWER, J. **Disruptive Technologies: Catching the Wave.** *Harvard Business Review*, Vol. 73, n. 1, pp. 43-53, 1995.

CLAY, T. S.; SEEGER, E. A. **2018 Law Firms in Transition: An Altman Weil Flash Survey.** Willow Grove: Altman Weil, 2018.

COLOMBO, U. The Technology Revolution and the Restructuring of the Global Economy. In: MUROYAMA, J. H.; STEVER, H. G. **Globalization of Technology.** Washington: National Academy Press, pp. 23-31, 1988.

COLONNA, K. **Autonomous Cars and Tort Liability.** *Journal of Law, Technology and the Internet*. Vol. 4, n. 1, pp. 81-130, 2012.

COLLYER, F. M. **Technological Invention: Post-Modernism and Social Structure.** *Technology in Society*, Vol. 19, n. 2, pp. 195-205, 1997.

COOTER, R. **Innovation, Information and The Poverty of Nations.** *Florida State University Law Review*, Vol. 33, pp. 373-394, 2005.

CORRADO, C.; HULTEN, C. **How do You Measure a Technological Revolution?** *American Economic Review: Papers & Proceedings*, [s.l.], n. 100, May, pp. 99-104, 2010.

COTS, M.; OLIVEIRA, R. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

DAPP, T. F. **Fintech** – The digital (r)evolution in the financial sector. Frankfurt: Deutsche Bank Research, 2014.

DAUTENHAHN, K. **The Art of Designing Socially Intelligent Agents:** Science, Fiction and the Human in the Loop. *Applied Artificial Intelligence*. Vol. 12, Issue 7-8, pp. 573–617, 1998.

DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. **O Mapeamento da Infraestrutura Científica e Tecnológica no Brasil.** In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. **Sistemas Setoriais de Inovação e Infraestrutura de Pesquisa no Brasil.** Brasília: IPEA/FINEP/CNPq, 2016.

DELORS, J. **Educação:** Um Tesouro A Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 1998.

DENVIR, C. **The Rise of The Multi-Disciplinary Lawyer:** A Challenge for Legal Education. 2017. Disponível em: <<https://www.legalfutures.co.uk>>. Acesso em 20 set. 2018.

DeSTEFANO, M. **Legal Upheaval:** A Guide to Creativity, Collaboration, and Innovation in Law. Chicago: American Bar Association, 2018.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. **The Internationalization of Palace Wars:** Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States. Chicago: The University Chicago Press, 1998.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. **A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado: Processos Transnacionais e Questões de Legitimação na Transformação do Estado, 1960-2000.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, n. 43, pp. 163-176, 2000.

DINNEEN, G. P. **Global Flows and Barriers: Trends in International Technological Cooperation.** In: MUROYAMA, J. H.; STEVER, H. G. **Globalization of Technology.** Washington: National Academy Press, pp. 32-34, 1988.

DOUGLAS, S. **Incorporating Emotional Intelligence in Legal Education: A Theoretical Perspective.** *E-Journal of Business Education & Scholarship of Teaching*, Vol. 9, n. 2, pp. 56-71, 2015.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios.** São Paulo: Pioneira, 1986.

FAIRFIELD, J. A. T. **Smart Contracts, Bitcoin Bots and Consumer Protection.** *Washington and Lee Law Review Online*, [s.l.], Vol. 71, Issue 2, pp. 35-50, 2014.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2018.** São Paulo: FEBRABAN, 2018.

FGV DIREITO SP. **Um Novo Mundo de Dados.** São Paulo: FGV, 2017.

FOGEL, R. W. **Catching Up With the Economy.** *The American Economy Review*. Vol. 89, n. 1, pp. 1-21, 1999.

FOKKEMA, D. **Postmodernism and Postmodernity: What Do These Terms Mean and Why Are They Successful?** *European Review*, Vol. 6, n. 1, pp. 25-33, 1998.

GHIRARDI, J. G. **Ainda Precisamos da Sala de Aula? Inovação Tecnológica, Metodologias de Ensino e Desenho Institucional nas Faculdades de Direito.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

GHIRARDI, J. G. **Narciso em Sala de Aula – Novas Formas de Subjetividade e seus Desafios para o Ensino.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

GHIRARDI, J. G. **O Instante do Encontro:** Questões Fundamentais para o Ensino Jurídico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOODENOUGH, O. **Developing an E-Curriculum:** Reflections on the Future of Legal Education and on the Importance of Digital Expertise. *Chicago-Kent Law Review*, Chicago, Vol. 88, n. 3, pp. 845-878, 2013.

HART, H. L. A. **O Conceito de Direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HARTLEY, S. **O Fuzzy e o Techie:** Por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital. São Paulo: BEI, 2017.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity:** An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Cambridge: Blackwell, 1991.

HASSAN, I. H. **From Postmodernism to Postmodernity:** The Local/Global Context. *Philosophy and Literature*, Vol. 25, n. 1, pp. 1-31, 2001.

HIRSCH, K. J.; MILLER, W. **Law School Education in the 21st Century:** Adding Information Technology Instruction to the Curriculum. *William & Mary Bill of Rights Journal*, Williamsburg, Vol. 12, n. 3, pp. 873-885, 2004.

HOFFMAN, W.; FURCHT, L. **The Biologist's Imagination:** Innovation in the Biosciences. New York: Oxford University Press, 2014.

INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION. **'Times are a-changin': disruptive innovation and the legal profession.** 2016. Disponível em:

<<https://www.ibanet.org/Document/Default.aspx?DocumentUid=2C42BEFA-DDC4-4EF5-BDD5-41FA502B987B>>. Acesso em 9 nov 2018.

INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION. **President's Task Force on the Future of Legal Services:** Phase I - Executive Summary. Sidney: IBA, 2017.

JACKSON, D. **Human-centered legal tech:** integrating design in legal education. *The Law Teacher*, London, Vol. 50, n. 1, pp. 82-97, 2016.

JENKINS, J. **What Can Information Technology Do for Law?** *Harvard Journal of Law & Technology*, Vol. 21, n. 2, pp. 589-607, 2008.

KATZ, H. E.; O'NEILL, K. F. **Strategies and Techniques of Law School Teaching:** A Primer for New (and Not So New) Professors. New York: Aspen Publishers, 2009.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito.** 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KLAFKE, G. F. **Ensino centrado no aluno versus ensino centrado no professor nos cursos de Direito.** *Revista Jurídica da Fadisma*, Santa Maria, Vol. 10, pp. 139-161, 2015.

KNAKE, R. N. **Democratizing the Delivery of Legal Services.** *Ohio State Law Journal*, Columbus, Vol. 73, n. 1, pp. 1-46, 2012.

KOETSIER, J. **Amazon Echo, Google Home Installed Base Hits 50 Million; Apple Has 6% Market Share, Report Says.** *Forbes*. 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/johnkoetsier/2018/08/02/amazon-echo-google-home-installed-base-hits-50-million-apple-has-6-market-share-report-says/#40900b78769c>>. Acesso em 3 jan 2019.

KOO, G. **New Skills, New Learning:** Legal Education and the Promise of Technology. Research Publication No. 2007-4. Harvard Law School, 2007.

KURTH, J. **The Post-Modern State.** *The National Interest*, No. 28, pp. 26-35, 1992.

LASSO, R. **From the Paper Chase to the Digital Chase:** Technology and the Challenge of Teaching 21st Century Law Students. *Santa Clara Law Review*, Vol. 43, n. 1, pp. 1-62, 2002.

LATRUP-PEDERSEN, T. **Trends in Legal Education in The Learning Society:** The Challenge of Information Technology. *International Journal of The Legal Profession*, Vol. 9, n. 2, pp. 165-186, 2002.

LAWLOR, R. **Information Technology and the Law.** *Advances in Computers*, Vol. 3, pp. 299-352, 1962.

LEGG, M. **New Skills for New Lawyers:** Responding to Technology and Practice Developments. *The Future of Australian Legal Education*. Sydney: Thomson Reuters, 2018.

LETR. **The Future of Legal Services Education and Training Regulation in England and Wales.** 2013. Disponível em: <<http://www.lettr.org.uk/wp-content/uploads/LETR-Report.pdf>>. Acesso em 03 jan 2019.

LIVERSIDGE, G. **Christensen's Disruptive Innovation and Schumpeter's Creative Destruction.** *Bulletin of the Otsuma Women's University*, Vol. 47, pp. 248-231, 2015.

LOHR, S. **A.I. Is Doing Legal Work. But It Won't Replace Lawyers, Yet.** The New York Times. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/19/technology/lawyers-artificial-intelligence.html>>. Acesso em 12 dez 2017.

MAHARG, P. **Shared Space:** Regulation, Technology and Legal Education in a Global Context. *European Journal of Law and Technology*, Vol. 6, n. 1, pp. 1-31, 2015.

MARANGA, K. M. **The Role and Impact of Technology in Legal Education.** 2010. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1520831>. Acesso em 30 set. 2018.

MARQUES, J. **Cursos na Área do Direito se Adaptam às Startups**. O Estado de São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cursos-na-area-do-direito-se-adaptam-as-startups,70001936380>>. Acesso em 15 jan 2019.

MASSEN, D. **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor**: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

McGINNIS, J. O.; PEARCE, R. G. **The Great Disruption**: How Machine Intelligence Will Transform the Role of Lawyers in the Delivery of Legal Services. *Fordham Law Review*, Fordham, Vol. 82, No. 6, pp. 3041-3066, mai., 2014.

MEHTA, M.; DARIER, E. **Virtual Control and Disciplining on the Internet**: Electronic Governmentality in the New Wired World. *The Information Society*, Vol. 14, pp. 107-116, 1998.

MOORE, G. **Cramming More Components onto Integrated Circuits**. *Electronics Magazine*, Vol. 38, n. 8, pp. 114-117, 1965.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin**: a Peer-to-Peer Electronic Cash System. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em 3 nov. 2017.

NEL, D. **Information Technology as an Agent of Post-Modernism**. Dissertação (Magister Comerci Informatics) - Faculty of Engineering, Built Environment and Information Technology, University of Pretoria. Pretoria, p. 128, 2006.

NICOL, B. **The Cambridge Introduction to Postmodern Fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PAYNE, A. **What Is and Is Not a Technology Company**. Disponível em: <<https://al3x.net/2012/05/08/what-is-and-is-not-a-technology-company.html>>. 2012. Acesso em: 10 jan 2016.

PECK, P. P. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

PINANSKY, T. **The Emergence of Law Firms in the American Legal Profession**. *University of Arkansas at Little Rock Law Review*, Vol. 9, n. 4, pp. 594-635, 1986.

PISTONE, M. **Law Schools and Technology: Where We Are and Where Are We Heading**. *Journal of Legal Education*, Washington, Vol. 66, n. 4, pp. 586-604, 2015.

PISTONE, M.; HORN, M. **Disrupting Law School: How Disruptive Innovation Will Revolutionize the Legal World**. Boston: Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation, 2016.

REALE, M. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIES, E. **A startup enxuta**. São Paulo: Leya, 2012.

SCHAFER, B. **Legal Transplants and Legal Downloads**. *International Review of Law, Computers & Technology*. Vol. 15, n. 3, pp. 301-315, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. New York, Toronto, London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juros e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London/New York: Routledge, 2003.

SHAVERS, A. W. **The Impact of Technology on Legal Education**. *Journal of Legal Education*, Vol. 51, n. 3, pp. 407-412, 2001.

SHRIER, D.; WU, W.; PENTLAND, A. **Blockchain & Infrastructure (Identity and Data Security), Part 3**. Cambridge: MIT, 2016.

SOLAIMAN, S. M. **Legal personality of robots, corporations, idols and chimpanzees: a quest for legitimacy**. *Artificial Intelligence in Law*, [s.l.], Vol. 25, n. 2, pp. 155-179, jun. 2017.

SPIELMAN, A. **Blockchain: Digitally Rebuilding the Real Estate Industry**. Dissertação (Mestrado em Real Estate Development) – Massachussets Institute of Technology. Cambridge, 2016.

STUCKEY, R. et al. **Best Practices for Legal Education: A Vision and a Road Map**. Columbia: Clinical Legal Education Association, 2007.

SUSSKIND, R. **The Future of Law: Facing the Challenges of Information Technology**. New York: Oxford University Press, 1996.

SUSSKIND, R. **Tomorrow's Lawyers: An Introduction to Your Future**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

STOPANOVSKI, M. **Com tecnologia "commodity", engenharia do Direito cresce no Brasil**. Consultor Jurídico. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-jan-26/suporte-litigios-tecnologia-commodity-engenharia-direito-cresce-brasil>>. Acesso em 15 jan 2019.

SVETLANA, V. **InsurTech: Challenges and Development Perspectives**. *International Journal of Innovative Technologies in Economy*, n. 3, pp. 39-42, 2016.

SZABO, N. **Formalizing and Securing Relationships on Public Networks**. *First Monday - Peer-reviewed Journal on the Internet*. 1997. Disponível em: <<http://ojphi.org/ojs/index.php/fm/article/view/548/469>>. Acesso em 26 dez 2017.

TAMANAH, B. **Failing Law Schools**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

TANG, L.; YANG, P. **Symbolic power and the internet:** The power of a 'horse'. *Media, Culture & Society*. Vol. 33, Issue 5, pp. 675-691, 2011.

TENE, O.; POLONETSKY, J. **Privacy in the Age of Big Data:** A Time for Big Decisions. *Stanford Law Review Online*, [s.l.], Vol. 64, pp. 63-69, 2012.

THE LAW SOCIETY OF ENGLAND AND WALES. **Capturing Technological Innovation in Legal Services**. 2017. Disponível em: <<https://www.lawsociety.org.uk/support-services/research-trends/capturing-technological-innovation-report/>> . Acesso em 10 jan 2019.

THE LAW SOCIETY OF NEW SOUTH WALES. **The Future of Law and Innovation in the Profession**. 2017. Disponível em: <<http://www.law.unsw.edu.au/news/2017/04/launch-future-law-and-innovation-profession-flip-report>>. Acesso em 10 out. 2018.

THOMSON REUTERS. **Alternative Legal Service Providers:** Understanding the Growth and Benefits of These New Legal Providers. 2017. Disponível em: <<https://store.legal.thomsonreuters.com/law-products/solutions/legal-outsourcing-services/outourcing-insights/alternative-legal-service-provider-study-2017?cid=70113000000w4IC&chl=pr>>. Acesso em 10 out. 2018.

TRUBEK, D. **Max Weber on Law and Rise of Capitalism**. *Wisconsin Law Review*, Madison, vol. 1972, pp. 720-753, 1972.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. **Linking Entrepreneurship and Economic Growth**. *Small Business Economics*, Vol. 13, No. 1 pp. 27-55, 1999.

ZANELLA, A. et al. **Internet of Things for Smart Cities**. *IEEE Internet of Things Journal*, Vol. 1, n. 1, pp. 22-34, 2014.